



UNIVERSIDADE TIRADENTES
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

VIVIANE VIEIRA SANTOS MATOS

**Diogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque:
Um intelectual na política e educação oitocentista brasileira (1840-1871)**

**ARACAJU
2020**

VIVIANE VIEIRA SANTOS MATOS

**Diogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque:
Um intelectual na política e educação oitocentista brasileira (1840-1871)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação – linha 2 – da Universidade Tiradentes como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre(a) em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Ferronato

**ARACAJU
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA

Matos, Viviane Vieira Santos

M433d Diogo Velho Cavalcanti d' Albuquerque: um intelectual na política e educação oitocentista brasileira (1840-1871) / Viviane Vieira Santos Matos; orientação [de] Prof. Dr. Cristiano Ferronato– Aracaju: UNIT, 2020.

172 f. il ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, 2020

Inclui bibliografia.

1. Civilidade 2. Diogo Velho Cavalcanti d' Albuquerque 3. História da educação 4. Instrução pública 5. Rede de sociabilidade I. Matos, Viviane Vieira Santos II. Ferronato, Cristiano (orient.) III. Universidade Tiradentes. IV. Título.

CDU: 37(81)(091)

SIB- Sistema Integrado de Bibliotecas

**ARACAJU
2020**

VIVIANE VIEIRA SANTOS MATOS

**Diogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque:
Um intelectual na política e educação oitocentista brasileira (1840-1871)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação – linha 2 – da Universidade Tiradentes como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre(a) em Educação.

APROVADA EM:

Orientador:



Prof. Dr. Cristiano Ferronato
Universidade Tiradentes - PPED/Unit

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Pablo Antônio Iglesias Magalhães
Universidade Federal do Oeste da Bahia -PPGCSH/UFOB



Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do Nascimento
Universidade Tiradentes - PPED/Unit

**ARACAJU
2020**

Dedico esse trabalho às minhas filhas, Vivian Ketylen,
Maria Eduarda e Eliza Gleizer. Obrigada por
entenderem todas as vezes que precisei ausentar-me.
Vocês são a razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

A Deus, toda a fé que tenho em mim!

Desenvolver uma pesquisa exige, de nós, muito empenho e dedicação. Dissertar é uma ocupação solitária e muito difícil. Além disso, produzir conhecimento requer constituir limites, desgastes físicos e emocionais. Porém, durante essa difícil trajetória, recebi apoio, julgamento e estímulo de muitas pessoas. Por tudo que vivi, serei grata a todos que colaboraram direta e indiretamente para meu crescimento humano e intelectual.

Sendo assim, por esta etapa da minha vida concluída, algumas pessoas merecem meu agradecimento:

À Universidade Tiradentes e ao programa de Pós-Graduação em educação (PPED/Unit), pela bolsa de pesquisa (PROCAPS II) oferecida pela instituição, pois, sem ela, meu caminho teria sido muito mais difícil. Agradeço também por ter me oferecido a estrutura necessária para meu desenvolvimento e minha formação profissional; incluindo minha graduação em Licenciatura plena em História, que me possibilitou conhecer pessoas inesquecíveis que levarei comigo o resto da vida.

O ato de agradecer é sempre difícil. Expressar-me em gratidão àqueles que me fizeram criança, adolescente, mulher e profissional, é algo que vem do espírito da alma, que deve transbordar amor; àqueles (as) que seguraram as minhas mãos e me ensinaram a ler e escrever, posteriormente, a pensar. Sou grata a todos que participaram, direta e indiretamente, dessa trajetória. Àqueles que se foram por vontade própria e àqueles que decidiram ficar e apoiar-me. Aos que estiveram em minha vida por um instante e àqueles que desejo que permaneçam sempre em minha história.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, pela compreensão e por me transformarem em quem sou hoje. Como é grande meu amor por vocês. Aos meus avós, que não se encontram mais entre nós, agradeço a oportunidade da convivência, o amor e a aprendizagem. Aos

meus irmãos, pelo prazer do convívio e o aprendizado. Aos meus padrinhos, que, mesmo distantes, ocupam um lugar especial no meu coração. Sou grata pelo amor e admiração que sempre tiveram por mim. Minha imensa gratidão. Vocês sabem o quanto me esforcei para chegar até aqui; as lutas que travei com o meu eu interior para não me abater.

Agradeço a todos os meus amigos, em especial, Ronald Franklin, Silvio Bispo e Lauro Fiel. Penso que a maior riqueza do homem é a amizade. Sendo assim, sou grata a vocês três por suas presenças na minha vida. A Reginaldo Gonçalves Silva, que, durante muito tempo, fez e faz parte da minha história de vida, pois nenhum quilômetro separa o que está na alma e no coração. Obrigada pelo ensinamento! Ensinou-me e ampliou minha visão acerca do comportamento humano; ensinou-me a refletir que nem sempre as palavras que ouvimos são verdadeiras, mas merecem ser elucubradas, pois são elas que possibilitam conhecer o caráter do homem. Você mesmo dizia: “minha menina, você vai longe”.

Sou grata ao Grupo de Pesquisa em História da Educação do Nordeste (Gphen/Unit/CNPq). Obrigada a cada integrante por cada leitura e discussão, as quais possibilitaram ver além do horizonte. Em especial, agradeço a Elias Santos, quem abraçou, acolheu e ajudou, desde o primeiro momento. Muito obrigada, você é especial.

Quero expressar minha gratidão a todos, pois as leituras do grupo de pesquisa me serviram como base para buscar as fontes da minha investigação. Acredito que sem essas leituras, minha caminhada poderia ser mais difícil.

Aos meus queridos professores da graduação, obrigada a todos por ensinar-me o ofício do historiador. Como diz Marc Bloch (p. 21, 2002) “O historiador não pode ser um sedentário, um burocrata da história, deve ser um andarilho fiel a seu dever de exploração e de aventura”. Agradeço aos Professores Doutores Rita de Cássia, Bittencourt, Daniel de Castro, Valéria, Ronaldo Linhares, Ilka Miglio, Bete Isabel e Rogério Freire, e à minha “pequena” Profa. Dra. Silvânia Santana Costa, que me conduziu na iniciação científica. Sinto-me grata, eu a amo!

Por fim, aos Professores Doutores do Programa de Mestrado em Educação da Unit, Andrea Karla, Cristiane Porto, Ane Mecnas e José Gomes, por terem me ajudado a contribuir para o desenvolvimento da ciência humana no Brasil e, também, terem direcionado o meu crescimento profissional.

Obrigada aos membros da banca avaliadora, os Professores Doutores Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do Nascimento e Pablo Antônio Iglesias Magalhães. Agradeço pela disponibilidade e por se debruçarem na leitura desse trabalho.

Por fim, mas, não menos importante, gratidão é a palavra que tenho para expressar a você, Cristiano Ferronato. Obrigada por suportar-me todos esses anos. Muito obrigada por acreditar que eu era capaz. Desejo ao Brasil, a simplicidade, o afeto, o amor e a responsabilidade que você, como professor, tem ao olhar o outro. Obrigada por acreditar que seus alunos podem, sim, chegar onde quiserem. Grata ao universo por você ter sido meu Professor na graduação e meu orientador no Mestrado. Amor, respeito e admiração são os sentimentos que desenvolvi por ti. Como sempre te falei “SOU SUA FÃ”.

Ao povo brasileiro, que ainda luta por uma “educação de qualidade e para todos”, que vai às ruas e batalha todos os dias por melhorias, por justiça, por igualdade social, por direitos e garantias; ao povo negro, que sofreu na senzala e no tronco, no século XIX, que pareceu com o processo da higienização do século XX, e sofre com a exclusão e com o racismo no século XXI. A esse povo, e aos meus antepassados, sobretudo meus bisavós, negros e escravos, muito obrigada! Sua luta e resistência possibilitam a mim e às minhas filhas um futuro melhor.

MUITÍSSIMO OBRIGADA A TODOS VOCÊS!

RESUMO

Essa pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes e à linha de Pesquisa Educação e Formação de Docente, assim como ao Grupo de Pesquisa História da Educação do Nordeste (Gphen/Unit/CNPq). O presente trabalho tem como objetivo compreender as ideias e os projetos educacionais que Diogo Velho Cavalcanti d' Albuquerque apresentou, enquanto dirigente político, ao Império Brasileiro, no século XIX, com propósito de instruir e civilizar o povo da nação brasileira no período de 1840 a 1870. A fonte documental utilizada na pesquisa é constituída por Relatórios de Presidentes de Províncias do Piauí, do Ceará de Pernambuco, e Relatórios dos Ministérios do Estrangeiro, da Justiça e da Agricultura. Para bom andamento da investigação, foi consultado o Jornal Literário Alva, datado de 1850. Adotaremos os conceitos de *documento*, como fonte material, conforme Le Goff (2003); de *representações*, como uma realidade dada a ver, de acordo com Chartier (2002); e de *intelectuais*, segundo Sirinelli (2003); (1998). Nessa perspectiva, caracterizamos essa pesquisa como básica. Quanto à sua natureza, descritiva; quanto à sua fonte, documental; quanto à coleta de dados, qualitativa. A segunda seção objetivou apresentamos Diogo Velho, levando em consideração a importância de compreender seu percurso de vida social e político. A terceira se debruça nas ideias e projetos para a instrução pública que Diogo Velho pensou para as Províncias do Piauí, Ceará e Pernambuco. Para tanto, usamos como base para análise dos documentos oficiais da época, a saber: os Relatórios do Presidente da Província. Finalmente. Na quarta seção apresentamos e discutimos as ideias educacionais que Diogo Velho pensou para o Império Brasileiro, assim como para a Província da Paraíba do Norte. A seleção das fontes foi determinada, partindo da análise de seu conteúdo em torno dos projetos educacionais para o avanço da pedagogia, além dos caminhos percorridos para a formação docente e do andamento da instrução pública do Império Brasileiro para o avanço do ensino primário e secundário no período oitocentista do Brasil. Conclui-se que as ideias educacionais se configuraram em meio às discussões, através da legislação vigente proposta, a fim de constituir a construção do Estado Nacional, na medida em que tomou para si a responsabilidade de edificação da civilidade do povo brasileiro. foi possível compreender que as reformas educacionais do século XIX tiveram ampla discussão com os esforços de legitimar a identidade do Brasil.

Palavra-chave: Civilidade. Diogo Velho Cavalcanti d' Albuquerque. História da Educação. Instrução Pública. Rede de Sociabilidade.

ABSTRACT

This research is linked to the Graduate Program in Education at the Tiradentes University and to the line of research Education and Teacher Training, as to the Research Group on the History of Education in the Northeast (Gphen/Unit/CPNq). This current work has the purpose of understanding the ideas and the educational projects that Diogo Velho Cavalcanti d' Albuquerque has presented while as a political leader to the Brazilian empire period, in the 19th century, with the purpose of instructing and civilizing the people of the Brazilian nation from 1840 to 1870. The documentary source used in the research consists of Reports of the Presidents of the Provinces of Piauí, Ceará de Pernambuco, and Reports of the Ministries of Foreign Affairs, Justice, and Agriculture. For the great contribution of the investigation, was consulted in the Alva Literary Journal, dated 1850. Concepts of document as a material source were taken, according to Le Goff (2003), of representations, as a reality to be seen, according to Chartier (2002) and intellectuals, according to Sirinelli (2003); (1998). Accordingly, we characterize this research as basic. in its nature,descriptive; as to its source, documentary; data collection, qualitative. The second section aimed to present Diogo Velho, taking into consideration the importance of understanding his social and political life course. The third focuses on the ideas and projects for public education that old Diogo thought for the provinces of Piauí, Ceará and Pernambuco. Therefore, we used as basis for the officials documents analyses, namely: the Reports of the President of the Province. Finally, in the fourth section we presented and discussed the educational ideas that Diogo Velho thought for the Brazilian Empire, as well as for the Province of Parayba do Norte. The selection of the searches were determined based on the analysis of their content around educational projects for the advancement of pedagogy, as well as the paths taken for the Teacher training and the progress of the public Education of the Brazilian Empire for the evolution of the primary and secondary education in the 19th century. Thus, we conclude that the educational ideas were configured in the current legislation, proposed in order to constitute the construction of National State, it's now possible to understand that the 19th century educational reforms have had ample access with the efforts to legitimize the identity of Brazil.

Keywords: Civility. Diogo Velho Cavalcanti d' Albuquerque. History of Education. Public Instruction. Network of Sociability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Diogo Velho na Fotografia que ilustra a História de sua vida política no Segundo Reinado.....	36
Figura 2:	Alva. Jornal Literário, número 6, 1850.....	43
Figura 3:	Diogo Velho, na abertura da exposição em Paris, como comissário Geral do Brasil. Centrou suas atenções à sombra da Bandeira Imperial.....	44
Figura 4:	Foto do Brasão em que Diogo Velho teve direito de uso privativo, a partir de quando lhe foram concedidas, pela coroa, honras de Visconde.....	45
Figura 5:	Viscondessa de Cavalcanti, Numa Blanc Fils, cerca de 1880.....	47
Figura 6:	Alva. Jornal Literário, capa do jornal 1850.....	50
Figura 7:	Alva. Jornal Literário, contracapa do jornal 1850.....	54
Figura 8:	Relatório do Ministério de Negócios e Agricultura, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império Brasileiro.....	62
Figura 9:	Jornal O Propagador de 1860, da Província do Piauí.....	79
Figura 10:	Jornal O Expectador de 1860, publicado na cidade de Terezina, Província do Piauí.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Dados gerais acerca da formação da Escola Prática de Agricultura, fundada pela Companhia União e Indústria.....	69
Quadro 2:	Dados gerais acerca das disciplinas aplicadas no 3ºano da formação da Escola Prática de Agricultura, fundada pela Companhia União e Indústria.....	70
Quadro 3:	Dados gerais acerca do funcionamento do estabelecimento responsável pelo ensino dos educandos e artifícios da Província do Piauí, em 1860.....	84
Quadro 4:	Dados gerais acerca da formação do ensino primário na Província do Ceará, em 1868.....	87
Quadro 5:	Dados gerais acerca da formação do ensino no Lyceu da Província do Ceará, em 1868.....	89
Quadro 6:	Dados gerais acerca da formação do ensino no Lyceu, da Província do Ceará, em 1868, e suas respectivas cidades.....	89
Quadro 7:	Dados gerais acerca da formação da Educação Primária, do ensino Particular da Província do Ceará, em 1868.....	91
Quadro 8:	Dados gerais acerca da formação da educação do ensino religioso da Província do Ceará, em1868.....	93
Quadro 9:	Dados gerais acerca da formação da educação do ensino do Colégio Nossa Senhora da Conceição, Província do Ceará, em1868.....	94
Quadro 10:	Dados gerais acerca da instrução primária, registrados no relatório do Presidente da Província de Pernambuco, de 1871, relacionados às escolas e seu desenvolvimento entre 1861-1870, e o quantitativo de aluno.....	103
Quadro 11:	Dados gerais acerca da instrução primária, registrados no relatório do Presidente da Província de Pernambuco, de 1871, relacionados à frequência escolar e seu desenvolvimento entre 1861-1870, e o quantitativo de aluno.....	105
Quadro 12:	Dados gerais acerca dos gastos com relação à instrução primária, registrados no relatório do Presidente da Província de Pernambuco, de 1871,	

	relacionados à renda líquida e a despesa por aluno.....	106
Quadro 13:	Dados gerais acerca da frequência dos alunos do ginásio, da Província de Pernambuco, desde sua fundação. Informação encontrada no Relatório de Presidente, datado de 1871.....	115
Quadro 14:	Dados gerais acerca das escolas do ensino secundário particular para o sexo masculino, da Província de Pernambuco. Informação encontrada no Relatório de Presidente, datado de 1871.....	116
Quadro 15:	Dados gerais acerca das escolas do ensino secundário particular para o sexo feminino da Província de Pernambuco. Informação encontrada no Relatório de Presidente, datado de 1871.....	117
Quadro 16:	Dados gerais acerca da difusão do ensino primário na Província de Pernambuco. Informação encontrada no Relatório de Presidente, datado de 1871.....	120
Quadro 17:	Dados gerais acerca da difusão do ensino secundário na Província de Pernambuco. Informação encontrada no Relatório de Presidente, datado de 1871.....	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Ensino primário na Província do Ceará: número de cadeiras.....	88
Gráfico 2:	Ensino secundário na Província do Ceará.....	90
Gráfico 3:	Ensino secundário na Província do Ceará para meninas..	94
Gráfico 4:	Progressão do ensino primário na Província de Pernambuco.....	104
Gráfico 5:	Progressão da frequência escolar da Província de Pernambuco.....	106

SUMÁRIO

1. O INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA.....	16
2 VIDA POLÍTICA E A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE SOCIABILIDADE	33
2.1 De Filho de Senhor de engenho a Visconde de Cavalcanti.....	34
2.2 Um jovem Literário: “A literatura é a expressão da sociedade”	48
2.3 Entre Técnicas e Educação: como instruir o cidadão	60
3 “INSTRUÇÃO PÚBLICA, ASSUNTO DE ALTA TRANSCEDÊNCIA”	70
3.1 A instrução como meio de aperfeiçoamento social e de progresso.....	71
3.2 A instrução como a mais vasta influência no destino do homem e da sociedade.....	83
3.3 “Sem bons obreiros é impossível construir edifício sólido”.....	97
4 A INSTRUÇÃO COMO PALCO DE DEFESA PARA UMA EDUCAÇÃO NACIONAL.....	120
4.1. Estado da instrução na Província Paraibana: regulamentos e modificações na legislação do século XIX.....	121
4.2 A luta por uma Instrução Nacional.....	131
4.3 Organizar e Distribuir Convenientemente o Ensino: do Ensino Primário ao Secundário na Província da Parayba do Norte.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
REFERÊNCIAS	165
FONTES	170

1 O INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA

A escolha acadêmica é uma fase difícil da vida, um momento de reflexão, minutos para uma decisão; e foi nesse tempo curto do pensamento, que surgiu o apreço pela história e pela historiografia.

Tudo começou na graduação, quando cursava o curso de História, na Universidade Tiradentes. Durante o curso tive a oportunidade de fazer parte de um projeto de extensão, como pesquisadora voluntária, e essa participação me propiciou ter o primeiro contato com alguns documentos do século XIX. O projeto era promovido pelo Núcleo de Educação a Distância-NEAD e pela Coordenação de Extensão da Universidade Tiradentes, a qual tinha, como líder, a Professora Doutora Silvânia Santana Costa.

O projeto em questão tinha o título: *Ação de preservação da memória histórica: A importância dos arquivos da Loja Simbólica do Cotinguiba*¹. Seu principal objetivo era catalogar, digitalizar e organizar o acervo da *instituição*, visando ao maior tempo de preservação da documentação. A Loja maçônica é conhecida como a mais antiga do estado de Sergipe, fundada em 14 de novembro de 1872.

A priori, o manuseio dos documentos parecia simples, no entanto, no decorrer da pesquisa, foi possível vislumbrar a importância de salvaguardar aquele acervo documental. O *corpus* documental mencionado era datado dos séculos XIX e XX, e a pesquisa tinha, entre suas justificativas, possibilitar, a futuros pesquisadores, um acervo limpo e organizado para dar a conhecer a história desta importante instituição sergipana. Assim, para que houvesse o andamento e o desenvolvimento do projeto, levou-se em consideração a importância daqueles documentos para a historiografia sergipana e brasileira, uma vez que era composto por documentos pessoais dos integrantes da ordem, entre outros documentos, e, em suas estantes, estava relatada parte dos contextos históricos sobre a história da primeira Loja Maçônica de Sergipe.

¹Ação de preservação da memória histórica: A importância dos arquivos da Loja Simbólica do Cotinguiba, projeto-Extensão, organizado pela Profa. Dra. Silvânia Santana Costa, em que fui voluntária no ano de 2014.

Durante a organização e catalogação do referido arquivo, os documentos foram tornando-se cada vez mais interessantes. No entanto, junto ao entusiasmo, surgiu a dificuldade em relação à compreensão da escrita dos séculos passados e o interesse em trabalhar com a documentação de arquivos.

Graduada em Licenciatura plena em História, e com o objetivo de atuar na profissão docente, dei continuidade à minha formação e, logo após a graduação, iniciei uma especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica, também na Unit.

Entre encontros e desencontros, em uma conversa singela sobre a vida pessoal com o Prof. Dr. Cristiano Ferronato, surgiu o convite para participar do Grupo de Pesquisa História da Educação do Nordeste (Gphen/Unit/CNPq). A princípio brotou uma resistência, mas, acabei aceitando o convite.

No primeiro contato com o grupo, o sentimento era de não pertencimento àquele local, porém o sorriso fascinante do Prof. Ferronato refletia a esperança e a confiança do docente que acredita em seus discentes. O sorriso e olhar sereno, que brota em um momento tão difícil, todavia, tão esperançoso; uma terapia.

Ao final de uma reunião, surgiu a pergunta, “o que achou”? A resposta talvez não tenha sido a esperada naquele momento, mas possibilitou uma reflexão profunda naquela tarde.

Posteriormente, foi feita a leitura, que seria discutida na reunião seguinte. Entre uma folheada e outra, foi surgindo o prazer no qual a leitura proporcionava ao desenvolver o conhecimento sobre a temática discutida naquele momento. Chegou, então, o dia da segunda reunião, quando, mesmo sem saber, teria o primeiro contato com o objeto pesquisado.

Tranquilamente, em meio às discussões, o Prof. Ferronato ressaltou a importância de estudar a história dos intelectuais para a compreensão das ideias educacionais e culturais do Brasil. Naquele momento, indicou-me um político oitocentista, segundo ele, carecia de investigação: o Visconde de Cavalcanti, ou Diogo Velho Cavalcanti d’Albuquerque.

Visualizei, por conseguinte, um novo “personagem” para a história da educação brasileira. Um político novecentista, ou, na minha interpretação, um

estadista², que, desde sua infância, foi preparado para a vida política. Entendemos a passagem de Diogo Velho, pelo centenário Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, como nos informa Ferronato (2014), em sua tese, e por vários âmbitos da política imperial, possibilitou-lhe um contato muito próximo com a formação educacional e cultural da Nação que buscava construir sua identidade nacional.

Para iniciar a pesquisa, foi necessário compreender a vida de Diogo Velho Cavalcanti d' Albuquerque. Desse modo, a leitura do livro "*Das Aulas Avulsas ao Lyceu Provincial: As primeiras configurações da instrução secundária na província da Parahyba do Norte (1836-1884)*", resultado da tese de doutoramento do Professor Ferronato, em 2014, foi fundamental para a obtenção de informações consideradas relevantes, para a compreensão inicial do objeto a ser investigado.

Em sua pesquisa, Ferronato (2014) apresenta Diogo Velho como ex-aluno do Lyceu Provincial³, no ano de 1840, assim como pontua sua passagem enquanto professor na província da Parahyba do Norte, porém não cita o ano em que Diogo Velho exerceu a docência nessa instituição de ensino.

Diante das ponderações a serem feitas sobre o objeto investigado, o qual já me sentia envolvida, foi colocada a necessidade de levantar informações que pudessem possibilitar a compreensão da trajetória de vida política do sujeito investigado, que, para mim, já era Diogo. Desta forma, fui encaminhando-me para o campo da História da Educação e sendo levada por meu objeto. Decidimos, então, que este seria meu objeto de pesquisa, e que descobrir os pensamentos e propostas para a educação tinha esse cidadão do XIX seria meu objetivo.

Feitas estas considerações sobre o encontro com o objeto, informamos ao leitor que esta pesquisa está inserida no campo da História da Educação, e se apresenta como uma pesquisa histórica documental, partindo de uma revisão bibliográfica e documental, com levantamento e

²Assim como em outros trabalhos relevantes que existem sobre Diogo Velho, como, por exemplo, o de Maurilio Augusto de Almeida (1977), o objeto a ser pesquisado será tratado como "Estadista", tendo em vista sua passagem por várias esferas políticas, suas discussões e suas defesas diante do possível avanço do progresso do Estado brasileiro.

³ Informamos aos leitores que, a partir daqui, o nome da instituição será grafado como Lyceu Provincial.

seleção de fontes para, com isto, embasar o contexto historiográfico estudado, coletando informações a respeito do sujeito pesquisado. Assim, as obras acerca da História da Paraíba⁴ me ajudaram a compreender o contexto da época, igualmente como as ideias de instrução e modernidade no círculo de ideias do período e o papel destas para Diogo Velho.

Esses pensamentos foram encontrados em fontes documentais, trabalhos e principalmente nos relatórios de Presidentes de Província, que foram acessados no site do *Center for Research Libraries Global Resources Network: Provincial Presidential Reports (1830-1930)*, e na catalogação organizada por Ferronato (2015), intitulada **A Instrução pública na Parahyba do Norte: discursos, falas e relatórios de presidentes da província (1837-1889)**, publicada pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE).

Em conjunto com o levantamento das fontes, também se iniciou uma classificação das referências teórico-metodológicas, assim como foi preciso levantar o estado da arte e posicionar o pesquisador diante do que já existe sobre o objeto que estava sendo moldado.

O *site* mencionado e a pesquisa de catalogação feita por Ferronato possuem inúmeros relatórios das várias Províncias Brasileiras, assim como Relatórios dos Ministérios existentes no período pesquisado.

No que se refere ao objeto de pesquisa aqui perseguido, entendo que os documentos com que trabalho me direcionam para expandir o olhar no sentido de dar visibilidade às ações empreendidas por Diogo Velho durante sua atuação no campo da educação e da política, além de entender sua atuação para além do espectro político, e compreender como pensava o campo da atuação durante sua passagem na presidência de três grandes províncias do Norte do Brasil oitocentista: A Província do Piauí, 1859-1860; Província do Ceará, 1868-1869; Província do Pernambuco, 1870-1871; além de outros cargos, pois a educação sempre esteve entre suas preocupações.

Dessa forma, e para fins metodológicos, as fontes que trabalho representam um procedimento importante que trazem a compreensão das

⁴ A escrita atual se justifica por tratar-se de uma informação acerca do estado da Paraíba, contudo, ao fazer referência ao período provincial, manterei a escrita vigente do século XIX (Parahyba).

realidades de pesquisa em contextos e pontos de vista diferenciados, na medida em que se utilize de maneira criteriosa, sobretudo buscando a realidade das coisas e não usar desse método em função de seus próprios interesses de pesquisa, como adverte André (2001) e Gatti (2012). Ou seja, o acervo documental é um caminho seguro que possibilita alçar metodologias de análise, assim, oferecendo molde ao objeto pesquisado. Para tal, a ênfase que segue diante do método é um possível campo para refletir uma pesquisa histórica documental.

As fontes selecionadas apresentavam vários temas relacionados ao campo social e político. Diante dessa característica, foi necessário selecionar os seguintes documentos: inicialmente, foram separados os Relatórios de Províncias, depois, os Relatórios de Ministérios, tendo em vista o conhecimento da passagem de Diogo Velho pelas pastas. Posteriormente, esses relatórios foram selecionados por datas (especificamente as datas em que Diogo Velho dirigiu as pastas). Em seguida, pela existência de vários temas, foram selecionados os que faziam referência ou estavam relacionados à instrução pública, para fins de um bom andamento da pesquisa.

Comumente, no campo da educação brasileira, bem como na construção cultural, os relatórios de Presidentes de Províncias e Instrução Pública são uma fonte de pesquisa em que não exaure em si, uma vez que esses documentos promovem reflexões diante de suas falas, para o entendimento da cultura, política e educação do Brasil.

Nesse sentido, tanto as fontes documentais quanto as fontes bibliográficas foram utilizadas como meio para compor informações sobre as ideias educacionais do objeto pesquisado, uma vez que, para Le Goff (2003), todo documento é um monumento ou um texto, e nunca é “puro”, isto é, puramente objetivo. Sendo assim, os relatórios de Províncias são fontes que irão oportunizar levantar caminhos metodológicos para a investigação.

Destaco também algumas publicações de fontes, como jornais e relatórios do século XIX, que serviram de suporte para analisar a forma como procedeu o debate das propostas de Diogo Velho.

Inserida no campo da História da Educação, esta pesquisa parte dos referenciais teóricos da História Cultural e da História dos Intelectuais, tendo

como autores principais Justino Magalhães (2016), Jean-François Sirinelli (2003), Roger Chartier (1988, 2002), e Cristiano Ferronato (2014).

Além destes, apoio-me ainda em autores como Jean Carlo Costa (2015, 2016), Amanda Galvíncio (2015), Antônio Carlos Pinheiro (2004, 2009, 2010), Cláudia Cury (2004, 2009, 2013, 2015), Serioja Mariano (2005), Guaracyane Lima (2008), Mauriceia Ananias (2010, 2013, 2014), Rose Mary Araújo (2010, 2014), Itacyara Miranda (2012), Nayana Mariano (2015), Ângela Alonso (2002), Cintia Veiga (2008), Marco Morel (2005), René Remónd (2003), Vidal e Faria Filho (2005), Michel de Certeau (2011), Eduardo Vieira (2008, 2011, 2015), Francisco Falcon (1997), José Murilo de Carvalho (2010), Ilmar Mattos (1987), Emília Viotti da Costa (1999), entre outros; que me auxiliaram a alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa.

Entre os caminhos metodológicos a serem percorridos, foi possível encontrar o trabalho intitulado *“Alva eldéia: duas revistas e um passado para a vida literária Paraibana do século XIX”*, de Socorro de Fátima Pacífico Barbosa, de 2007. Esse estudo permitiu que eu me debruçasse sobre os jornais, como fonte de pesquisa. Na investigação, a autora apresenta Diogo Velho como um ativo articulador político das causas da instrução em Jornais e revistas da imprensa oitocentista.

Outro local onde tive acesso a fontes para pesquisa, foi a página eletrônica *“Jornais Folhetins do Século 19”⁵*, que apresenta os resultados de pesquisa liderados pelas Professoras Socorro de Fátima Pacífico Barbosa e Fabiana Sena, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), bem como um acervo digital de produções e circulações de jornais periódicos e folhetins do século XIX, na província paraibana. O material está organizado em banco de dados digital, desde 2007, e foi financiado pelo Conselho Nacional de Conhecimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Foi a partir desta pesquisa, que cheguei ao jornal “Alva”, que foi um jornal literário, publicado na antiga Província da Paraíba do Norte, no ano de 1850. O seu conteúdo apresenta, ao leitor, muitos textos literários e históricos, como, por exemplo, no tomo I, na página 23, da edição 2, do ano

⁵Disponível em <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>>.

1850, onde é possível ler um escrito que apresenta um romance intitulado “A noiva e o soldado”, que expõe relatos de um homem que foi para a guerra, e não para de pensar em sua amada; demonstrando a arte literária, descrevendo a realidade com a ficção, de maneira capaz de induzir o leitor a compreender o sofrimento da família daqueles que iam para a guerra e não voltavam.

Assim, temos que, na pesquisa, as fontes foram utilizadas para analisar as informações contidas, de tal modo, a suscitar a captação das ideias culturais, educacionais e políticas pensadas e implementadas por Diogo Velho Cavalcanti d’Albuquerque. Em nosso entendimento, o bom trabalho com a fonte documental propicia, ao pesquisador, desvelar os posicionamentos políticos, sociais, culturais e educacionais que esse personagem deixou na sociedade brasileira. Nesse sentido, concordo com Le Goff (2003, p. 537-538), quando enfatiza que,

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.

A reflexão do citado autor aprofunda minha análise acerca do documento. Há verdades e mentiras nas fontes escritas; elas devem ser examinadas para além do que está escrito; desmitificá-las e desestruturá-las, segundo o historiador francês, permite enxergar as facetas implícitas ao documento. Quem escreveu? Em qual contexto político, tal tendência ou realidade fora dada a ler? Qual a classe social das pessoas que escreveram tais documentos? Portanto, é preciso considerar que “[...]o documento não pode ser elaborado a partir de uma única crítica histórica” (LE GOFF, 2003, p. 538).

Seguindo a apresentação do caminho metodológico percorrido na busca pelas referências teórico-metodológicas, assim como por fontes, deparei-me com um compêndio organizado também pela professora Socorro de Fátima Pacífico Barbosa, em 2009, com o título “*Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand*”; o qual alude ao personagem investigado, apresentando-o em suas páginas, além da vida cultural/intelectual, a passagem de Diogo Velho como político brasileiro.

Com efeito, e seguindo as trilhas que me descortinassem as atuações do objeto aqui investigado, encontrei o trabalho “*A instrução Pública na Parayba do Norte: discursos, falas e relatórios de presidentes da província (1837-1889)*”, um livro organizado pelo Prof. Dr. Cristiano Ferronato, em 2015, que se tornou a mais importante referência documental para esta inquirição científica.

A transcrição das falas dos Diretores de Instrução Pública da Parahyba, que se encontram neste trabalho, possibilitou a essa investigação uma maior compressão sobre as ideias do personagem, principalmente no que tange à educação nos anos de 1861 e 1862, na Província Parahybana.

Deste modo, de posse desses dados iniciais, ficou definido que, a partir daquele momento, passaria a pesquisar a atuação de Diogo Velho no campo educacional. Com estas fontes iniciais em mãos, e com a proximidade da seleção para o mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT); parti para a construção do projeto.

Após ingressar no PPED, agora, já como mestranda, foi preciso buscar mais algumas fontes sobre a atuação de Diogo Velho, a fim de uma maior compreensão sobre sua atuação no âmbito da instrução no Brasil no século XIX. Assim, seguindo os passos delineados pela metodologia qualitativa, com análise documental, foi preciso buscar novos dados referentes a Diogo Velho, além dos já mencionados anteriormente.

As descobertas dos documentos que foram utilizados nessa pesquisa proporcionaram trilhar um caminho de entendimento histórico/social do estadista. Para Le Goff (2001) o documento é um símbolo, ou seja, é preciso analisá-lo a partir de algumas reflexões e perguntas. Nesse sentido, foi

preciso fazer um novo levantamento documental, afim de compreender um pouco sobre a atuação de Diogo Velho Cavalcanti d' Albuquerque.

Nesse pressuposto, outra fonte, dessa vez periódica, foi o Jornal "O Propagador", escrito por um grupo de redatores liberais da cidade de Teresina, na Província do Piauí. Suas páginas trazem informações sobre a passagem de Diogo Velho como Presidente da Província Piauiense, no ano de 1860. Por certo, em busca de uma maior compreensão sobre o objeto, foi preciso analisar novas fontes e levantar um acervo documental de jornais das províncias em que teria passado enquanto político na época.

Dos resultados obtidos, percebi que, nas páginas do jornal O Propagador, seus redatores sempre se posicionavam em relação ao que pensava o Presidente da Província,⁶ o Sr. Diogo Velho, diante de determinado contexto político, entre eles, como estava a construção da educação. Com efeito,

S. Exc. Osr. Dr. Diogo já conhece por certo na província os homens que só se servem da imprensa para injuriar e caluniar [...] [...] Em um dos últimos números do imundo expectador vi a arguição ao professor público de primeiras letras do sexo masculino da vila de S.Gonçalo de diversos factos [...] (O PROPAGADOR-ANNO III, n.109,1860).

É relevante notar que os jornais são fontes documentais que possibilitam, não só a análise da ideia do objeto investigado, mas conjecturam como a sociedade e a imprensa se posicionavam em relação às suas opiniões, levando em consideração que, nas páginas dos jornais, existem notas escritas por leitores, ou seja, o cidadão que se posicionava diante de um determinado fato.

No que se refere à utilização da imprensa, enquanto fonte para pesquisa no campo da história da educação, e para a construção e entendimento de um fato histórico, destaco os apontamentos de Toledo e Pasquini (2014), que pontuam a importância jornalística para as novas análises sobre política e cultura, na medida em que, segundo eles, velhos temas são revisitados por meio de abordagens teóricas capazes de extrair

⁶Província do Piauí -1860.

uma gama maior de conexões entre os fatos e o processo histórico no qual a sociedade da época está inserida,

A imprensa, portanto, no âmbito das novas fontes históricas, para o campo da história e para a história da educação desfruta de uma condição sobranceira quando se trata de explicitar as dinâmicas sociais de um dado período da sociedade capitalista, considerando-se que foi somente nela que a imprensa nasceu.

[...] a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais, apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamentos para pensar e repensar a História, quanto desponha como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento (NEVES *et al.*, 2006, p. 10).

Em relação aos estudos sobre a História da Educação no século XIX, ao longo do tempo, as pesquisas têm buscado rever documentos oficiais, dentre os quais salientamos: Relatórios de Presidentes de Províncias, Relatórios de Instrução Pública, Relatórios de Ministérios; além de cartas, compêndios, mobílias, entre outros diversos. Esses acervos permitem, aos pesquisadores, novos olhares em torno do campo da história da educação.

Salvaguardar as fontes, organizadas e catalogadas, significa manter os percursos da história, permitindo direcionar a historiografia para o desenvolvimento da ciência humana; é possibilitar a construção de novos caminhos e o aprofundamento empírico do conhecimento. Assim sendo, diante da importância da historiografia para o avanço científico, entre as áreas de maior incremento, encontra-se o estudo voltado à história da educação, admitindo a ampliação do pensamento crítico em diferentes campos, e guiando pesquisadores a mapear outras limitações existentes ao longo do tempo.

Sendo assim, a definição e a apresentação da documentação utilizada pretendem demonstrar, dentro dos limites, que esses tipos de fontes apresentam as possibilidades de se considerar às práticas instrucionais presentes nas organizações e instituições educativas da época. “A compreensão de que esses são os indicativos que norteiam as

pesquisas em história da educação na Paraíba no tempo presente corroboram essa escolha analítica” (ANANIAS, 2011, p.116). Considerando o jornal uma possibilidade de fonte para pesquisa, ressalto que, através dos impressos, encontrei elementos importantes para contribuir com os estudos históricos sobre educação, política e intelectuais.

Assim, proseguei o levantamento das fontes para buscar delinear os caminhos do objeto pesquisado. Nesse âmbito, foram encontradas possíveis fontes documentais que permitam compreender como se estabeleceu Diogo Velho, enquanto homem político, um intelectual, dentro do espaço público.

Os estudos sobre a história da educação oitocentista no Brasil permitem perceber a abrangência das possibilidades de visualizar a existência dos primeiros debates políticos acerca da formação de um sistema educacional brasileiro situado no século XIX.

Nesse pressuposto, segui analisando as fontes de maneira que possam aprofundar a reflexão sobre o sujeito indagado. Percebi então os primeiros traços da intelectualidade de Diogo Velho, ainda enquanto aluno da Faculdade de Direito de Olinda, como pontua Almeida (1977), em seus escritos. Os próximos passos estarão voltados para expandir o espaço de reflexões, os quais permitirão direcionar as respostas sobre as ideias educacionais do sujeito e sua trajetória política, através das fontes anteriormente mencionadas.

É verdade que um homem que caminhou por um amplo espaço político, um escritor, um professor, e um jurista; pode ser entendido como um intelectual. No entanto, os estudos sobre “o intelectual ou intelectuais não são apenas, não devem ser apenas uma moda” (LE GOFF,2011,p.7). Isso significa que, para compreender esse grupo, tenho que ser capaz de buscar as respostas, além do notável. São eles, os intelectuais, mentores de ideias que possibilitam mudanças sociais, educacionais, culturais e políticas.

Sendo assim, apesar da ampla dificuldade de se classificar um intelectual, além de refletir as discussões sobre a cultura popular e a cultura da elite, com efeito, entre outros aspectos, é importante salientar como as construções das diversidades das formações culturais/educacionais para o desenvolvimento do povo brasileiro seguiram.

Pressuponho, diante do que a historiografia coloca como estudos dos intelectuais, observando a encruzilhada do cultural e do político; que essa nova perspectiva da ciência humana possibilita fazer com que os pesquisadores tenham um novo caminho, tal qual me leve a refletir acerca do homem e suas ideias como objeto importante para posicionar um fato histórico, e que haja uma contribuição para o desenvolvimento da ciência.

É válido destacar que, como resultados das pesquisas nessa área, trabalhos monográficos e dissertações de mestrado compreendem a História Intelectual (e dos Intelectuais), a História Política e a História da Educação em nosso contexto local.

Segundo Veiga (2008), a História da Educação está sendo entendida como campo de investigações que traz para o debate histórico, diferentes objetos, dentre os quais elencamos a escola, o professor, os alunos, os materiais escolares, entre outros; uma vez que é necessário dar visibilidade aos procedimentos metodológicos e referenciais teóricos que produzem tais objetos como objeto da história cultural, política, econômica e social. Dessa forma torna-se pertinente “[...] a problematização de um tema da educação, a escola, a partir do referencial da nova história política” (VEIGA, 2008, p.19).

A autora, a partir da ideia de se pensar o lugar do político e da política no momento de desenvolvimento da escolarização, em específico, no século XIX, atenta para o fato de que a escola é um problema também do campo político. Isso faz com que seja possível um entrelaçamento da História da Educação com a História Política.

A historiografia vem passando por significativas mudanças no constante movimento no que tange ao lugar do sujeito na história. Com isso, o campo da História Política se insere nessas mudanças, do ponto de vista historiográfico. As análises desta corrente historiográfica se debruçam sobre os elementos que envolvem as estruturas do Estado, e, de início, voltavam-se às pessoas importantes (a elite brasileira), de grande visibilidade na sociedade, e tornaram-se alvo de historiadores que, num dado momento, ansiavam por renovações nos olhares da história. Contudo, as mudanças no modo de sua abordagem contribuíram para uma nova maneira de enxergar o

político dentro da historiografia. (REMÓND, 2003; CARDOSO, 2011; MENDONÇA, FONTES, 2011).

A História Política foi alvo de críticas que auxiliaram em sua renovação, tornando-se relevante para as ciências humanas. Assim, os historiadores do político fizeram com que seus objetos fossem vistos como uma ferramenta utilizável na constante construção do homem político, enfim, do homem em sociedade.

Nas mudanças ocorridas na historiografia, os intelectuais passam a ocupar novamente um lugar efetivo como importante objeto de estudo. Novos temas começam a ocupar os estudos recentes, apoiados por novas concepções teórico-metodológicas, que tentam dar suporte a essa ampliação de objetivos e temáticos.

A História Intelectual, assim como a História Política, parece ser um dos resultados de mudanças que estão ocorrendo na historiografia, ao longo das últimas décadas, a partir do forte debate acadêmico, que vem sendo ampliado gradativamente, em solo nacional, de modo geral, e, na historiografia da educação, de forma mais privada.

Ela não se restringe apenas a dar sustentação a novos campos temáticos que surgem nas universidades e nos programas de pós-graduação, mas fornece elementos para abordagens de temas já amplamente discutidos como sujeitos e obras consagradas, meras narrativas lineares ou biografias descontextualizadas, que pareciam, de certa forma, ultrapassadas, mas que passaram a ser encarados de maneira renovada como, por exemplo, considerar as ideias de certos sujeitos com seus contextos sociais (SILVA, 2003; VIEIRA, 2015).

Dessa forma, percebo que o campo da História Intelectual, dialoga com a História Política. Portanto, os intelectuais, nesse contexto, são definidos como atores do político relativamente engajados na vida da cidade, nos seus locais de produção e na promoção de debates (SIRINELLI, 2003; GONTIJO, 2005).

Na esteira desse pensamento, situo a História da Educação, como campo capaz de fornecer confluências entre a história Intelectual e Política, a partir de sujeitos que trouxeram contribuição ao campo educacional, pois concordamos com Justino Magalhães, ao afirmar que “[...] a História da

Educação está em relação disciplinar (interdisciplinar e transdisciplinar) com historiografias e disciplinas da História Cultural, da História Intelectual, da História Política” (MAGALHÃES, 2016, p. 303).

Assim, Vieira (2015) procura articular a História Intelectual com a História da Educação, através de uma perspectiva histórica que abrange, ao menos, dois contextos ao longo da construção do campo em educação. O primeiro contexto se deu na segunda metade do século XIX, onde a escrita da história da educação se configurava a partir das “[...] primeiras narrativas históricas que visavam interpretar o passado educacional com a tradição filosófica” (VIEIRA, 2015, p.14), ou seja, com a história da filosofia, sobretudo as ideias pedagógicas na produção do campo no Brasil.

Este modo de conceber a escrita da História da Educação no Brasil é, conforme afirma o autor, um modo textualista, pois desconsidera “[...] a necessidade de estabelecer o relacionamento entre as ideias presentes nos textos examinados (fontes) e os contextos sociais mais amplos, nos quais os autores, as obras, os editores ou os leitores estavam contidos” (VIEIRA, 2015, p.15).

Sobre este entendimento de História da Educação, como um campo autônomo que não mais está atrelada à filosofia da educação, Vidal e Faria Filho (2005, p. 76) afirmam que isto ainda é “[...] um fenômeno recente e não de todo consolidado no seio da pedagogia”.

O segundo contexto, apontado por Eduardo Vieira (2015), é uma crítica a este primeiro contexto voltado para uma escrita filosófica da educação. A partir do final do século XX, houve oposição ao modelo textualista e se instaurou entre os pesquisadores do campo da História da Educação uma nova concepção de escrita, o modelo contextualista.

No entanto, incluir o homem, dentro do contexto histórico, como um intelectual não é tão simples. “Um intelectual é formado a partir de suas bases educacionais e convivência com outros, sejam eles familiares ou não [...]” (SANTOS, 2017, p.33). Porém, de acordo com Sirinelli (1998),

[...] é sempre possível propor uma definição empírica de um homem de cultura. Sob essa classificação podem estar inseridos tantos os criadores <<mediadores>> culturais: a primeira categoria pertencem os que participam na criação

artística e literária ou no progresso do saber, na segunda juntam-se os que contribuem para difundir e vulgarizar os conhecimentos dessa criação e desse saber(SIRINELLI,1998, p. 261).

Sendo assim, Diogo Velho pode ser, diante da classificação colocada por Sirinelli (1998), considerado um intelectual, tendo em vista à sua atuação no Brasil Império. Esse indivíduo fez parte da cultura da elite do Brasil oitocentista, além de ter sido estudante de direito, escritor, professor e político.

Nesse contexto, a pesquisa aqui apresentada proporciona uma reflexão sobre a trajetória política do Diogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque como político, jurista, escritor e, principalmente, como agente do Estado no campo da instrução no Brasil oitocentista. Um intelectual que merece ser estudado, a partir dos aportes teóricos da história da educação brasileira.

Não sei de outro paraibano que lhe tenha superado a projeção política no tempo de D. Pedro II. Esta afirmação pode suscitar controvérsia, mas o próprio tempo a dissolverá. Outros estadistas então nascidos na Paraíba têm merecido as preferências de alguns biógrafos, que, todavia, põem à margem os confrontos indispensáveis (ALMEIDA, 1977, p.14).

Porém, os confrontos indispensáveis da política nos oitocentos é o caminho no qual se pretende percorrer, com propósito de analisar e cogitar possíveis projetos educacionais que ele pensou para o povo brasileiro no Império, além de posicioná-lo como um importante político na história educacional, cultural, social e política do século XIX.

Ante o exposto, o objetivo dessa investigação é, a partir da documentação analisada e das referências teóricas visitadas, identificar, nos escritos de Diogo Velho, em jornais ou nos relatórios de presidentes de províncias ou diretor da instrução pública, se é possível perceber algum projeto ou proposta de instrução para o Brasil no século XIX.

Sobre o marco temporal, partimos do ano de 1840, levando em consideração a matrícula, naquele ano, de Diogo Velho, no Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, aos 13 anos. O Lyceu foi pensado como respostas às demandas da escolarização assentadas em novos parâmetros científicos de

modernidades que incidiram por serem condições para a preparação para o ensino superior, possibilitando Diogo Velho a estar apto para ingressar no Curso de Direito da Faculdade de Olinda, além de ser o início do desenvolvimento de suas habilidades intelectuais, a partir da ciência, tornando-o um grande Literário.

Como marco final, ficou estabelecido o ano de 1871, momento que Diogo Velho passa pela administração da Província de Pernambuco. Esse marco foi situado com o propósito de possibilitar uma análise com maior ênfase sobre os movimentos políticos, que atribuíam modificações sociais, políticos e econômicos à sociedade brasileira, Sobretudo, os entraves políticos direcionados às discussões voltadas para instruir a civilização do povo brasileiro, que se fortalecia, pois o Ato Adicional de 1834 estabelecia maiores autonomias às províncias, sobre a instrução primária e secundária no Império brasileiro.

Os objetivos específicos a serem trabalhados se preocupam em apresentar a trajetória de vida política de Diogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque, identificar possíveis redes de sociabilidades em que Diogo Velho tenha construído dentro do setor político/social, mostrar os posicionamentos de Diogo Velho dentro da formação da instrução pública do Brasil, bem como a instrução pública pensada a fim de civilizar o povo brasileiro no período oitocentista, além de identificar as ideias e projetos pensados por Diogo Velho para a instrução pública nacional.

Nesses pressupostos, e diante de tantas formulações que vêm sendo trabalhadas sobre o estudo da história da educação ao longo do tempo, construir um espaço na historiografia, que almeje pesquisar, tanto a história da educação quanto a história dos intelectuais; é posicionar um novo campo de estudo para a compreensão do surgimento intelectual de uma sociedade. É certo que esse espaço tem uma trajetória árdua, porém gratificante, no que se refere a compreender como se organizou a instrução e qual caminho seguiu a educação da sociedade brasileira.

O papel da história da educação é posicionar o exato contexto a ser analisado diante de um fato, de uma ideia, de um homem; propondo cogitar possíveis deficiências/eficiências existentes no sistema. Segundo, Ribeiro (2001, p. 33) “Não é, portanto, de se estranhar, levando-o em consideração

esse contexto, que a organização escolar brasileira apresenta, na primeira metade do século XIX, graves deficiências qualitativas e quantitativas”.

Feitas as considerações sobre os encaminhamentos teóricos e metodológicos do trabalho, nesta primeira seção, passo a apresentar as outras seções.

Na segunda seção, *Um intelectual: Vida política e a construção de uma Rede de Sociabilidade*, discuto a construção da vida educacional, cultural e social de Diogo Velho, assim como a formação de sua rede de sociabilidade, a qual se estendeu a partir de seu contato com a vida política.

Na terceira seção, *Presidente de Províncias: “Instrução Pública, assunto de alta transcendência”*, analiso a passagem de Diogo Velho, como Presidente das Províncias do Piauí, Ceará e Pernambuco, cujo propósito é pontuar suas ideias e discussões em torno da instrução pública e do ensino de educando e artífices, para o desenvolvimento econômico e a construção da civilidade do povo brasileiro.

Na quarta seção, *A instrução como palco de defesa para uma educação Nacional*, apresento as propostas e discussões sobre instrução nos escritos de Diogo Velho.

Nas Considerações Finais, volto aos resultados do curso da pesquisa, a fim de articular os achados com a problemática inicial, partindo de questões estabelecidas para tornar compreensível o desenvolvimento do trabalho, traçando os pensamentos fundamentais para uma reforma educacional no século XIX.

2 VIDA POLÍTICA E A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE SOCIABILIDADE

“Os conceitos de estrutura de oportunidades políticas e de estruturas de mobilização davam conta das dimensões diretamente políticas da mobilização” (ALONSO, 2012, p. 22).

A citação que utilizo para dar início a esta seção é de Angela Alonso, e foi publicada no texto: *Repertório, Segundo Charles Tilly: História de um Conceito*, na revista *Sociologia e Antropologia*, de 2012. Trago esta citação por entender que é importante para o que objetivo aqui, já que a autora enfatiza a prevalência de conflitos políticos como estruturadores sociais.

No texto, ela demonstra como Charles Tilly formulou sua teoria do processo político que, posteriormente, foi chamada de teoria de confronto político, que explica o desenrolar das mobilizações coletivas das “estruturas de oportunidades” e das “ameaças políticas”, sobretudo as relações de forças entre as autoridades e os grupos ocupantes dos cargos dos Estados e os desafiantes. Para Alonso (2012), era repressiva na primeira e tinha disponibilidade para os segundos, com aliados dentro dos setores da elite no poder.

A política de mobilização se apropriava de estruturas de mobilizações preexistentes. Dentro da mobilidade, o que faltava era noção para trabalhar as questões culturais existentes, que, para Alonso, era onde morava o problema. A interligação entre a cultura e seu papel construtivo para a formação da sociedade e os conflitos políticos e sociais, tendo em vista, as influências que a sociedade sofria com os conflitos políticos constituídos partir das formações de redes de sociabilidade.

Nesse sentido, entende-se que os estudos das chamadas redes de sociabilidades não podem correr o risco de submergir, o que é exaltado como centro da inteligência que é a criação e o talento. Sendo assim, os estudos das formações das redes de sociabilidades não podem correr o risco de não explicar questões essenciais para uma sociedade, e a expansão dessas redes de sociabilidades, desta feita, apresentar o ingresso do sujeito na política.

Como esta pesquisa se insere no campo dos estudos da história política e dos intelectuais, campo recente na historiografia da educação, que projeta novos caminhos para análise de conflitos políticos e que possibilita compreender a interligação da cultura com o homem político intelectual, como é caso de Diogo Velho. Indo na mesma direção, Sirinelli (2010, p.231) afirma que “[...] o comportamento político dos intelectuais merecia por si só um estudo [...]”, reafirmo a importância de estudar o objeto aqui definido, por entender que toda sua atuação já merecia um estudo, e, como esta pesquisa se insere no campo da História da Educação, ela se torna ainda mais importante. Curiosamente, é esse fato que me colocará diante de um homem e seu papel ante os debates políticos para a instrução do povo brasileiro.

Com efeito, essa seção tem o objetivo de analisar os caminhos percorridos por Diogo Velho, pela vida política/social na sociedade brasileira oitocentista, e a construção de suas redes de sociabilidades nos mais diversos espaços por ele frequentados no Império Brasileiro. Espaços que foram por ele ocupados, a partir de sua inserção no que José Murilo de Carvalho identifica como “Clube do Imperador”. Esta trajetória tem início no ano de 1829, data de seu nascimento.

Tal alargamento temporal me distancia do marco temporal definido na Introdução, no entanto, creio ser necessário que esse distanciamento seja feito para poder entender os caminhos percorridos pelo objeto analisado.

2.1 De Filho de Senhor de Engenho a Visconde de Cavalcanti

Figura 1- Diogo Velho na Fotografia que ilustra a História de sua vida política no Segundo Reinado.



Fonte: (ALMEIDA, 1977, p.12).

Antes de entrar na análise, propriamente dita, das discussões em relação às ideias educacionais que Diogo Velho Cavalcanti d’Albuquerque pensou para a sociedade brasileira, entendo ser importante apresentar o homem político que perpassaria por várias esferas públicas do Brasil Imperial, no intuito de mapear o seu lugar social, e, dessa forma, identificar os possíveis indícios de ideias para educação oitocentista, e quais posicionamentos políticos/educacionais apresentava em seus escritos, assim, situando-o no contexto histórico como um “intelectual” oitocentista. Seguirei demonstrando os campos políticos que foram ocupados por Diogo Velho.

Mesmo estando, esse trabalho, situado no marco temporal de 1840 a 1871, é oportuno pontuar a vida de Diogo velho desde o nascimento, pois entendo que foi a partir de sua formação educacional (inicial), que ele foi levado a constituir uma rede de sociabilidade inserida na elite cultural que o levaria a ser condecorado como o título de “Visconde de Cavalcanti”, em 1870, como nos mostra Almeida (1977), na foto acima.

Diogo Velho Cavalcanti d’Albuquerque nasceu em uma casa modesta na Fazenda Chaves, na cidade de Pilar, interior da então Província da Parahyba do Norte, no dia 9 de novembro de 1829. Era filho do senhor de engenho Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e de Ângela Sofia Cavalcanti Pessoa. Coursou as Primeiras Letras nas chamadas Aulas Avulsas, que, segundo Ferronato (2014), eram administradas de maneira pública e privada, e perduraram por muito tempo nas províncias brasileiras, sendo, muitas vezes, chamadas também de Aulas de Latim. Tinha-se, então, Aulas Avulsas Públicas e as aulas Avulsas particulares.

As aulas primárias de Diogo Velho foram ministradas em sua moradia, e possuíam características próprias, que, posteriormente, tiveram sua liberdade aumentada com a aprovação da Reforma de Couto Ferraz de 1854” (FERRONATO, 2014, p. 84).

A Reforma de Couto Ferraz surgiu quando o mesmo, assumiu o posto de Ministro do Império, em 6 de setembro de 1853, naquele momento,

deparou-se com a oportunidade de baixar o regulamento que ficou conhecido como a Reforma de Couto Ferraz.

O referido regulamento é um minucioso documento composto de cinco Títulos. Os títulos, Primeiros, terceiro, quarto e quinto, 'estão constituídos cada um, por um único capítulo, tratando, respectivamente', da 'inspeção do estabelecimento público e particular de instrução primária e secundária' (artigo 1º a 11), da 'instrução pública secundária' (artigo 77 a 98), do 'ensino particular e primário' (artigo 99 a 114) e das faltas dos professores e diretores de estabelecimento públicos e particulares' (artigo 115 a 135). Diferentemente, o título segundo que trata da 'instrução pública primária', compunha-se de três capítulos versando sobre as 'condições para o magistério público; nomeação, demissão e vantagens dos professores', (capítulo 1, artigo 12 a 33) os, 'professores adjuntos; substituição nas escolas' (capítulo 11, artigo 34 a 46), e as 'escolas públicas; suas condições e regime' (capítulo III, artigo 47 a 76) (SAVIANI, 2006, p. 18-19).

Os direcionamentos da Reforma de Couto Ferraz para a educação apresentavam uma preocupação, em relação à instrução primária. Perante tal quadro, é possível perceber que a regulamentação supracitada trouxe aspectos relevantes que estavam direcionadas à formação em torno do direito e dever do professorado e ao andamento das instituições escolares, sobretudo as privadas.

A reforma supracitada trazia aspectos relevantes nas discussões do ensino de primeiras letras, deixando refletir como esse ensino encaminhava, ou não, os alunos para o ensino secundário. Nesse aspecto, observa-se como Diogo Velho encaminhou seu ensino primário e secundário.

Quando terminou o ensino de primeiras letras, ele adentrou ao ensino secundário, provavelmente no ano de 1842, no Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, instituição criada em 1836, na antiga Cidade da Parahyba (FERRONATO, 2014).

Algumas informações acerca da passagem de Diogo Velho, enquanto aluno do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, foram encontradas em Ferronato (2014) e no Relatório que escreveu enquanto atuava na Diretoria de Instrução Pública da Parayba do Norte. Neste relatório, que foi enviado ao Presidente da Província Paraybana Luiz Antunes da Silva Nunes, em 1º de março 1861, pode-se perceber que a passagem de Diogo Velho pelo

Lyceu lhe deixou boas recordações, principalmente no que concerne aos docentes daquela Instituição, naquele ainda sem completar sua primeira década:

Os lentes do Lyceu distinguirão-se sempre na sua melindrosa missão de preceptores da mocidade; e muito me ufano de ter recebido de alguns d'elles as primeiras noções litterarias. Deploro que ellas, só por deffeito meu, não vivificassem me a intelligencia, de modo a justificar a inspecção que constrangidamente estou exercendo sobre os meus amigos mestres, e de que por felicidade não me utiliso senão para proclamar-lhes o merecimento (ALBUQUERQUE, 1861, *apud* FERRONATO, 2015, p.182).

Os argumentos que o então diretor de instrução pública e ex-aluno do Lyceu direcionou ao presidente daquela província é uma apreciação de um posicionamento de análise de caráter por índole, no que se refere à fiscalização feita em relação às atividades docentes. Em seu pensamento, apresentou recordações de sua passagem enquanto aluno do Lyceu Paraibano, quando se refere ter recebido deles (os professores) as primeiras noções literárias, sentindo-se constrangido por estar exercendo, sobre seus antigos mestres, a inspeção pública.

Concluídos os estudos secundários no Lyceu, adentrou ao Curso de Direito, na Faculdade de Olinda estado de Pernambuco⁷, que tinha sido instalada dois anos após seu nascimento, em 1828, como confirma Almeida (1977). Em relação a seu ingresso na referida instituição, foi pertinente levantar algumas perguntas, como, por exemplo: Quem eram os alunos das academias de Direito no Brasil do século XIX? Esse tipo de formação estava

⁷A tese de doutoramento intitulada “A educação da mulher no Recife no final do século XIX: ensino normal e anúncio de progresso”, de Hajnalka Halász Gati, defendida em 2009, na Universidade Federal de Pernambuco, resalta algumas questões em torno da Faculdade de Direito de Olinda, a saber: [...] “Além disso, lavrou o terreno para a criação, no mesmo ano de 1827, da Faculdade de Direito, em Olinda, centro de difusão de inúmeros movimentos de caráter revolucionário, considerado um verdadeiro laboratório de ideias, uma casa de agitação do espírito, uma colmeia inquieta onde se preparou para a chegada dos novos tempos. Contou com grandes mestres que trataram de fazer desenvolver a inteligência dos jovens e o espírito patriótico. Formou não só advogados e juristas, mas também filósofos, poetas ensaístas, economistas, sociólogos, políticos e estadistas, todos eles “agitadores de ideias que abalaram a sociedade no agitação da modernidade e do progresso. Foi também o celeiro de mestres das escolas do Recife (GATI, 2009, p.49).

acessível a todos? Quais influências sociais os indivíduos formados nessa instituição obtiveram diante da sociedade.

Entendo que tais questionamentos são importantes para a compreensão do processo de formação intelectual e das redes de sociabilidade de Diogo Velho.

A educação superior treinou, portanto, a intelectualidade brasileira para assumir as funções públicas no Estado, dando-lhe certa homogeneidade ideológica que a distinguiu do resto da população, sem acesso à instrução e dispersa no imenso território brasileiro (FERRONATO, 2014, p. 76).

Ante essas perguntas, busquei alguns dados que possibilitassem uma maior compressão sobre a formação superior no Brasil. A Faculdade de Direito de Olinda, de início, funcionou no Mosteiro de São Bento, de forma improvisada. As aulas ocuparam a extensão de todo o primeiro andar da instituição religiosa, como nos descreve Clóvis Beviláqua (2012), em *História da Faculdade de Direito do Recife*.

Ferronato (2014) descreve a passagem dos jovens da elite letrada, nessa e em outras instituições de ensino superior. Aliás, traz relatos da formação superior como a responsável pela formação da elite letrada.

É interessante destacar que Diogo Velho demonstra um apreço pela literatura, ainda enquanto aluno do Curso de Direito. Podemos afirmar tais questões, quando entendemos o que Gati (2009) expõe em seu trabalho ao afirmar que, na Faculdade de Direito de Olinda, os alunos foram além de juristas, foram também filósofos e poetas, conseqüentemente, grandes literários. Além disso, Diogo Velho, quando aluno do Curso de Direito, integrou a redação do Jornal Literário Alva, do qual falaremos mais tarde.

Esse impresso era composto por textos históricos, poéticos e literários, e expunha, em seus traçados, a alta inteligência de quem o redigia e exibia suas ideias, levando-me a pensar que os jovens da elite brasileira dos oitocentos eram preparados e instruídos com o fim de desenvolverem o seu lado intelectual, ficando em segundo plano, ou não tendo nenhuma ênfase na educação civil, voltada às necessidades da sociedade em geral.

No ano de 1852, na Faculdade de Direito, em Olinda-PE, Diogo Velho se formou advogado nas áreas jurídicas e sociais, aos 23 anos.

Possivelmente, foram seus colegas de classe, homens, que seriam juristas do Brasil e estariam presentes na esfera política⁸.

As Faculdades de Direito no Brasil imperial não contribuíram somente para a formação de juristas e de quadros políticos e administrativos. Tais instituições também tinham um papel importante no desenvolvimento do pensamento social, lugar que era ocupado, até então, pelos seminários católicos. Ao longo do período imperial brasileiro, e mesmo no início do período republicano, estas faculdades eram centros aglutinadores das humanidades, preparando e formando as primeiras gerações de pensadores brasileiros, de poetas, literatos e intelectuais.

Aos filhos da elite rural brasileira, como Diogo Velho, que afluíam para os cursos de direito, foi atribuída à missão de formar bacharéis aptos a assumir o papel de dirigentes responsáveis pelos destinos do país, e, também, de preparar intelectuais capazes de refletir e formular projetos para a nação.

Após sua formação, e sendo Bacharel em Direito, assim como muitos outros homens da elite do Brasil do século XIX, voltou a Parahyba e integrou o quadro da segunda geração de professores do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, o que o fez se destacar como o Bacharel em maior destaque dessa instituição educativa. Além de Diogo Velho, compunha

⁸ Bento José da Costa Junior, Gomes Soares Lopes, Constantino José da Silva Braga, Daniel Accioly de Azevedo, Deocleciano Soares Albergaria, Domingos José de S. Couto Junior, Dionísio Eleutério de Menezes, Domingos Soriano Fernandes Soares, Ernesto Pio dos Mares Guia, Francisco do R. Barros C. de Lacerda, Francisco Barros Lima Monteraso, Francisco E. de Paula Santos Alleluia e Francisco Fogaça Bittencourt. Além desses, estavam presentes também Francisco José da Rocha, Francisco José de Almeida Meida Junior, Francisco Leite da Costa Belém, Francisco de Paula Fernandes Vieira, Gabriel Soares Raposo da Camara, Joaquim Ferreira Chaves, Joaquim Altino dos Santos, Joaquim Amaro de Souza Paraizo, Joaquim Carneiro de Campos, Joaquim de Melo Rocha, Joaquim Antônio Ribeiro, Justiniano Leão Velloso, João Antônio de Araújo Vasconcellos, João Ferreira de Moura, João Bernardo de V. Coimbra, João Filipe da C. Bandeira de Mello, João da Matta Corrêa Lima, João da Rocha Hollanda Cavalcanti, João Sebastião Peretti, José F. de Albuquerque C. Lins, José Maria Freire Gameiro Junior, José Maria de Trindade, José de Sá Cavalcanti Lins, José Nicolau Pereira dos Santos, Antônio Alves Serrão e José Mariano Alves Serão. Também faziam parte da classe: José Carlos de A. Torres e Brito, José Pereira da Silva Moraes, José Vicente do Duarte Brandão, José Liberato Barrozo, José Manoel Duarte Lima, José Martins Vieira, José Mathias Gonçalves Guimarães, Luiz Filipe de Sampaio Vianna, Luiz José de Cerqueira Mendes, Manoel Izidoro de Miranda, Manoel Mamede da Silva Costa, Manoel da Silva Rego, Nabor Carneiro Bezerra Cavalcanti, Nicolau Affonso de Carvalho, Polycarpo Rodrigues Ladeia e Lima, Pedro José da Silva Guimarães, Salustio Pereira de Carvalho, Theodoro Machado F. Pereira da Silva e Umbelino Moreira de Oliveira Lima.

também essa geração, Florentino Henrique, Padre Lindolfo, Aragão e Melo (FERRONATO, 2014).

Ainda neste retorno, e de forma a fortalecer seus laços locais e suas redes, Diogo Velho se tornou Patrono da 13ª Cadeira da Academia de Letras da Parahyba do Norte⁹, compondo, desta forma, como elite cultural e política local. Esta inserção na cultura local, resultado do fortalecimento de suas redes, pode ser entendida a partir da formulação de Santos, quando afirma que:

Para entendermos como pensou e agiu um intelectual em seu tempo, necessitamos buscar, além do que foi escrito por ele, o contexto no qual estava inserido, ou seja, observar tanto o lado interno, quanto o externo do sujeito (SANTOS, 2017, p. 33).

Nesse sentido, ao observar o que Santos (2017) chama a atenção para o lado interno e externo do sujeito, percebe-se que Diogo Velho se utilizou de seu interior intelectual, desenvolvido por toda sua vida acadêmica, para agir no sentido de aproximar-se tanto das elites políticas como das culturais, com o intuito de agir, a partir do seu meio externo (social), a fim de criar suas redes e, de certa forma, conseguir seu espaço no campo político/social.

Diogo Velho apresentava um talento literário que, suponhamos, ter se fortalecido durante sua vida acadêmica, visto que se identificam, entre seus escritos, textos que passam por campos como a literatura, a prosa e a poesia. Entre seus trabalhos estavam *Notice generale sur les principales lois promulgués au Brésil, de 1891 a 1894*¹⁰, uma monografia apresentando um resumo histórico dos primeiros anos do Brasil República, assim como no trabalho de Barbosa (2009, p.18). Além desse trabalho, Almeida (1997, p.82) relatou a existência de outra obra, a saber: “*Extrait de l’ Annuaire de la législation Comparée*” (Paris, 1896; 99 págs.in 4º).

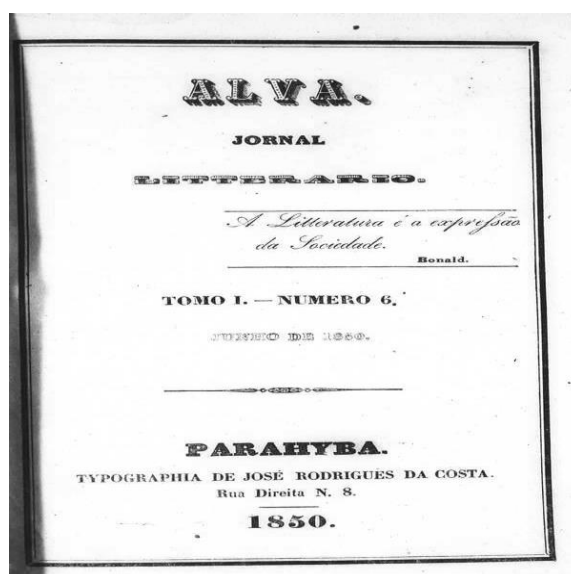
⁹Essa informação foi encontrada na página da Academia Paraibana de Letras, disponível em <<https://www.aplpb.com.br/academia/academicos/cadeiras-11-a-20>>.

¹⁰Dados encontrados na Academia Paraibana de Letras. Disponível em <<https://www.aplpb.com.br/academia/academicos/cadeiras-11-a-20>>

Além desses trabalhos, Almeida (1977) afirma que Diogo Velho chegou a redigir uma novela com enredo romântico: “Mariana”, transcrito em capítulos, no *Jornal Literário Alva*. Tive acesso a alguns números e edições desse jornal, porém, não identifiquei a narrativa em questão.

Como afirmei anteriormente, a vida intelectual de Diogo Velho iniciou também muito cedo, visto que ele, ainda muito jovem, em 1850, atuava como editor e, possivelmente, como autor de texto e ensaios do impresso chamado *Alva Jornal Literário*, publicado na tipografia de José Rodrigues da Costa, como mostra Peixoto (2017). Esse jornal tinha duas sedes de publicação, uma no Recife e outra na Paraíba. Mas, segundo Barbosa (2009), esse periódico é apontado como primeiro jornal Literário Parahybano publicado no Rio de Janeiro.

Figura 2 –Alva Jornal Literário, número 6, 1850.



Fonte: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>>Acesso: 18 nov. 2019.

No mesmo ano que se formou, em 1852, foi nomeado promotor da Cidade de Areia, pelo Presidente da Província da Parahyba do Norte, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. A Cidade de Areia estava localizada na região do Brejo Paraibano, importante centro político e cultural nos oitocentos. Em sua exposição, o Presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, no ato de passar a administração da Província para Flavio

Clementino da Silva Freire, em 29 de abril de 1853, registrou a nomeação de Diogo Velho para a promotoria da Cidade de Areia, escrevendo:

As promotorias achao-se occupadas por bacharéis formados, sendo ultimamente por mim nomeado Promotor da segunda comarca o bacharel Diogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque, moço inteligente, por haver pedido sua demissão o bacharel Manoel Corrêa Lima, que exercia aquelle cargo (RELATÓRIO DE PROVÍNCIA, 1853, p. 4).

Na ocasião que foi nomeado Promotor, teve uma árdua missão de participar do júri de Carlota Lucia Brito, acusada de assassinar Trajano Alipio de Holanda Chacon, representante do partido Liberal (ALMEIDA,1977). Nesse momento, Diogo Velho pôde expor todo seu talento como jurista.

O novo Júri ocorreu em abril de 1853; então, o promotor era Diogo Velho e o advogado de defesa Aragão e Melo. Diogo bateu-se com Aragão renhia e brilhantemente, logrando a confirmação das decisões, salvo quanto a Carlota, cuja pena de morte foi convertida em prisão perpétua [...] (ALMEIDA, 1977, p.19).

O certo é que, nesse momento, Diogo Velho, projetava-se no mundo jurídico e político, embora só tivesse vinte e quatro anos de idade. Entre uma das características que apresentavam a elite brasileira, estava sua passagem pelas várias esferas políticas. Nesse prisma, ressalta-se que, no biênio de 1854-1855, foi representante da Assembleia Provincial. A partir de sua circulação no meio social e político, Diogo Velho ascendeu à vida pública como membro do Partido Conservador e a outros cargos da vida pública parahybana e brasileira; sendo representante da Câmara de Deputados da Parahyba para a Legislatura de 1857-1860.

Durante esse período, morou na cidade do Rio de Janeiro, quando foi convidado a ser um dos membros do gabinete presidido pelo Visconde de Itaboraí. Foi nomeado Presidente da Província do Piauí, em 1859; Diretor de Instrução Pública da Província da Parahyba do Norte, em 1861-1862; Presidente da Província do Ceará, em 1868; e da Província de Pernambuco, em 1870-1871.

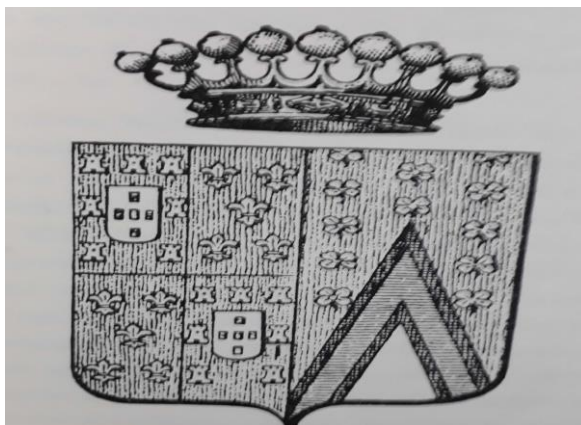
Figura 3: Diogo Velho, na abertura da exposição em Paris, como comissário Geral do Brasil. Centrou suas atenções à sombra da Bandeira Imperial.



Fonte: (ALMEIDA, 1977, p.71).

Fazendo parte do grupo seleta ou, como denominou José Murilo de Carvalho, no livro *A construção da ordem e teatro de sobras* (1996), o “Clube do Imperador”, Diogo Velho alçou aos mais altos cargos da elite imperial. Destes, destacam-se: Ministro da Agricultura, Comércio e obras Públicas (1869), Ministro da Justiça (1875), Diretor do Ministério dos Estrangeiros (1872), Deputado Provincial, Deputado Geral, Senador Vitalício pelo Estado do Rio Grande do Norte (1877), e membro do Conselho do Estado. Além dessas passagens, representou o Brasil na Exposição Universal de Paris, em 1889, como Comissário Geral. O Visconde de Cavalcanti, assim condecorado, em 1871, participou da vida pública política como membro do partido conservador e também exerceu a promotoria pública, na cidade de Areia.

Figura 4- Foto do Brasão em que Diogo Velho teve direito de uso privativo, a partir de quando lhe foram concedidas, pela coroa, honras de Visconde.



Fonte: (ALMEIDA, 1977, p. 81)

A elite política imperial era composta pelo Imperador, pelos conselheiros de Estado, pelos Ministros, pelos Senadores e Deputados. Dada à simplicidade da estrutura política do Império, os cargos formais de comando coincidiam com a capacidade efetiva de comandar. Não havia, portanto, necessidade de se escolher entre uma definição “posicional” ou “decisional” de elite (CARVALHO, 1996).

Esses eram os principais canais pelos quais circulavam os membros da elite, dentre estes, Diogo Velho Cavalcanti d' Albuquerque, o que reforça a sua coesão, do ponto de vista do seu treinamento profissional. A estabilidade política do Império propiciou, aos membros da elite, longas carreiras políticas e, por consequência, uma ampla circulação geográfica, em função dos cargos que ocupavam (CARVALHO, 1996).

Conferiu ao grupo uma visão global do País, já “[...] que seus membros passavam por várias províncias no decorrer de suas carreiras, além de fortalecer sua coesão, em função do treinamento que a circulação propiciava” (CARVALHO, 1996, p. 107). A especificidade da elite política imperial, muito provavelmente, “[...] não era devida à origem social de seus membros, prendendo-se muito mais à sua socialização pela educação, ocupação e treinamento político, o que lhe teria garantido uma determinada concepção de Estado” (CARVALHO, 1996, p. 124).

Diogo Velho foi um dos pensadores da construção da estrada de ferro Conde D'Eu, que ligava Cabedelo a Alagoa Grande, e pela extensão da linha telegráfica de Recife a João Pessoa. Segundo Almeida (1977), empresa resultante de sua iniciativa e bem sucedida que teve autorização de

funcionamento a partir do Decreto Imperial nº4.838, de 15 de dezembro de 1871. Sua colaboração literário-política foi interrompida em “[...] consequência do mal que lhe afetou; a vista a perda da visão lhe viria em quadra de sombras, quando a mudança do regime o despejou de todas as dignidades da vida pública” (ALMEIDA, 1977, p. 72).

Com uma vida política estabelecida, buscou edificar sua vida pessoal em um relacionamento. Em 1853, nasceu, no Rio de Janeiro, aquela que viria a ser sua esposa, Amélia Machado Coelho de Castro, que se tornaria “Viscondessa de Cavalcanti” (FERRAZ, 2013). Amélia era filha de Constantino Machado Coelho de Castro e Mariana Barbosa de Assis Machado. De origem sofisticada, a jovem, assim como toda sua família, destacava-se na figura de Mariano Procópio Ferreira Lage. Família influente na Província de Minas Gerais, que viu a cidade de Juiz de Fora crescer, a partir do plantio do café, após 1840.

Ainda muito jovem, Diogo Velho se casou com Amélia Machado Coelho¹¹, prima de Alfredo e Frederico Lage, filhos de uma das mais tradicionais famílias existentes naquele tempo no Brasil, os “Ferreira Lage”, fundadores do Museu Mariano Procópio, no ano de 1915.

Dama ilustre, Amélia cresceu e se tornou uma linda moça, educada e de bons costumes, considerada um dos melhores partidos do Rio de Janeiro naquele momento. Casou-se com o Visconde Diogo Velho em 1871, elevando o Visconde a um dos homens públicos mais felizes da época, pois, finalmente, uniu-se a uma bela e requintada dama, a mais cobiçada da região. O casal teve dois filhos: Fernando e Estela (ALMEIDA, 1977).

Figura 5- Viscondessa de Cavalcanti, Numa Blanc Fils, cerca de 1880.

¹¹Para maior compreensão sobre a esposa de Diogo Velho e a família Ferreira Lage, sugiro a leitura do trabalho intitulado: Memória narrativa e visual nos álbuns de fotografias oitocentistas da família Ferreira Lage e Cavalcanti. **Revista resgate**, v. 22, n. 2, 2014. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645780>> Acesso: 28 dez. 2019.



Fonte: Ferraz (2013).Acervo: Museu Mariano Procópio (MMP).

Grandes colecionadores de obras de artes, o casal tinha uma vida social intensa e circulava entre os intelectuais. Segundo Almeida (1977, p. 70):

“[...] J. Veiga Junior, um biógrafo de mérito, escreveu: Justamente festejada pelos dotes formosos do físico e do espírito, atraía aos salões da residência do casal, pela distinção e fidalguia, a gente seleta da vida social, cultural e política”,

Isso fortalecia as redes de sociabilidade que possibilitariam as discussões sobre a política e a sociedade brasileira. Esses encontros eram repletos de políticos, artistas, escritores, intelectuais, além da família Imperial. Tal costume se consolidou como um importante meio de fortalecimento, tanto dos laços familiares, como das redes de sociabilidade entre a elite nos oitocentos.

Mas é oportuno referir que ele pôde emprestar ainda maior brilho às reuniões sociais promovidas pelo Ministério de Estrangeiros graças ao concurso primoroso de sua mulher, dama de inúmeras virtudes, espírito, arilado, educação esmerada e beleza singular. As festas realizadas em sua casa ou nos salões da chancelaria tornaram-se famosas; mereceram referências, marcantes dos cronistas e historiadores dentre os quais, Vanderlei Pinho (ALMEIDA, 1977, P. 69).

O palacete do casal era decorado com grandes obras de mestres das artes. Atualmente, alémdo Museu de Mariano Procópio, o Museu Histórico Nacional guarda, em seu espaço, uma das mais belas artes doadas por Amélia. Trata-se de um retrato de sua filha, desenhado pelo artista francês Léon Bonnat. Vale sobrelevar que “As 104 peças que compõem a coleção da viscondessa estão entre as mais importantes do mundo” (FERRAZ, 2013).

Amélia Machado, a “Viscondessa de Cavalcanti”, tornou-se uma colecionadora de fundamental importância do acervo do Museu Mariano Procópio, pois detinha um conhecimento profundo em “numismática, botânica, musicista, cartofilista”, e era conhecedora da importância de salvaguardar a cultura do Brasil. Amélia doou Estatuetas, leques, telas, medalhas entre outros objetos ao museu Mariano Procópio (FERRARI, 2011).

Entre suas doações, teve maior destaque a vasta coleção de cartões postais que guardava consigo informações sobre diversas temáticas, a saber: A família imperial, paisagens e monumentos de diversas regiões do Brasil e do mundo e catedrais (FERRARI, 2011). A exposição tinha como objetivo, além de expor os acervos apresentados pelos intelectuais, comemorar o centenário da revolução francesa. Diogo Velho Visconde Cavalcanti d’ Albuquerque, faleceu em 14 de junho 1899, em Juiz de Fora (MG), esua esposa, Amélia, em 1946.

No percurso da pesquisa, entendi Diogo Velho como um homem de cultura, inserido na categoria intelectual/criador, a partir da formulação de Sirinelli (1998), que é sempre possível perceber um intelectual/criador a partir de suas bases, ou seja, aqueles que pertencem e participam da criação literária e artística ou no progresso do saber. Conclui-se que, diante da análise, é possível classificá-lo como parte da elite da mediação cultural que, segundo Sirinelli, pode ser compreendida como dotadas de poder de influência.

Decerto que uma análise sociológica dos modos de produção intelectual é preciosa e foi o fermento de belos trabalhos. Mas o estudo das redes e dos homens não pode resumir-se aos seus supostos efeitos micro-sociais. (SIRINELLI, 1998, p.271)

As redes de sociabilidades constituem aquilo que Sirinelli (1998) estabelece como as chamadas estruturas de sociabilidades que compunham um instrumento para compreender a organização e a dinâmica do campo. O que nos permitiu observar a imprensa como um espaço propício para a circulação de ideias e o contato com outros meios da sociedade, possibilitando o acesso a vários setores, seja público ou privado.

2.2 Um jovem Literário: “A literatura é a expressão da sociedade”

O investimento em ferrovias no século XIX permitiu uma maior circulação de impressos dentro da sociedade brasileira, a exemplo de jornais, livros, folhetins, entre outros; que, todavia, chegavam e saíam, com maior rapidez, de um local para o outro, permitindo, assim, a cultura escrita começar a difundir-se na sociedade brasileira como meio de informação e influência social

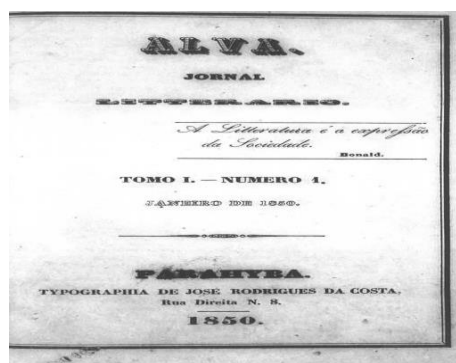
É possível observar, sobretudo, aspectos que podem posicionar a imprensa oitocentista como uma rede de sociabilidade que conduzia, em suas laudas, opiniões relativas a cada acontecimento político do jornal, à época. Sobre esses aspectos, e para a pesquisa específica acerca do jornal como espaço para classificação de dados, principalmente, no que direciona as formações de rede de sociabilidade, é possível indagar que os grupos de sociabilidade derivam das experiências e das relações sociais vividas por esses indivíduos intelectuais em locais específicos e lugares estabelecidos.

As relações estruturadas em rede que falam de lugares mais ou menos formais de aprendizagem e de troca, de laços que se atam, de contatos e articulações fundamentais. [...] a noção de rede remete ao microcosmo particular de um grupo, no qual se estabelece vínculos afetivos e se produz uma sensibilidade que se constitui marca desse grupo (SIRINELLI, 2003, p. 38).

O uso do termo intelectual foi, aqui, apropriado para mensurar um dos redatores desse impresso literário, Diogo Velho, que integrava um grupo de juristas que compunham o “Alva. Jornal literário¹²”, da Província da Parahyba do Norte, no ano de 1850. Simultaneamente, a imprensa, no século XIX, divulgava relatos políticos, acontecimentos sociais, fatos, contos e poesias em seus impressos.

Seu escrito, cuja intenção era influenciar a sociedade, seguia como meio de expressão da necessidade social. Entretanto, essas consignações eram pensadas por um pequeno grupo, que utilizava desse mecanismo para difundir seus pensamentos na sociedade. “Porque uma ideologia torna-se dominante no meio intelectual numa data dada”? Assim questiona Sirinelli (2010, p. 236).

Figura 6 - Alva. Jornal Literário, capa do jornal 1850



Fonte: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html>> Acesso: 18 dez. 2019.

É cabível ressaltar que a imprensa é uma importantíssima fonte escrita para a compreensão das ideias e discussões difundidas em torno dos acontecimentos sociais, assim como dos relevantes temas que estiveram na pauta das questões concernentes à instrução e às lutas políticas. “O jornalismo se mostra como atividade intelectual, pressupõe valores morais e éticos, os intelectuais que a ele se dedica procura informar e ao mesmo tempo formar, assumindo o papel de educador” (MACHADO, 2007, p. 37).

¹²Nesse trabalho, existem várias citações transcritas de forma literal, com propósito de deixar a escrita da época (século XIX) em evidência, tendo em vista sua importância para a historiografia.

É verdade que a imprensa oitocentista teve um papel importantíssimo na sociedade brasileira, sobretudo no que tange à produção de pensamentos para a construção do debate político. Porém, é possível observarmos nos escritos jornalísticos do século XIX, que seus editores tinham um propósito, além do transmitir informação, de informar para educar, uma vez que “[...] informa sobre fatos e acontecimentos, criando uma forma de interpretar a realidade, por meio do qual os intelectuais apresentavam suas ideias ao público” (MACHADO, 2007, p. 38).

Para esse autor, os impressos jornalísticos outrora serviram como importantes campos de estratégias para a construção de uma conformidade de publicidade política e religiosa, do qual produziam novas sensibilidades, modos e tradições. Porém, os jornais do século XIX foram, sobretudo, vistos como meio tático educativo.

Os aspectos educativos escritos nas páginas do *Alva Jornal Literário*, são de possível observância, quando, em sua primeira edição, em 1850, logo na Introdução, discorre relatos sobre as vantagens que produz um jornal literário, além do processo informativo. Assim,

Esse *corpus documental* constitui-se num espaço de produção e circulação de ideia de um dado período, e principalmente, nos estudos em educação, em suportes que informam, instruem e educam o que nos ajuda a pensar sobre diversos elementos envolvidos no processo educativo e nas estruturas de sociabilidade constitutivas de itinerários desses sujeitos (CRUZ; COSTA, 2017, p. 110).

O historiador da educação, ao observar a possível existência de uma cultura criada nas perspectivas da inserção de um possível espaço para desenvolver a educação, busca ampliar suas análises a fim de alcançar novas fontes e objetos para a pesquisa. Quanto à ação literária que os jornais tinham na sociedade, vale sublinhar que ela pôde ser

[...] entendida por letrados do século XIX como ação político-partidária capaz de interferir, transformar o universo iletrado do final desse século, mantendo-se os intelectuais, em posição sempre distinta e irreduzível; enfim, a literatura e os jornais foram parceiros, que almejavam a função de arautos do saber, da verdade, na comunidade iletrada, que cada vez mais era absorvida, de forma unilateral, pelas imagens das letras, os “typos”, pelo eco que vinha de dentro das

academias, bibliotecas, das leituras em voz alta nas praças, casas adentro e das tipografias, pelas mãos dos tipógrafos (FERNANDES, 2004, p.48).

Vilar (2007) afirma que, durante muito tempo, parte da sociedade brasileira compreendeu que os escritos dos periódicos literários do século XIX, em nada, ou pouco, contribuíram para o desenvolvimento da sociedade oitocentista, quando, na verdade,

Vários historiadores paraibanos, seja do jornalismo, seja da literatura, têm chamado a atenção para a existência das revistas literárias *Alva* e *Idéia*. Sempre referidas essas revistas, no entanto, poucas foram lidas – no sentido amplo do termo – e avaliadas a partir de uma perspectiva do fazer literário do século XIX (VILLAR, 2007, p. 02).

Para tanto, é possível perceber que os jornais literários do século XIX tinham um propósito além da informação. Eles serviram para construir as redes de sociabilidades que possibilitassem a disseminação de ideias, usando a literatura como difusão de pensamentos, um espaço irregular, um mecanismo literário capaz de instruir, educar e civilizar o povo brasileiro. Nesse sentido, Vilar (2007, p. 4), ressalva que

O primeiro passo da revista literária foi o de romper com as 4 páginas comuns aos periódicos da época, onde se espremiavam as informações oficiais, partidárias ou noticiosas dos periódicos. Publicação mensal, contendo cada número de 12 a 20 páginas, sua assinatura custava 2\$000 Rs, por semestre.

É possível observar, na contracapa do jornal, que o escrito tinha como objetivo atrair a atenção do leitor para o domínio das letras, a instrução. Vilar (2007) mostra o jornal como a *Revista Literária Alva*.

Compreendo que esse posicionamento pode ser devido o jornal estar organizado com uma introdução, seguindo de noticiários, anedotas, romances, contos literários e fatos históricos. Além disso, o jornal vem enumerado em uma sequência, como se os redatores tivessem à intenção de encaderná-lo, como uma organização de revista ou livro. Em

concordância com Vilar (2007) trato o Jornal como a “Revista Literária Alva¹³”.

Figura 7-Alva. Jornal Literário, contracapa do jornal 1850.



Fonte: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>> Acesso: 18 mar. 2019.

Com efeito, traçaremos, a partir de agora, aspectos presentes na “Revista Literária Alva”, como um escrito pensado para o letramento e a instrução da sociedade brasileira do século XIX, assim como a passagem de Diogo Velho nesse espaço.

Vilar (2007) pontua que Barbosa Lima Sobrinho afirmava que, para que surgissem os contos, era necessário que os periódicos jornalísticos literários do século XIX se ampliassem, sobretudo para atrair a atenção de novos leitores preocupados com o domínio das letras, ou que se tornasse bem-sucedido, para ganhar algumas inovações, ou aumentar o formato inicial. Compreende-se que,

Depois de O Tapuia e o Investigador, A Alva representou a terceira tentativa de se ter uma publicação literária na

¹³A partir daqui o Alva. Jornal Literário será tratado como Revista literária Alva, tendo em vista, a concordância com Villar (2007). Entendemos que os redatores tinham a intenção de encadernar o jornal em formato de revista ou livro.

província paraibana. Apesar do empenho demonstrado pelos seus editores, a revista Alva durou apenas (ou só restaram?) seis números, que, embora poucos, são suficientes para restaurar parte da história das práticas de escrita e de leitura daquele tempo (VILAR, 2007, p. 4).

Seguindo um padrão nacional, entre seus conteúdos estavam os “romances, bosquejo histórico, poesia e biografia de autores nacionais, anedota, além de um ensaio opinativo” (VILAR, 2007, p. 4). No entanto, foi a introdução da Revista Literária Alva que me mostrou quais eram seus principais objetivos, tendo em vista que a imprensa, à época, servia também para formar redes de sociabilidades.

As vantagens, que produz um jornalismo literário são já hoje tam manifestas, que dispensam longas provas. Reconhecido geralmente como o meio mas profícuo, que podia a imprensa oferecer em beneficio da instrução e moralidade do povô, poisque é ele o mas fácil de pôr ao alcance de todos uma variedade de conhecimento que aliás á pouco chegaria- o jornalismo litterario, representante do caráter das idéias, do estado de um paiz, e indicador dos passos dados na carreira do progresso, tem-se tornando um elemento indispensável da civilização(ALVA.JORNAL LITERÁRIO, 1850, Tomo. I, p. 1).

É possível observar que as explicações na introdução da Revista Alva classificam a produção jornalista como um meio mais “vantajoso” para o progresso da civilização, haja vista que a imprensa oferece benefícios ao desenvolvimento social, uma vez que a literatura produz a capacidade de ampliação intelectual, contribuindo para que o leitor se torne um homem letrado, instruído e civilizado.

Além disso, a variedade de conteúdo que a revista literária apresentava, simulava caráter de ideias diversas, pois seus escritos eram produzidos por redatores diferentes, ou seja, homens com pensamentos distintos a respeito de determinados fatos sociais.

Forâ portanto um absurdo intoleravel negar a necessidade urgente que d'elle se fez sentir em uma terra como ésta, onde pouco se cultivam as letras, onde a indústria é nenhuma, o commercio padece tristemente na falta de medidas acertadas e convenientes ao seu incremento, e a agricultura não tem modificado para o seu aperfeiçoamento aquella rude trilha que a necessidade fê-la seguir (ALVA. JORNAL LITERÁRIO, 1850, TOMO. I , p. 1).

Os redatores da revista posicionavam as necessidades de espaços que pudessem produzir para a sociedade brasileira um letramento capaz de tornar o Brasil um país produtivo economicamente, em que a indústria e o comércio fossem apropriados e conduzidos por homens letrados. Com esse direcionamento de ideias, para os redatores, a necessidade de espaço propício para a instrução voltaria à revista literária à responsabilidade do letramento, já que esse era o *lócus* de disseminação de ideias de maior alcance social do século XIX (FERNANDES, 2004).

Duas vezes porém temos testemunhado aqui a nobre tentativa d'uma publicação periódica respectiva tam somente à ciência e a literatura; e duas vezes temos tido o dissabor de vê-la desfalecer ante os graves obstáculos deparados em seu andamento (ALVA. JORNAL LITERÁRIO, 1850, TOMO I, p. 1).

No entanto, sabemos que os periódicos aceitos socialmente eram aqueles que publicariam noticiários sobre os acontecimentos políticos, sociais e econômicos, tendo em vista que relatos de tentativas de publicação aos periódicos literários, que produzissem somente a literatura e a ciência, afim de contribuir para o processo de civilização e instrução do povo brasileiro, seguiram como grandes obstáculos.

Considerando o Brasil oitocentista, composto por sua maioria populacional de analfabetos, os jornais literários e a Revista Alva poderiam inserir na sociedade o desenvolvimento da instrução, já que, em meados do século XIX, não tínhamos espaços apropriados para o letramento do ensino primário, como nos mostra Ferronato (2014).

A imprensa d'esse gênero não exigissem mas que os precisos cabedais da inteligência, persuadimo-nos de que há muito não contaríamos semelhante falta. Mas é que não basta só isso [...] tristes são certamente algumas circunstância, cujo peso é necessário confortar, senão longo e aturado esforço empregar em combater. O que porém nos dóe fundo, e tem sido a causa principal de muitos de nossos atrasos, já não são ellas- inda mal: é essa fatal indeferentismo tam gélido, e tam arraigado, o qual infelizmente s' estende a muitos respeitos, e parece em fim, como se fosse fado d' infeliz província, pesar em tudo que

podia tender á sua prosperidade (ALVA. JORNAL LITERÁRIO, 1850, TOMO I, p. 1-2).

Sobretudo, entre os aspectos apresentados na Revista Literária Alva, estava a discussão em torno do gênero que o escrito considerava relevante, pois a única exigência ao leitor era atenção em torno da capacidade de desenvolvimento e da inteligência. No entanto, o maior problema da sociedade brasileira, no século XIX, era exatamente a falta de letramento, da instrução.

Para os redatores, a Província Parahybana passava por todas as dificuldades de desenvolvimento intelectual que poderia atrasar a prosperidade do povo brasileiro. Concordando com Machado (2007), quando destaca a imprensa como meio de difusão de atividade intelectual, pois os impressos jornalísticos desenvolvem, na sociedade, reações dos leitores sobre ideais e posições, assim, fazendo-os pensar valores morais e éticos, o intelectual que cultiva a informação, forma instruindo a sociedade e assumindo o papel de educador.

Nesse largo sentido, o trabalho exposto nos escritos literários do periódico em questão inseria, na vida urbana da Província da Parahyba, registros voltados à literatura, aos contos históricos, às poesias; e levaria noticiários relevantes para o período Imperial brasileiro, no tocante à interferência no processo de instrução e do desenvolvimento intelectual. Machado (2007, p.36) pontua que, “segundo Silva (2007), no século XIX, entre 1830 e 1890, verificou-se um crescimento no consumo de jornais”.

Não hesítamos pós- comquanto poucos e fracos, mas levados do amôr do estudo, e investigado pelo desejo de ver melhorado um dia a sorte de nossa terra, e desobstruído o caminho que deve de leva-la ao templo da civilização- não hesitamos em imprehender a presente publicação, com a esperança d’ estimular outras penas mais habilmente aparadas, e que com mas destreza e proveito possam ser manejadas –á fim d’hir dispertando o gosto da leitura, adormecido sob a influencia d’ habitós máus, que a sociedade alimenta (ALVA. JORNAL LITERÁRIO, 1850, TOMO. I, p. 2).

Na revista, encontra-se, tanto como o desenho, um argumento dos redatores de uma sociedade sem civilização, em que o único desejo dos jovens acadêmicos da “Alva” era estimular o gosto do povo brasileiro pela leitura, que se encontrava adormecido entre os homens.

O universo da imprensa é ricamente diversificado, permitindo múltiplas aproximações, mas as que têm se destacado são aquelas que tratam especificamente das publicações voltadas diretamente para as questões educacionais [...] (CARVALHO; FARIA FILHO, 2007, p. 54).

Afirmo que este veículo de comunicação tinha como relativa prática, a de informar e instruir o povo brasileiro, usando técnicas e métodos em seus escritos capazes de levar ao leitor aquilo que ele não se propunha a aprender.

Mas, como já mencionado anteriormente, a Revista Alva foi escrita por jovens redatores acadêmicos com proeza na inteligência, entre eles, Diogo Velho Cavalcanti d’ Albuquerque, que, naquele momento, era acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Olinda-PE. Como argumentos para enfatizar os caminhos iniciais dos escritos da Revista Literária Alva, os redatores deixaram uma conclusão na introdução do jornal.

Attento o que levamos dito, não s’espere uma obra de grande vulto. São inteligência que começam a desenvolver-se agora: apresentam apenas um humilde insaio literário. Outra coisa não indica o titulo do presente jornal [...] (ALVA. JORNAL LITERÁRIO, 1850, TOMO,I . p,2).

Definindo as prerrogativas que a imprensa oitocentista possibilitava que a sociedade obtivesse de informação naquele momento, é possível observar que, na introdução da Revista Literária Alva, seus redatores deixam aberta a importância desse escrito para a instrução pública do povo brasileiro, assim como para o progresso da nação.

Diante dos relatos, observamos que esses posicionamentos de ideias nos permitiram refletir que uma sociedade escravocrata, como era o Brasil do século XIX, tinha parte da nação instruída por ditos pensados por mecanismo irregular.

Com isso, em meio à narrativa sobre os caminhos em que o Brasil deveria seguir para um possível progresso, o periódico em questão inspira verdades em relação à instrução pública e ao pouco cultivado e interesse por parte dos representantes políticos para o incremento das letras aos homens.

Como construir uma nação sem educação? “[...] temos então que a instrução que a escola era para os que tinham ‘mérito’ e a instrução de massa ficava para o momento em que a sociedade pudesse oferecer a todos” (FERRONATO, 2006, p. 108).

Tendo em vista as discussões educacionais inseridas nos escritos jornalísticos, a imprensa é uma fonte escrita que pode ampliar os estudos voltados para a história da educação. Levando em consideração o espaço promissor de ampla possibilidade de instruir e disseminar ideias, ao lado de questões políticas, econômicas culturais e sociais, seus noticiários induzem o homem a pensar seu meio.

Foi nesse cenário que um grupo de intelectuais, entre eles, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, partindo da formação de uma rede de sociabilidade, influenciou, a partir dos escritos na imprensa, a sociedade paraibana a entender o atraso em que a província se encontrava. Vale destacar que as redes de sociabilidades eram espaços de meio de domínio intelectual, em que as elites culturais se definem notadamente pelo seu poder de influência (SIRINELLI, 1998).

Visando ao desempenho que o jornal tinha em relação ao instruir/educar no Império brasileiro, é possível asseverar que um dos intuitos desse impresso permanecia voltado a direcionar o leitor ao campo do pensamento crítico. Como observou Araújo (2017, p. 101): “Em editorial devotado à instrução, é cabível a afirmação do norteamento em torno do progresso alavancado pela educação escolar”.

Para além das discussões sociais e políticas existentes nos escritos jornalísticos, é possível pensar que os artigos, contos e poesias viventes nos jornais literários, à época, tinham como características dois pontos: o primeiro estava voltado à disseminação de ideias específicas pensadas e construídas por um grupo determinante; o segundo direcionava sua atenção à instrução literária, partindo da análise dos contos e das histórias literárias presente no escrito.

A Revista Literária Alva teve um total de seis edições. Em contato com alguns artigos existentes nessas edições, percebemos que, muitos de seus registros, apresentavam-se sem autoria. No entanto, as características voltadas, tanto para a disseminação de ideias quanto para a instrução literária, estavam presentes. Em um de seus artigos, estavam redigidos os contos literários, na seção denominada “bosquejos históricos”. Todavia, suas características enfatizavam, através da leitura, fatos históricos ocorridos nos séculos anteriores. Estaria o impresso possibilitando ao povo, além do letramento, o entendimento de como ocorreu o processo inicial da história brasileira e do entendimento político, social e cultural? Por ser muito extenso seu escrito, peço licença para citar um de seus excertos.

A nossa querida terra de Santa-Cruz, pátria de tantos homens ilustres, foi o solo onde Salvador Correia de Sá e Benavides viu a luz da existência para a honra das armas, e gloria de seu paiz. Da grande e ilustre família dos Sás, á quem por muitos anos esteve confiado o governo do Rio-de-Janeiro, descendia seu pai Martim de Sá; e sua mai D. Maria de Mendonça Benavides era filha de Manoel de Benavides, Governador de Cadiz na Andaluzia.[...] Logo no Berço parece haver sobre elle bafejado o sopro daquela nobre coragem, que seus antepassados tanto tinha distinguido; de sorte que apenas podê seu corpo surgeita-se ás agruras da guerra, inda aos seus desoito anos, já brioso encarava os temíveis holandeses- com quem sustentou combates arriscados- sem que o Silvio das Balas, e o raivás do escarcéus, encontrassem no seu animo um vimlubre de temor. Cahiu sobre os piratas devastadores que infestavam o mar; e lhes fez conhecer a força do seu braço, obrigando-os a integrar as armas submissos[...] não tardou muito que esses dias riasse o Brasil com a fama de sua imensa riqueza natural deslimbrava então o estrangeiro; e a sede do ouro-tam fatal e comumente origem das mais penosas desgraças-abalançava-se de bem longe para vir sarcia-se n'elle. Cego da ambição os holandezes foram os que mas audazes tornaram-se em suas pretenções; dirigiram-se us primeiros ataques sobre a Bahia, capital então de toda a colônia; surpreenhendo o governador d' essa capitania, prenderam-n'o, assenhreando-se de toda a cidade n'ella se fortificaram.[...] O sol do 1º de Maio de 1625 testemunhou, livre de sombras, mil proezas, mil rasgos d' heroísmos a liberdade da Bahia emfim; mas uma nuvem de tristeza derramou-se nos semblantes brasileiros quando depois do combate contemplaram o estado deplorável do lucro e de miséria, à que os batavos desesperados e tendo certa a perda reduziram com ferro e fogo a formosura da capital do Brasil (ALVA JORNAL LITERÁRIO, 1850, p. 17-18).

É possível observar que os “bosquejos históricos” tinham como propósito contribuir para o desenvolvimento da historiografia. Diante da citação acima, e lavando em consideração que o fragmento do artigo publicado na Revista relata fatos ocorridos em 1625, chegamos à conclusão de que a literatura, descrita nessa fonte documental, pretendia, sobretudo, posicionar as façanhas de homens intelectuais no que diz respeito à avaliação da história do Brasil Colônia e da invasão holandesa. Acrescenta-se, também, às publicações no impresso, as anedotas e poesias.

Comumente, é possível observar que os textos eram escritos para instruir e civilizar o homem daquela época, sobretudo, pela importância que a imprensa apresentava para a sociedade do Império brasileiro, seus encontros, suas concepções e suas correntes jornalísticas à época.

No entanto, esses jovens redatores, ao introduzirem mais um escrito literário na imprensa brasileira, estavam contribuindo para o avanço da cultura escrita na sociedade, além de disseminar seus pensamentos sobre um determinado fato social.

Foram redatores os acadêmicos João da Costa Ribeiro, José Carlos da Costa Ribeiro, Olinto José Meira, Diogo Velho Cavalcanti d’Albuquerque, Adelino Antonio de Luna Freire e Salvador Henrique de Albuquerque (PEIXOTO, 2017). Sendo, os redatores, integrantes de uma das maiores tipografias existentes nos oitocentos, compreendemos o que Sirinelli (2010, p. 241) evoca no que se refere à influência social: “Os intelectuais influem na vida das sociedades seja para o bem seja para o mal”?

A Revista Alva foi impressa na Tipografia de José Rodrigues da Costa¹⁴, sendo ele um dos mais importantes tipógrafos da Província da Paraíba do Norte e do Brasil oitocentista.

Com ênfase no que foi observado sobre o escrito da Revista Literário Alva, e mesmo obtendo contato com trabalhos já existentes sobre esse escrito, nos quais demonstram a passagem do Diogo Velho como um dos

¹⁴É possível encontrar a história de José Rodrigues da costa, assim como da Revista Alva na dissertação de Tayná Cavalcanti Peixoto. “Além dos periódicos políticos noticiosos, saiu das suas prensas, Alva. Jornal Literário” (PEIXOTO, 2017, p. 2).

redatores, não consegui identificar, em nenhum deles, a assinatura do Diogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque. No entanto, autores como Vilar (2007), Peixoto (2017), Almeida (1977), entre outros, dão notícias sobre sua passagem no impresso.

2.3 Entre Técnicas e Educação: como instruir o cidadão

As discussões sobre como instruir o povo brasileiro eram intensas no período oitocentista no Brasil. Constatei isso ao analisar os documentos oficiais enviados à Assembleia Geral Legislativa, por seus respectivos representantes de Estados, os Presidentes das Provinciais, os Diretores de Instrução Pública e os Ministros de várias pastas públicas. Esses documentos apresentam as ideias e as falas desses homens públicos, cuja ênfase se dava em torno da defesa de um determinado fato social.

Entre tantas palavras encontradas nestes documentos, uma se apresenta muito recorrente ao pesquisador, que utiliza, como fonte, os Relatórios de Presidentes de Província, principalmente os anexos a estes relatórios, dos Diretores ou Inspetores da Instrução Pública. A palavra “Civilizar” é recorrente nestes documentos, que, no léxico, significa propagar ou expandir a civilização; fazer com que seja ou se torne civilizado, ou educar, urbanizar ou ensinar, ou seja, agir com aqueles que não tinham atingido a condição de civilidade, urbanidade, gentileza e cultura.

São essas questões que possibilitam refletir sobre a instrução e a construção da cultura do povo brasileiro no século XIX, sobretudo, temas como a instrução técnica profissional que aparece em vários momentos. Nesse sentido, porque pensar uma instrução profissional nos oitocentos?

Este tema chamou atenção em virtude de ter surgido quando lia o Relatório do Ministério da Agricultura de 1869, que, por ventura, era Diogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque, o Ministro.

Figura 8 - Relatório do Ministério de Negócios e Agricultura, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império Brasileiro.

RELATORIO
 APRESENTADO
 Á ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA
 NA
 SEGUNDA SESSÃO DA DECIMA-QUARTA LEGISLATURA
 PELO
 MINISTRO E SECRETÁRIO DE ESTADO
 DOS
 NEGOCIOS DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS
 Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.



RIO DE JANEIRO
 TYPOGRAPHIA UNIVERSAL DE E. & H. LAEMMERT
 61 B. Rua dos Invalidos, 61 B
 1870

Fonte: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>> Acesso: 14 jul. 2018.

Ao analisar este relatório que o então Ministro da Agricultura, Diogo Velho, apresenta uma avaliação em torno da instrução técnica profissional, observa-se uma preocupação em relação à formação dos profissionais que pertenciam aquele setor.

Esse importantíssimo ramo do serviço tem sido quasi que nominal. Administrativamente falando. Em verdade o que significa um ministério da agricultura sem organização regular dos meios de acção, sem agentes especiaes, **Sem estabelecimento de ensino**, sem corporações auxiliares, sem estatísticas? (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1869, p.4, **grifo nosso**).

Mesmo não estabelecendo qual tipo de acção seria relevante para melhorar o serviço do Ministério da Agricultura, partindo da instrução, o documento apresenta preocupações com a criação de estabelecimentos de ensino para que esse ramo da economia imperial pudesse ter um desenvolvimento mais adequado. Para o Ministro, existiam “[...] alguns institutos agrícolas em embryão, uma ou outra sociedade em particular que

oficialmente entende-se com a secretaria de estado mais nada” (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1869, p.4).

Assim, “Semelhantes aos laboratórios de estudos agrônômicos, as escolas agrícolas surgiram para servir aos interesses dos poucos detentores de unidades produtivas no campo brasileiro” (MOLINA, 2011, p. 42), ou seja, os critérios de formação profissional estavam embasados nas relações das classes e no espaço profissional que cada uma delas deveria ocupar.

Ante o exposto, algumas questões foram levantadas, a saber: O que motivou o surgimento de alguns institutos agrícolas no século XIX? Porque alguns representantes políticos sentiam a necessidade de defender a instrução técnica, tanto para civilizar como para educar¹⁵?

Menciono apenas o facto apenas sem commenta-lo, as providencias, que, por ventura, tendam a satisfazer, a necessidade que se manifesta, não podem ser repentinamente adaptadas. Convém que primeiro calem na opinião mormente da classe mas immediatamente interresada. Virá então oportunidade de instituições affectiva a competência desse ministério sobre a agricultura [...]. Se que o poder e a riqueza das nações dependem, muitas vezes, da situação geographica ,das vastidões,das formas e condições naturais dos seus território, é também evidente que não são estes os requisitos que mais diretamente influem na sua prosperidade (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1869, p.4).

Um dos principais aspectos abordados nos documentos (relatórios) era o pensamento individual de cada representante que passava pela pasta. Perceber que Diogo Velho, de maneira sutil e sem comprometimento com determinada classe, traz, em seus relatos, que as necessidades apresentadas nos rumos agrícolas que insurgiram no Brasil, não poderiam ser de qualquer maneira adaptadas, pois esse ramo da sociedade deveria

¹⁵No trabalho intitulado “Sociedade portuguesa em revista: O método da escola e a escola como método no século XIX”, de Carlota Boto, diz que na, “Na verdade, a civilização exigiria a inserção do sujeito no ambiente da palavra, da correção gramatical – em termos tanto da morfologia quanto da sintaxe – exigida pelo convívio social, pela interação do homem com seus conterrâneos. Em alguma medida, um ambiente cultural cada vez mais circunscrito sobre o referencial do impresso exigiria o domínio e o manejo do escrito: a leitura e a habilidade de escrever passavam a se situar cada vez mais como imperativos da nova sociabilidade desenhada pela civilização do texto, da técnica; em uma palavra, da modernidade. Talvez haja sido o sentimento e a consciência do tempo quem trouxe a escola” (BOTO, 2000, p. 2-3).

ser utilizado como um meio para instruir e civilizar o homem. Percebe-se que era preciso calar de imediato as classes mais interessadas nesse setor.

A partir dessas demandas, o Governo, a serviço da classe dominante, procurou forjar dois tipos de formação profissional seguindo critérios essencialmente baseados na situação de classe dos alunos e suas respectivas futuras funções no sistema de divisão social do trabalho [...] (MOLINA, 2011, p.42).

Para Diogo Velho, só com o afastamento da classe dominante sobre os interesses econômicos agrícolas o setor da agricultura ganharia novos caminhos, novas habilidades, quando permitido ao Ministério da Agricultura uma atuação eficaz. Apesar dessa afirmação, Diogo Velho era um dos representantes da classe dominante, oligarquia rural.

Segundo Alves (2001), esta característica educacional foi forjada no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX e reflete as desigualdades sociais, pois uma escola é destinada aos trabalhadores (profissional) outra é elaborada para os dirigentes (artes liberais e ciências modernas) (MOLINA, 2011, p.42).

No mesmo relatório, o Ministro dá notícia sobre a criação de uma escola de agricultura em Minas Gerais.

Com o governo imperial em 29 de outubro de 1864, a companhia união e indústria, fundou na povoação de juiz de fora, em Minas Geraes, uma escola de agricultura pratica. Foi inaugurada no dia 24 de junho do anno passado na augusta presença de suas majestades imperiais e de sua Alteza o Sr. Duque de Saxe (REALTÓRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1869, p.23).

Com efeito, o cumprimento dessas cláusulas e a possível existência dessa escola prática possibilitariam, aos futuros profissionais, o que ele mais cogitava, ou seja, o desenvolvimento intelectual com vistas ao desenvolvimento da agricultura brasileira. No entanto, para Diogo Velho, era preciso rever aspectos existentes em relação à classificação de quem poderia frequentar esse estabelecimento.

Com relação à educação agrícola de nível secundário, também elitista e destinada ao ensino agrícola de capatazes para a classe dominante, deve-se atentar para sua formatação que visava à constituição de mão de obra agrônoma técnica para atuar como chefes de cultura no interior das fazendas e de 'indústrias rurais', como eram algumas usinas de açúcar (MOLINA, 2011, p. 47).

Segundo Vieira (2016, p. 25), “Durante o século XIX, além dos institutos, foram criadas também as escolas agrícolas para pessoas com pouca escolaridade, mas com nenhum ou pouquíssimo investimento do Estado”. As criações das escolas e institutos agrícolas visavam melhorar o funcionamento das lavouras e a exploração agrária. Para isso, era necessário instruir o homem com conhecimento técnico/científico.

Na metade do século XIX, ocorreu a criação de escolas agrícolas, nas regiões do Pará e Maranhão, além de outras províncias, a exemplo do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco, de Sergipe, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais¹⁶. Nestes estados, as escolas técnicas agrícolas serviam como escolas modelos para um novo olhar em torno da proposta do ensino primário nesse setor.

Desde essa época apresentava a ideia de fazenda escola, em que o estabelecimento de ensino deveria estar atrelado ao desenvolvimento regional [...]. As escolas deveriam impulsionar a agropecuária e fornecer conhecimentos e maquinários necessários ao desenvolvimento das propriedades que cercavam as escolas (VIEIRA, 2016, p.26).

No século XIX, grande parte da economia brasileira estava centralizada na agricultura. Para o bom andamento desse setor, além da

¹⁶Maria das Graças M. Ribeiro traz, em seu texto “De caubóis e caipiras. Os Land- Grant Colleges e a escola superior de agricultura de Viçosa”, aspectos relevantes em torno do encaminhamento das escolas agrícolas no Brasil, possibilitando pensar a ponte de ideias feitas do século XIX para o XIX, quando diz: “[...] Em 1920, ocupando o governo de Minas Gerais, Arthur Bernardes assinou a Lei de nº761, que autorizava a criação de uma escola superior agrícola sob a responsabilidade daquele Estado. Em 1922, o governo criou, em Viçosa, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais. A escola foi inaugurada em 28 de agosto de 1926 pelo Viçosense Arthur Bernardes, então Presidente da República. O regulamento da escola, aprovado ainda naquele ano, caracterizava a instituição como um estabelecimento agrícola, cuja finalidade era a difusão de conhecimento relativo a “economia rural”, em todos os seus graus e modalidades.

instrução dos profissionais, também estava centralizado o investimento nas aberturas das estradas. Para Diogo Velho,

Derramadas como se acha a população, relativamente escassa, pelo território, separadas como vemos, os centros produtores por larga distancia, embaraçado, como é, o transito por decerto, rios e serranias que se interpoem, as vantagens provenientes da extensão territorial desaparecem na presença dos inconvenientes inseparáveis destas causas physicas [...] [...] o mal não é simplesmente economico: fica estacionário o desenvolvimento intelectual. A sociedade extenua-se na imobilidade, e os meios administrativos nullificados em sua acção pelos obstáculos matereas demostram a improficuidade das mais sabiam instituições e a inanidade do zelô nos agentes do poder publico. (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1869, p. 4- 5).

Muito embora o discurso seja relacionado aos caminhos que seguia a agricultura, é possível observar que havia uma ênfase no desenvolvimento intelectual da sociedade brasileira, que estava inserida naquele setor. Diogo Velho pensava, minuciosamente, sobre os problemas de cada repartição e os problemas referentes à avaliação da instrução profissional agrária.

Um destas escolas, a Escola Prática de Agricultura União e Indústria, de Juiz de Fora, foi pensada em 1864, porém, sua instalação se deu em 1868, na administração de Diogo Velho, enquanto Ministro da Agricultura.

Nesse sentido, Molina (2011) acrescenta que:

Um dos primeiros projetos brasileiros de ensino agrícola prático secundário deu-se no Estado das Minas Gerais, no ano de 1867, porém veio a se tornar realidade somente em 1869, com a institucionalização da 'Escola Prática de Agricultura de Juiz de Fora'. Este centro agrônômico tinha como principal objetivo instruir os jovens, principalmente os filhos de imigrante alemães, com os mais variados conhecimentos das ciências agrícolas, articulando o ensino teórico com o prático – assim como o ensino proposto para a Escola Agrícola Prática 'Luiz de Queiroz' em 1901 (MOLINA, 2011, p. 48).

Ao compreender que a instrução profissional não poderia ficar restrita a uma parte da sociedade, o Ministro procurou refletir acerca dos aspectos relevantes para o bom andamento das lavouras. Destaca-se, então, a

inserção, nessa escola, do homem que não tinha conhecimento técnico, mas possuía conhecimento do senso comum. Assim,

Conviria talvez começar mais modestamente, ampliando-se o quadro das aulas na proporção do desenvolvimento da lavoura. Nada impede, porém que a companhia restrinja-o, aconselhada pela experiência, guia segura em leas assumptos (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1869, p. 27).

Para ele, estabelecer um espaço que pudesse instruir e civilizar o cidadão aos moldes do estado, era de suma importância. Portanto, tal espaço deveria estar acessível à classe trabalhadora, o que ajudaria no desenvolvimento intelectual de uma parte da sociedade. Além de assegurar a civilidade do homem, esses espaços também foram pensados pela elite para o aumento aquisitivo daqueles que detinham o poder econômico. Nessa perspectiva,

O pensamento burguês direcionava-se para o negócio, o trabalho e o comércio. Este comércio começou a ganhar espaço, substituindo a economia e a produção feudal e marcando o modo de produção capitalista. Observa-se que a burguesia passou a acumular capital, enquanto outras classes sofreram as consequências desse processo. Dessa forma, surgiu a necessidade de se introduzirem novas formas de organização do trabalho e da mão de obra com o intuito de aumentar a produtividade, no cenário que se desenvolveu no Brasil em meados do século XX (VIEIRA, 2016, p. 27).

Para que esse ensino se encaminhasse com eficiência, eram indispensáveis profissionais capacitados para conduzir a instrução daquela escola, que poderia regenerar a lavoura nacional. No entanto, Diogo Velho afirmou que, naquele estabelecimento, o que se tinha era, “Além do reitor, tem quatro professores; dous accumulam função de administrador do estabelecimento e de secretario, servindo um tambem de vice-diretor” (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1869, p. 23).

Entre as matérias aplicadas em cada ano, foi possível perceber a preocupação com disciplinas que constituíssem o uso da ciência para o desenvolvimento daqueles alunos. Sobre o assunto, segue a tabela abaixo:

QUADRO 1 - Dados gerais acerca da formação da Escola Prática de Agricultura, fundada pela Companhia União e Indústria.

1º ano- disciplinas	2º ano- disciplinas
- As quatro operações de Aritmética	- Mingralogia aplicada à agricultura e princípios geraes de zoologia
- fracção ordinária e decimaes	-Princípios de agronomia
-Teoria das proporções	Arte veterinaria
-Pratica dos cálculos commerciaes	-Topographia desenho de chachinas e aparelhos
-Systema decimal de peso e medida	-zootechnia (creação de animaes, etc,etc)
-Geometria Plana	-Geologia aplicada à agricultura
-Physica elementar e princípios de chimica geral	Agrimensura, continuação da agronomia , e da arte veterinaria
-Organographya e physiologia vegetais com aplicação das plantas uteis ao Brasil.	-chimica agricola (analyse de terras, etc,etc)
-Taxonomia aplicada ao conhecimento prático das vegetações indígenas uteis e dos que podem ser cultivados com vantagem no Brasil.	Nada consta
-Mechanica prática	Nada consta
-Desenho Linear	Nada consta

Fonte: Quadro elaborado pela autora, mediante dados coletados no Relatório do Ministério da Agricultura, de 1869.

No que se refere ao 3º ano de formação desses profissionais agrícolas, o documento, no qual obtive acesso, revelou duas fases denominadas de 1º semestre e 2º semestre. No entanto, na análise do documento, percebe-se que essas fases eram como uma continuação avançada do conteúdo do 1º e 2º ano do curso.

Quadro 2- Dados gerais acerca das disciplinas aplicadas no 3ºano da formação da Escola Prática de Agricultura, fundada pela Companhia União e Indústria.

3º ano – disciplinas aplicadas	
1º semestre	2º semestre
-Chimica industrial aplicada à	- continuação da arte veterinária

agricultura(tecnologia agrícola)	
- Continuação da arte Veterinaria	-Plantações especiaes
-Princípios geraes de economia e escripluração rurais.	- Nivelamento, drainage e irrigações
Construção rurais e continuação de agronomia	-Climatologia

Fonte: Quadro elaborado pela autora, mediante dados coletados no Relatório do Ministério da Agricultura, de 1869.

Além dessas disciplinas, que eram destinadas à formação técnica-agrícola, os alunos também deveriam estar presentes e desenvolver atividades extracurriculares, dentre as quais destacamos: tratamento de animais, preparação de estrumes, colheitas, entre outros. Existe uma possibilidade de que esses estudantes estivessem sendo utilizados para o serviço agrícola como proletariado.

Na avaliação do Ministro, a criação da Escola Prática de Agricultura, fundada pela Companhia União e Indústria, teria sido resultado da obrigação do Governo com o povo brasileiro. E esse comprometimento deveria estar à altura de uma instrução com qualidade e excelência para o cidadão. Para Diogo Velho, era importante que os alunos dessa Instituição mencionada acima fossem reconhecidos, por mérito, como Engenheiros Agrônomos. Podemos observar tal pensamento quando “Conviria conceder aos alunos que completarem o curso dos respectivos estudos, títulos, ou diplomas, com as honras e garantias dispensadas dos bacharéis em direito” (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1869, p.27).

O decreto que determinou a criação das escolas agrícolas no Brasil foi muito importante para o desenvolvimento da lavoura e da economia brasileira, assim como para afirmação de um novo campo profissional, tão importante, tal qual eram os cursos de bacharéis. Para Diogo Velho, esse novo campo de aprendizagem seria a regeneração da lavoura brasileira. Percebe-se que ele procurou conduzir o seu pensamento para o avanço da instrução desse campo, com a iniciativa de inclusão de jovens de todas as classes sociais. Tanto os abastados como aqueles que a vida permitiu colocá-los logo cedo no cultivo teriam condições de adquirir experiência sobre a agricultura.

Concluída a discussão acerca da Escola Técnica Profissional, para instruir no campo do Brasil oitocentista, vale ressaltar que essa pasta pública tinha, como obrigação, aos olhos de Diogo Velho, não só preparar o homem para o trabalho no campo, mas, também, instruir para civilizar, ou seja, desenvolver os jovens de acordo com os moldes científicos, com vistas a um projeto de Brasil que teria a instrução como base do desenvolvimento econômico e ao progresso do país.

3 “INSTRUÇÃO PÚBLICA, ASSUNTO DE ALTA TRANSCEDÊNCIA”

No que se refere aos próximos passos da construção dessa investigação, vale pontuar que os aportes teóricos, anteriormente mencionados, deram condições de posicionar-me de acordo com o que há de mais recente acerca dos estudos da história dos intelectuais e da história cultural.

A história dos intelectuais, tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de esse fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural (SIRINELLI, 1998, p. 232).

Diogo Velho Cavalcanti d’Albuquerque, político do século XIX, que atuou em vários cargos públicos, possibilitando o cruzamento de sua vida social, política e cultural, induz a pensar um ser intelectual, influenciador, com ideias firmadas, para a formação social do Brasil oitocentista. Para Sirinelli (2010, p. 248),

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes que fundam uma vontade e um gosto de viver.

Esses grupos, ainda segundo Sirinelli (2010, p. 248), “[...] são estruturas de sociabilidades difíceis de aprender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar [...]”. Nesse sentido, foi preciso buscar fontes capazes de levar o pesquisador à compreensão sobre a verdade dos fatos. Mas, o que é verdade?

As fontes escritas (documentos) são o que Le Goff (2003, p. 538) chama de mentirosas. Assim, “É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos”.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que a desmontagem documental não pode ser feita por uma única crítica, tendo em vista que os documentos são fontes seguras, que posicionarão o historiador em frente

das possíveis análises sobre as transformações políticas, sociais e culturais de uma determinada época.

É preciso concordar com Chartier (2002, p. 16-17), quando postula que “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

Este autor, a fim de identificar como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é constituída e pensada pelos grupos dominantes da cultura letrada, abrange, em suas pesquisas, aspectos voltados para a compreensão da política, cultura e cultura popular, além de mostrar suas reflexões acerca do ofício do historiador.

Contudo, discutir a citação de Chartier (2002), leva-nos às seguintes abordagens:

1º- uma análise do relatório do Presidente da Província do Piauí (1859-1860), no que difunde a ideia em relação à educação para Civilização e para o progresso;

2º- fazer uma reflexão dos pensamentos de Diogo Velho, enquanto Presidente da Província do Ceara (1868-1869), no que está relacionado a educar para a arte de civilizar utilizando o ensino Primário e Secundário;

3º- Por fim, analisar o pensamento de Diogo Velho, enquanto político intelectual, para o desenvolvimento da Província do Pernambuco, a partir dos avanços do ensino primário e secundário e das discussões em torno da economia, tendo em vista que, mesmo sendo uma passagem curta nessa presidência, Diogo Velho já vinha entrelaçando caminhos de discussão sobre o processo de educar/civilizar, por várias esferas da política do Brasil.

3.1A instrução como meio de aperfeiçoamento social e de progresso

Como foi destacado anteriormente, a questão da instrução da sociedade brasileira é uma preocupação constante nos escritos do personagem aqui perseguido. Tais preocupações se apresentam de forma

clara nos relatórios que escreveu relatando a situação da pasta que ora ocupava, ora saía.

Em um destes relatórios, no ano de 1860, quando passava o cargo de Presidente da Província do Piauí ao Coronel Ernesto José Baptista, Diogo Velho apresentou algumas considerações em relação à instrução pública para o progresso daquela Província. Nesse sentido, passamos a apresentar o que o então Presidente de Província chamava a atenção sobre o tema da instrução naquele momento, tentando, na medida do possível, identificar em seus escritos e preocupações, alguma ideia de um projeto de Brasil nos oitocentos.

Ao analisar os escritos de Diogo Velho no *corpus* documental utilizado, entende-se que havia inserido nestas ideias expostas, tanto na imprensa como nos relatórios, a sinalização de que ele pensava na implantação do que poderíamos pensar de um “sistema educacional”, ou um projeto de educação para a província. Este movimento seria, para ele, um processo crucial para o desenvolvimento da cultura, sociedade, progresso e nação. Dessa maneira,

A análise desses cenários educacionais deve-se às diversas elaborações legais e práticas, que apontam para organizações de ensino com características próprias nas províncias explicitadas, sobretudo quanto às prescrições legais e documentos das escolas da época (FEITOSA; BARROS, 2011, p.77).

Esta busca e as articulações em torno do projeto de “civilizar para o progresso” se confrontavam com problemas típicos do período, como os relatados, na citação abaixo, pelo próprio Diogo Velho:

Tratei logo de estudar a Resolução Provincial n. 485 de 12 de setembro do anno passado com que se pretende reformar o ensino na província. Confrontei as suas disposições com os recursos financeiros desta, com o seu estado de civilização, e circunstancias locais, e sobretudo com as condições do professorado existente, em relação as do que devia crear (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO PIAUI, 1860, p.6).

Ao analisar o relatório de instrução pública por ele escrito, observa-se que uma de suas principais preocupações estava voltada, sobretudo, às

questões financeiras e à circunstância em que a Província se encontrava economicamente. O desenvolvimento da instrução dependia, então, de vários fatores, entre eles o econômico, haja vista que, a

[...] precariedade das finanças provinciais, o serviço da instrução, 'reconhecidamente dispendioso', como apontava Tavares Bastos, acabava mesmo quando recebia relativamente altos investimentos financeiros, por contar com recursos sempre muito aquém das necessidades de expansão dos serviços (FARIA FILHO, 2011, p.138).

Tal indicação seria, no momento, um reflexo das leis da primeira década do século XIX, que descentralizaram a instrução no Brasil, acarretando, às províncias, gastos que as mesmas não tinham como arcar no investimento neste campo.

Outro ponto importante discutido no relatório é sobre a formação de professores. É possível observar um olhar sobre a péssima condição em relação à formação docente. Sobre esses aspectos e o andamento da instrução, o então Presidente de Província se atentou a examinar as resoluções das Leis que organizavam a instrução pública.

Ao analisar a legislação vigente, Diogo Velho fez uma explanação ressaltando alguns pontos bem proveitosos da regulamentação. Mas, em seguida, faz uma crítica em relação à parte da legislação que acabava por neutralizar a ação administrativa referente à execução dos caminhos da pasta da instrução. Em seu pensamento diz:

Pude assim conhecer que essa resolução contendo aliaz inovações mui proveitosas, além de ser voltada sob a influencia de um incidente, que devia neutralizar a ação administrativa na sua execução, isto é, a falta de confiança na presidência a quem se cortou todo o arbítrio, além de vir enxertada com disposições incongruentes se não inteiramente discordantes do pensamento de seu principal autor ou autores, não attendera a uma cousa que nunca deve escapar ao legislador isto é – [...] (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO PIAUI, 1860, p. 06).

Preparar o professorado no Brasil, de acordo com uma análise histórica sobre a formação docente, tinha, como disposição, legitimar o ofício (docente), além de situar a sociedade no que tange ao controle que o Estado

apresentava na formação, assim como no recrutamento de professores. Segundo Amorim (2012), em sua tese de doutoramento intitulada *Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no Século XIX*:

No Brasil, as primeiras experiências de curso para professores acontecem nas últimas décadas do século XVIII e instituíram a seleção por exames dos professores das escolas régias locais (AMORIM, 2012, p. 23).

Para a pesquisadora esse modelo de preparação estaria voltado para um processo “centralizador” e “laicizante”.

Nesse sentido, a legitimação da formação docente seria estabelecida com o avanço da cultura escolar, o qual possibilitaria, ao profissional, um total domínio de seu tempo e da classe escolar.

A descentralização do poder educativo ocorreu a partir do Ato Adicional de 1834. Nesse tempo, o Império dividiu, com as Províncias, o direito de financiar, controlar, legislar e fiscalizar o ensino primário e secundário. Entre as primeiras questões que foram abordadas no referido Ato, está a implementação de instituições com autonomia para a formação de professores.

A partir de então, estabeleceram-se as primeiras Escolas Normais no Brasil. A primeira situou-se na cidade de Niterói, em 1835, e essa província teve o papel de laboratório de práticas estendidas a todo país por conta da supremacia que os políticos fluminenses exerciam sobre as demais províncias. Pouco tempo depois, em 1835, surgiu a Escola Normal da Bahia e, alguns anos depois, a do Ceará, em 1880 (AMORIM, 2012, p. 24).

Observa-se que o discurso oficial, apresentado por Diogo Velho, traz algumas questões interessantes, inclusive a que trata da análise da resolução, que ponderava as inovações existentes no documento, destacando a falta de confiança na presidência. A discussão oficial era baseada em controvérsias existentes entre os pensamentos de quem influenciava a ação administrativa, ou seja, os administradores das repartições públicas. Para Diogo Velho, cabia, sim, uma análise daquela que

seria a principal pasta da nação, que deveria usar a “instrução” como o principal caminho para formar o cidadão. Dessa maneira, postulava que,

[...] a exigir a idade da idade traduzida na lei- queria-se o melhoramento da instrução argumentando-se as matérias do ensino, dando-se mas vantagens aos mestres, e exigindo-se também neste mas aptidão, condição essencial da obtenção do fim da reforma mas onde ir buscar esse pessoal assim apto e idôneo? Existe ele na Província? Trata a lei de creal- o previamente? Fornecer a presidência meios de obte-lo? Oferece vantagens laes, que convide ao professorado, donde quer que os haja os talentos ou verdadeiras habilitações? (RELATÓRIO DO PREDIDENTE DE PROVÍNCIA DO PIAUI, 1860, p. 06).

Diogo Velho questionava o uso do melhoramento da instrução, partindo de uma análise das matérias aplicadas no ensino primário e secundário. Para ele, o que levaria maiores vantagens ao ensino era a valorização dos mestres; o papel da Província seria o de exigir maior aptidão para o bom desempenho da instrução, haja vista que

A estrutura social e econômica vigente explica o abandono do ensino primário e o desinteresse pelo ensino profissional, em contraste com o que acontecia na Europa, já em fase de industrialização e com um sistema educacional operante. O Brasil avançado o século XIX, permanecia com um regime agrário e escravocrata, sendo mantidos os sistemas de aulas régias ou aulas avulsas como sistema de ensino oficial nas diversas provinciais (RODRIGUES, 2010, p. 55).

Mais adiante, o Relatório supracitado apresenta uma preocupação em torno da necessidade de qualificar o professorado, o que contribuiria tanto para o desenvolvimento social quanto para o progresso. Havia, inclusive, uma preocupação, por parte do gestor, se seria possível encontrar esses professores qualificados na Província, e se o Império fornecia condições aos dirigentes provinciais para obtê-lo.

Nada disto, apenas os actuais professores foram mandados passar por novas provas de aptidão, decretando-se a jubilação d’quelles, que, ou não se quisessem sujeitar a essa prova. Ou passando por ellas fossem julgados inaptos. É evidente portanto, que semelhante reforma só trouxe em resultado definitivo o argumento de dispeza; porque os ordenados dos professores foram logos aumentados

(RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO PIAUÍ, 1860, p. 06).

Percebe-se que havia uma falta de ordenamento na Província do Piauí, no que concerne às vantagens da nova Lei de nº 485, de 12 de setembro de 1859, que regia a instrução. Diogo Velho questionou os gastos com o aumento dos ordenados dos professores, uma vez que o cofre da Província não suportaria. Para ele, era preciso capacitar o docente e possibilitar condições para que pudesse exercer sua função, mas era necessário que o Império propusesse medidas cabíveis à realidade de cada Província.

Outro ponto de discussão que é apresentado pelo Presidente da Província é com relação à prova aplicada para avaliar a capacidade do professor, à qual ele tece algumas críticas, ao afirmar que seria necessário “Apenas uma prova de aptidão aos aprovados para que continuasse a exercer aquela que era a principal pasta de uma sociedade, a da instrução” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ, 1860, p. 06).

Aos reprovados e àqueles que não quisessem sujeitar-se à avaliação, seria fornecida a aposentadoria. Percebe-se, no relatório, que Diogo Velho tinha, entre suas ponderações, um discurso em defesa de um modelo de instrução mais adequado, no entanto, como Presidente de Província, debatia-se com as questões financeiras, uma vez que, mesmo fazendo um discurso em favor do professorado, ele sempre chamava a atenção para questões do aumento do salário dos docentes. Para ele, o aumento das despesas para Província não traria nenhum benefício à educação.

Nesse sentido, no que se refere à instrução, destacamos duas questões que se apresentam como muito importantes no relatório em questão. A primeira diz respeito à instrução para o progresso, e a segunda se refere à formação de professores.

Enquanto o Diretor de Instrução expunha tais questões sobre a instrução da Província do Piauí, alguns órgãos da imprensa destacavam e debatiam, em meio ao jogo dos grupos políticos, no século XIX, a atuação dos que eles chamavam de “maus professores”, e de como o setor jornalístico analisava o comportamento de Diogo Velho frente a administração pública. Um destes jornais era “O Propagador”, que, na sua

edição de 4 de março de 1860, contesta informações de O Expectador, que era mais crítico à atuação do Presidente da Província.

Figura 9- Jornal o Propagador de 1860, da Província do Piauí.

A propagação das idéas e conhecimentos úteis é uma empresa generosa, e produz a sociedade.

O PROPAGADOR.

A boa vontade, unido, confiança constituem a mais poderosa alavanca dos progressos sociais.

Assignaturas.
 POR ANNO 85000
 POR SEIS MESES 52000
 CADA AVIZLA 2240

Publica-se uma vez por semana. Os socios tem uma columna gratis, e os assignantes meia columna, e o excedente, e mais publicações á 100 reis por linha.

Assignaturas.
 POR ANNO 85000
 POR SEIS MESES 52000
 CADA AVIZLA 2240

ANNO III. DOMINGO 4 DE MARÇO DE 1860. N. 109

O PROPAGADOR.

Neste jornal já tratamos da prisão de Ezaquiel Raimundo de Souza Brito —dos Picos, accusado por graves crimes em 3 processos, e que em recurso incompetente fora livre de todos pelo juiz municipal suplente de Oeiras, Manoel Ignacio de Souza Martins, criando a estonteado e por de mais tudo. Chamamos a attenção de s. ex. para todo o occorrido, e não pretendiamos tratar mais de tal facto em quanto não houvesse materia nova.

Deste proposito porém nos veio tirar um correspondente de Oeiras para o Expectador, e que no seu n.º 60 assigna-se—Justo—

Supponho que o Justo é o antigo Veritas, que até hoje não nos tem merecido as honras de uma resposta, porque tudo que escreve é parteicoa completa, mas como há mudança do nome, pode bem ser que tenha havido de pessoas, e pois vejamos o sr. Justo, e lhe dignemos algumas palavras.

Não tratou o sr. Justo senão de injurar, offender e descompor aos srs. Tenente coronel Elias de Souza Martins, o tenente Francisco Galdino Ramos, e o tenente Ezaquiel de Souza Brito, que demonstrou que o seu—não me tangere Ezaquiel é innocente, e que houve da parte do sr. tenente coronel Elias—pres-guido—senão ao crime. Chama o Justo—horror e horror! só porque o criminoso foi conduzido acobardado, algemado, e recolhido a cadeia! Não o deveria ser, não é assim sr. Justo! No entretanto respondamos os b-mens que não exerciam em dar apoio—e meios de fuga aos criminosos, se devia ou não ter-se as maiores cautellas com um criminoso que na occasião de ser preso quiz evadir-se, como prova o documento que publicamos sob n.º 1?!

Os protectores de criminosos responderem-nos não immediatamente—mas—não se devia tratar assim um homem tão importante, e que de entre os nossos é um dos que, por suas altas façanhas mais nos merece. Elle jamais devia ser preso, por não havendo outro remédio—o tratamento que merece é o que lhe deu o l.º supplente do subdelegado de Oeiras, encarregado da delegacia Gynobelinio

Ferreira de Carvalho.—isto é toda protecção, todo o apoio—a toda deferencia, como se vê do documento que publicamos sob n.º 2.

Quanto ao que o sr. Justo diz do sr. tenente coronel Elias de Souza Martins fica sem resposta, porque as injurias e descomposturas só se podem responder com iguais cousas, e nós não estamos acostumados a manejar similhantes armas, e de mais o sr. tenente coronel Elias não está em posição de soffrir quebra em sua reputação por causa do que escreve um desconhecido sob a assignatura de Justo.

A respeito do sr. Galdino Ramos com a sublicação de uma representação da secretaria do governo de que é elle o dilhido meir, o Justo terá resposta melhor em tempo conveniente; no entretanto asseveramos que tal representação foi—despachada pela presidencia, e entregue a parte, e que por tanto o sr. Galdino não pode ser o culpado de haver ella, se é que foi, para as mãos do sr. tenente coronel Elias.

Talvez o culpado seja, quem, em vez de ter cuidado com o que lhe recommendam os amigos cobardes, e fructuosos, leva uma e duas horas perante um presidente, quasi chorando, salvando-lhe os transtornos que tem soffrido, e que as câms que tem não são provenientes de avancada idade, porém de jamais ter podido adquirir um diploma do diploma geral, não obstante os immensas sacrificios gastos & que tem feito.

Basta por ora

Documento n.º 1

Attestamos, fazemos certo e juramos se preciso fôr, que no dia 30 do corrente, de ordem do Sr. Delegado de Policia o Tenente Coronel Elias de Souza Martins, fomos a Fazenda Bonitas prender ao Capitão Ezaquiel Raimundo de Souza Brito, accusado de crimes de morte, e ali depois de termos cercado um casbre de palha, onde estava o dito criminoso refugiado, tentou elle todos os meios de oppor-se a prisão, mas vendo que era inutil a sua resistencia, deitou-se á correr ao que foi capturado pelos da escolta que o seguia. E para firmes do que mandamos passar o presente em que assignamos.

Picos 21 de Janeiro de 1860,
Raymundo Antonio de Macedo,
Francisco José de Luz,
Miguel José de Barros,
Manoel Querino Rebouças,
Joaquim Tachal de Mopillhas,
Bernardino José Nogueira.

Documento n.º 2

Attestamos, fazemos certo, e juramos se preciso fôr, que sendo nós os incumbidos da escolta, que conduzia preso para ser recolhido as Cadeias da Cidade de Oeiras o Capitão Ezaquiel Raimundo de Souza Brito, accusado de crimes de morte, e isto por ordem do Delegado de Policia d'esta Villa o Sr. Tenente Coronel Elias de Souza Martins, aconteceu que ao chegarmos para lá da Iadeira do Juá fomos encontrados pelo Sr. Subdelegado Gynobelinio Ferreira de Guralvo, e acompanhado de um soldado seu ordenança, e outros Srs. mais, e pedindo-nos o officio que levavamos para entregar ao Sr. Delegado de Oeiras, abrimo, e disse-nos, que estava recolhido do preso, ordenando-nos que não os acompanhásemos. E para firmes do que mandamos passar este, em que nos assignamos.

Picos 28 de Janeiro de 1860,
Raymundo Antonio de Macedo,
Raymundo José de Souza,
Julio Pedro de S. uza
José Maria de Carvalho,
Antonio Borges Luz,
João Bairos de Carvalho.

COMMUNICADO.

Hontem a tarde seguiu desta, para a villa de Ferroazul, a tomar conta do cargo de juiz Municipal para que foi dignamente nomeado, o nosso illustrado e pretimoso comprouviciano e amigo sr. dr. José Manoel de Freitas, acompanhado de sua ext.ª consorte.—

O sr. dr. Freitas deixando seus parentes e numerosos amigos assas saudosos, não podia ser indifferente a este sentimento, e de facto que, apesar dos esforços que fazia para dominar as emoções que sentia, não pôde conseguir mostrar ser grato a tão so-

Fonte: Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso: 22 mar. 2018.

Pode-se ler na edição que os redatores de O Propagador questionavam o posicionamento de O Expectador, em relação ao noticiário sobre a arguição feita pelo periódico ao professor de Primeiras Letras, da Villa de S. Gonçalo, na Província do Piauí. Para os redatores do Propagador, o mesmo tratamento não foi aplicado ao professor da Cidade de Oeiras, Benedito de Souza Brito.

Em um dos últimos números do Immundo Expectador vi a arguição ao professor Público de primeiras letras do sexo masculino da Villa de S. Gonçalo de diversos factos, peço também ao mesmo Expectador, que se mostre tão empenhado na correção dos maus professores que endague do de Oeiras -Benedito de Souza Brito- quantas vezes já mandou varrer a sala, em que mera se aporcaria, que nella se nota é próprio de um dos moços bonitos de

óculos, e aceiado, que quer ser bacharel formado- quantos alumnos já saíram promotos de sua escola quantas horas do dia assiste nella- e qual é melhor se ser professor com o pago de ordenado de 720\$00reis, annuais sem cumpri suas obrigações, ou ser politico de meia tigela, e que de sua resposta mande da vista ao diretor da instrução da mesma cidade ou numa tal Sr. Comissão que tenho ouvido diser que foi criada pela nova ley para a inspeção das escolas – seu constante leitor. Picos 7 de janeiro de 1860, o de bandas (JORNAL O PROPAGADOR, 1860, nº109).

Diante da explicação contida no Propagador, é possível inferir que os redatores se referem ao professor de Oeiras, como um jovem que, mesmo sendo estudante de Direito, ou seja, estando ele preparado para a política, seu comportamento, enquanto professor, não era adequado ao que se buscava para o progresso da instrução na Província, tendo em vista que o jornal O Propagador o chamou de "mau" professor, fazendo críticas à existência de uma inspeção escolar que não funcionava.

Mediante o descaso com a fiscalização em relação a esses "maus" professores, a redação do jornal finaliza destacando que "O Sr. Dr. Diogo já conhece por certo na Província os homens que só se servem da imprensa para injuriar e caluniar" (JORNAL O PROPAGADOR, 1860, nº, 109). Voltando a criticar o que compreenderam como calúnias do Expectador em relação ao professor de primeiras letras da Villa de S. Gonçalo, o jornal afirma que,

De um lado, a imprensa revela-se em fonte ímpar, pois sua peculiaridade é revelar o movimento da história (seja ele educacional, social, comercial, industrial político, literário, econômico, cultural, etc.) em sua dinâmica cotidiana, tal como visto por aqueles que decidem o que noticiar [...] (ARAÚJO, 2007, p.105).

Em relação à notícia sobre a arguição do professor de Primeiras Letras, que o jornal O Expectador apresentou na edição, e que o impresso O Propagador expõe como calunia, não obtivemos acesso. Na plataforma de dados acessada, só existe exemplar digitalizado do Expectador, em relação ao ano de 1860, apenas o que condiz, referente ao ano II, de 8 de agosto até 26 de outubro de 1860, tendo em vista que o propagador se refere ao expectador anterior à data de março de 1860.

Figura 10- Jornal O Expectador da Província do Piauí.



Fonte: Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso: 22 mar. 2018.

Diante dos fatos apresentados pelo jornal, em relação às notícias que dizem respeito aos professores e ao possível comportamento de Diogo Velho sobre o assunto, comparando alguns aspectos entre os impressos jornalísticos e o Relatório do Presidente da Província, é possível perceber que, mesmo a imprensa publicando questões de desgasto à sociedade, ele não dispõe, diretamente, nada relacionado ao “mau” professorado inserido na instrução pública. Deteve-se apenas a resolver aquilo que lhe cabia em relação ao que dispunha à legislação vigente.

Desanimado de encetar melhoramento algum a esse respeito, tratarei de fazer com vagar e prudência somente o que não podia deixar de fazer- em execução a referida lei- e aguardava a reunião da assembleia provincial. Deixei em vista disso de expedir 2 regulamentos apresentados pelo diretor geral para a instrução primária e regimem interno das respectivas aulas os quaes deixo no gabinete da

Presidencia e limitei-me a aprovar os das aulas de instrução secundaria da cidade de Oeiras organizados pelo mesmo diretor bem como o interno do lyceu organizados pela congregação das lentes (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO PIAUI, 1860, p. 06).

A sua fala deixa claro que as limitações econômicas e administrativas impostas pelos representantes políticos do século XIX prejudicavam as suas ações em torno da pasta da instrução pública. Todavia, só pontuaria questões que não podia deixar de fazer, voltando sua atenção ao ensino secundário das principais cidades. Mas, as evidências testificam o seu desanimo acerca do não melhoramento da instrução pública, sobretudo a do ensino primário.

As evidências em questão estavam expostas no texto do Relatório do Presidente da Província. Na parte do relatório referente à instrução pública, é possível observar uma pequena citação, feita por Diogo Velho, sobre o relatório de instrução pública que lhe foi apresentado. Elas tratavam de questões voltadas para os dois regulamentos nos quais Diogo Velho deixou de despachar para a Assembleia Provincial sobre o ensino primário, por isso, limitou-se apenas à aprovação exclusiva das aulas da instrução secundária que,

Foram providas vitaliciamente as cadeiras de geographia e francez da cidade de Oeiras- e as da instrução primárias da villa da batalha, Bairas, Jaicós, Parnaguá, e povoação da Manga. [...]. Foram declarados aptos para continuarem a reger as respectivas cadeiras os professores das villas dos-Picos, União,Marvão e S. Gonçalo- Entendi fazer justiça com esses actos (RELATÓRIO DO PREDIDENTE DE PROVÍNCIA DO PIAUI, 1860, p. 06).

Outro ponto importante debatido e que foi motivo de atenção do Presidente foi a questão da tentativa de formar mão de obra mais qualificada para o desenvolvimento da Província. Nesse sentido, é destacada a importância de instituições como a de “educandos artífices”. Para Diogo Velho, esses estabelecimentos tinham grandes vantagens, no entanto, precisavam de reformas que possibilitassem, não só mudanças nas bases, mas que direcionassem seus fins educativos para caminhos mais amplos.

Enchergando essa necessidade logo na 1º visita, que fiz-lhe fui em breve sabedor de sua relaxação, bem como dos abusos prevaricações commettidas pelo seu diretor de então Manoel de Azevedo Moreira de Carvalho.- querendo remediar o ma. Quando coubesse em, minhas attribuições, nomei uma comissão de 5 honrados cidadãos, a quem encarreguei de proceder a um exame minucioso em todo estabelecimento, inclusive o seu regimen interno e econômico (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO PIAUI, 1860, p. 07).

Para que estas instituições pudessem formar esta mão de obra qualificada, Diogo Velho chama atenção para o funcionamento, a fiscalização e a direção. O propósito era, mesmo, estabelecer uma melhoria na criação de uma instituição que contribuísse para o progresso da nação. Para isso, ele voltou seu olhar, num primeiro momento, para o estabelecimento e seu regimento, visando a apreender os dispositivos formais que regiam o estabelecimento de ensino. Esforçou-se para que seus representantes políticos desenvolvessem atribuições capazes de conferir a instrução, bem como maior capacitação à formação dos profissionais artífices, que, para o então Presidente da Província, resultaria nas alterações indicadas e necessárias para o bom desenvolvimento dos alunos.

A vista do resultado deste exame, conforme o relatório da comissão para o qual chamo atenção de V. Exc., demiti o referido diretor, e mandei-o responsabilizar, nomeando para substituir, interinamente, o major reformado do Exército João Gonçalves da Silva, a quem ordenei executasse provisoriamente a alterações indicadas pela comissão, em certos serviços, e especialmente em relação a diminuição dos alunos[...] tudo há melhorado sob a administração do novo Diretor, que principalmente ha provado horadez (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO PIAUI, 1860, p. 07).

A instituição, no entendimento do referido Presidente, deveria ter, como uma das principais atribuições para o desenvolvimento da instrução e da nação, a fiscalização e a inserção de homens dignos, honestos e honrados na pasta, que era a mais importante para o bom incremento de uma sociedade. Além da adequada escolha para a direção, existia o que ele chamou de filhos convenientemente instruídos na indústria rural.

Recomendo a grande vantagem de ter na província alguns filhos convenientemente instruídos na indústria rural, que permanece em tao deplorável atraso, tive a ideia de manter, dose dos educandos para a província do Maranhão, afim de serem admitidos como aprendizes agrícolas na – escola-pratica do- Cutim- estabelecida pelo Excelentíssimo Sr. Conselheiro actual Ministro da Justiça quando Presidente dela (RELATÓRIO DO PREDIDENTE DE PROVÍNCIA DO PIAUI, 1860, p. 07).

Em meio à discussão, é possível observar a direção que Diogo Velho deu à resolução do problema no qual se encontrava o estabelecimento dos educandos e artífices do Piauí. Sendo assim, ele enviou alguns de seus aprendizes à Província do Maranhão, com o fim de se qualificarem. Diante do Relatório apresentado pelo Presidente de Província e em relação ao bom funcionamento do estabelecimento de ensino do educando e artífices, foi possível evidenciar alguns números pautados por Diogo Velho.

QUADRO 3 - Dados gerais acerca do funcionamento do estabelecimento responsável pelo ensino dos educandos e artífices da Província do Piauí, em 1860.

	Nomes	Nº
Diretor	João Gonçalves da Silva	NC*
Professor de primeiras letras	NC*	1
Mestre de oficio	NC*	5
Mestre de música	NC*	1
Engajados	NL*	4
Educandos	NL*	43

Fonte: Quadro elaborado pela autora mediante dados coletados no Relatório de Província do Piauí, em 1860**¹⁷.

Mediante os dados colhidos, foi possível perceber que existia, no estabelecimento dos educandos e artífices, um total de 11 funcionários para 43 alunos; esses dados dizem respeito aos alunos que frequentavam o estabelecimento.

Chamou a nossa atenção a menção aos “engajados”, nomenclatura que aparece no relatório do Presidente da Província do Piauí, datado de 1860, que nos levou a crer que seriam homens voluntários, que tiveram o

¹⁷*NC: Não consta; NL: Não Localizado

propósito de desenvolver aquele ensino. Por tratar-se de um ensino agrícola, pensamos que “os engajados” pudessem ser experientes agricultores brasileiros, e seu engajamento visava à elaboração da mão de obra qualificada. Por outro lado, parece que, por todas as províncias nas quais Diogo Velho passou, o problema pontuado era o mesmo, a falta de recursos para o bom desenvolvimento da nação.

Só a absoluta falta de dinheiro no cofre provincial fez-me não realizar essa ideia: e aguardava a reunião dos representantes da província afim de pedi-lhes autorização para essa despesa que é de cem mil reis anuais por cada aluno (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO PIAUÍ, 1860, p. 07).

O *locus* de formação de mão de obra qualificada para o meio agrícola deveria ser a instituição educativa, mas, essa ideia não satisfazia Diogo Velho, uma vez que o andamento do ensino de educando e artífices não atribuía as qualificações que deveria conferir para uma boa formação profissional. Seu apontamento em relação ao assunto estava em aguardar a autorização dos demais representantes políticos para encaminhar algum manifesto.

Ao concluir esse tópico, é importante ressaltar que, nesse momento, Diogo Velho estava como dirigente da primeira Província em que iria administrar. Mesmo tendo passado, até o ano de 1860, por outras esferas políticas, a administração das províncias era o maior campo de visibilidade que um político poderia ter em relação às necessidades do desenvolvimento social, haja vista que os Presidentes das Províncias eram responsáveis por analisar os pareceres dos diretores das pastas das instruções públicas. Com isso, diante das análises apresentadas, seguiremos buscando respostas para outros projetos educacionais, pensados por Diogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque, nos demais setores políticos em que fez parte como dirigente.

3.2 A instrução como a mais vasta influência no destino do homem e da sociedade

Em 27 de agosto de 1868, Diogo Velho assumiu a presidência da Província do Ceará. Nesta Província, as ações voltadas para a melhoria da instrução foram algumas das suas preocupações. A fala apresentada na abertura da Assembleia Legislativa Provincial do Ceará, no dia 1º de novembro de 1868, em Fortaleza, capital da Província, ressalta a pasta da instrução pública como um importante serviço prestado à sociedade brasileira, pois se tratava de um:

[...] importante ramo de serviço estar sob a inspeção de um diretor geral, cuja a secretaria funciona no edifício do lyceu, e de um conselho diretor. Em cada comarca a um inspector litterario, e para cada cadeira um inspector local. [...]. Ensino Primário,- consiste em instrução moral e religiosa; escripta; noções essenciaes de grammatica nacional; princípios de arithmetica com pratica das quatro operações em números inteiros, quebrados, decimaes e complexos systema usual de pesos e medidas da província e do império (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO CEARÁ, 1868, p.20).

É possível notar que uma das questões levantadas nesta fala recaía sobre o ensino moral e religioso, com o pensamento de que, para uma boa instrução e civilização dos povos, a educação deveria partir do modelo da religião cristã.

No que tange ao ensino para o sexo feminino, o relatório é enfático, quando prescreve que a educação para esse sexo estava restrita a agulhas e prendas domésticas. Nesse caso, as mulheres só podiam aprender a arte da costura e dos bordados, e os serviços domésticos, ou seja, eram preparadas para serem mulheres do lar, servir a seus filhos e ao cônjuge.

Na fala do novo Presidente da Província, percebe-se uma continuidade de suas ações no que se refere à instrução, ou seja, a instrução para a civilização do projeto de nação. No entanto, a situação política na Província do Ceará era mais complicada para suas ações, uma vez que, ali, segundo Almeida (1977), o controle político era do Partido Liberal, que estava governando a administração pública da província de 1863 a 1868.

No período de 1863, até a primeira metade de 1868, Diogo Velho se afastou da política para exercer sua profissão de advogado, retornando às atividades públicas administrativas, no fim do segundo semestre,

exatamente em 27 de agosto 1868, quando assumiu a Presidência da Província do Ceará. No tempo que se manteve afastado da direção pública, buscou desenvolver atividades jurídicas, e, quando solicitada sua volta ao serviço público/político, para dirigir a província do Ceará, ele procurou atualizar-se sobre a situação da instrução desta província e do Brasil, para, assim, poder confrontar a Assembleia e o Império com argumentos embasados em dados consistentes.

A partir daí, Diogo Velho caracterizou a importância do ensino primário nesta província e pontuou acerca da seriedade da responsabilidade de alfabetizar o povo. No entanto, estava ciente de que poucos cidadãos tinham acesso ao ensino básico (primário). Entre as barreiras para a aplicabilidade desse ensino na sociedade, estava que esse nível educacional era praticado, em parte, através das aulas avulsas, ou seja, não existiam escolas adequadas e suficientes para atender a demanda do povo.

Porém, com o avanço das discussões sobre as alterações na legislação que regia as leis da instrução de cada província, ele seguiu com as reflexões sobre o direcionamento do ensino primário, quando demonstra a existência significativa de alunos frequentando, mesmo com dificuldade, o ensino primário nesta província, como demonstra em seu quadro:

Quadro 4 - Dados gerais acerca da formação do Ensino Primário na Província do Ceará, em 1868.

Nº de cadeiras	143 cadeiras
Sexo masculino	98 alunos
Outros	45 alunos
Frequência no ano Corrente	1,347 alunos

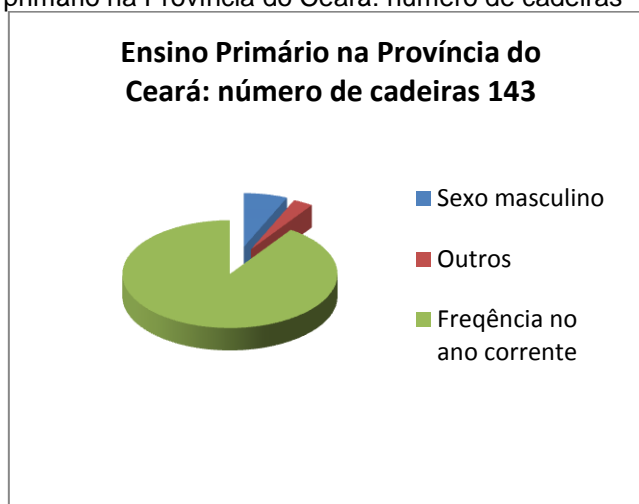
Fonte: Quadro elaborado pela autora mediante dados coletados no Relatório de Presidente da Província do Ceará, de 1868.

Ao observarmos o quadro acima, percebe-se que o sexo masculino ocupava 69% das cadeiras, enquanto os cidadãos que aparecem nos documentos denominados por outros ocupam 31%; estando estimada, ao todo, uma frequência de 1.347 alunos, no ensino primário da Província do Ceará, no ano corrente. Embora as atividades da instrução tenham predominância com o quantitativo maior para os homens, é possível notar que o documento faz ênfase a outros cidadãos existentes nesse ensino.

Assim, podemos pensar que esses “outros” possam vir a ser ex-escravos, mulheres e homens livres.

Ainda foi possível refletir que os jovens que cursava o ensino primário não permaneciam estudando todo ano letivo. É possível observar que o acervo documental apresenta um número de 143 alunos para 143 cadeiras, ressaltando que houve, no ano corrente, a passagem de 1.347 alunos nessas cadeiras. Assim podemos refletir que o alunado permanecia em torno de 45 dias cursando o ensino primário, tempo para aprender a ler e contar.

Gráfico 1 - Ensino primário na Província do Ceará: número de cadeiras



Fonte: Gráfico construído pela autora, a partir de dados do Relatório da Província do Ceará, datado de 1868.

No que se refere ao ensino secundário, este estava localizado tanto na cidade do Ceará como em Aracaty, Sobral, Quixeramohim e Crato.

Quadro 5 - Dados gerais da formação do ensino no Lyceu da Província do Ceará, em 1868.

Cadeira	Alunno
Francez	32
Inglez	12
Latim 1° classe	19
Latim 2° classe	08
Lingua nacional	36
Rhetorica	02
Philosophia	03
Geometria	26

Geographia	10
Desenho	11
Total	161

Fonte: Quadro elaborado pela autora mediante dados coletados no Relatório de Presidente da Província do Ceará, datado de 1868.

Do total dos alunos nas cadeiras do Lyceu, o Relatório da Província do Ceará, em que obtive dados, apresenta um número efetivo de alunos calculados e totalizados em 87 jovens.

As cadeiras estão providas com lentes de superiores habilitações acha-se ainda vaga a de desenho. Onde provisoriamente tem exercício um artista estrangeiro. Além dos professores catedráticos, há 3 substitutos (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO CEARÁ, 1868, p. 21).

Diante desse relato, e em contato com os documentos, percebe-se a ênfase da supressão da cadeira de Icó, apresentando como justificativa, para sua inexistência, a Lei de nº 593, de 21 de outubro de 1852. Em relação ao ensino secundário nas cidades de Aracaty, Sobral, Quixeramohim e Crato, o relatório apresenta as seguintes destruições.

Quadro 6 - Dados gerais acerca da formação do ensino no Lyceu, da Província do Ceará, em 1868, e suas respectivas cidades.

Cadeiras	Alunos
Aracaty	32
Sobral	22
Quixeramohim	26
Crato	18
Total	98

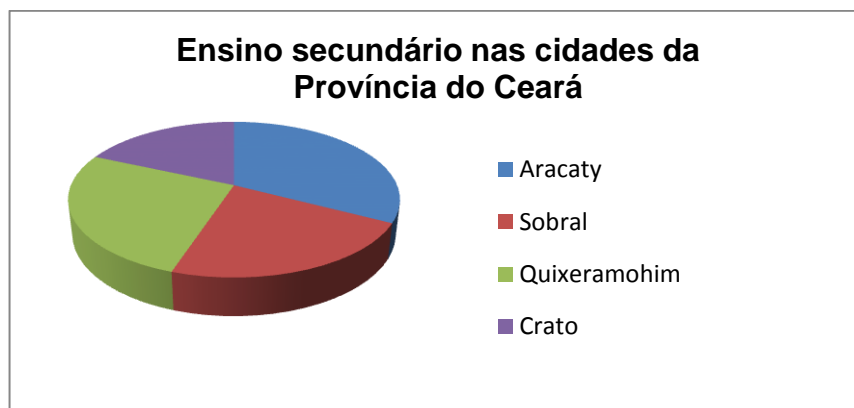
Fonte: Quadro elaborado pela autora, mediante dados coletados no Relatório de Presidente da Província do Ceara, datado de 1868.

De acordo com esse Quadro, é possível notar que a Cidade de Aracaty contava a presença de 33% dos alunos do ensino secundário no Lyceu. A cidade de Sobral apresentava um quantitativo de 22% dos alunos. Em Quixeramohim, estavam presentes 27% do quantitativo. Por fim, Crato apresentava 18% do total dos alunos.

Embora a atividade do ensino secundário do Lyceu estivesse fechada a poucos cidadãos, é possível notar um crescimento da presença desse

estabelecimento de ensino em parte das cidades cearense, demonstrando que o ensino secundário estava avançando.

Gráfico 2 - Ensino secundário na Província do Ceará



Fonte: Gráfico construído pela autora, a partir de dados do Relatório de Presidente da Província do Ceará, datado de 1868.

Diogo Velho enfatiza a importância dos Relatórios de Instrução Pública para a compreensão do que estava acontecendo com o desenvolvimento da nação brasileira.

Em 1868, o ensino público de todas as vilas da Província do Ceará dependia dos recursos financeiros da província cearense, que tinha ordenado, para o bom andamento da instrução, o valor de 124:272\$00 (cento e vinte quatro mil e duzentos e vinte sete contos de réis). Esta quantia referente, aproximadamente, a 5º parte da receita, que tinha uma despesa orçada em 124:194\$00 (cento e vinte quatro mil e cento e noventa e quatro contos de réis).

Sobre o ensino particular, Diogo Velho destaca, em seu relatório, em 1868, que o ensino secundário deveria ser em uma instituição de ensino de qualidade, ou seja, desenvolvida no Colégio Atheneu Cearense (internato), fundado em 1863, cujo administrador era o então "inteligente" Rev. Dr. Urbano da Silva Monte.¹⁸

¹⁸Na tese intitulada "Elite Letrada e ofício docente em Sergipe do Século XIX", de Fábio Alves dos Santos, publicada em 2013, é possível encontrar relatos sobre a formação educacional de Urbano Monte. "Urbano da Silva Monte nasceu em oito de julho de 1844, em Japarutuba. Filho de João José do Monte e Maria Bárbara da Silva Monte, era

Vale destacar que, no ano de 1868, no ensino particular, na Província do Ceará, havia 45 cadeiras para o ensino primário. Dessas, 30 eram destinadas ao ensino masculino e 15 aos outros. Parece que esse “outros”, que aparece nos relatos do escrito, refere-se à classe baixa da sociedade: comerciante, ex-escravos, além das mulheres, que poderiam ter frequentado essas instituições.

Quadro 7 - Dados acerca da formação da Educação Primária, do Ensino Particular, da Província do Ceará, em 1868.

Disciplina	Nº de Alunos
Lingua Nacional	NL*
Latim	NL*
Franceza	NL*
Ingleza e Italiana	NL*
Geographia	NL*
Geometria	NL*
Rhetorica	NL*
Desenho	NL*
Musica	NL*
Frequência	131 alunos
Internos	41 Internos

Fonte: Quadro elaborado pela autora, mediante dados coletados no Relatório de Presidente da Província do Ceara, de 1868. ^{*19}

Os documentos demonstram que, dos alunos elencados, 20 são filhos dos voluntários da pátria e dos desvalidos, que frequentaram o Ensino Primário Particular, devido à impossibilidade de frequentar o Ensino Público. Entretanto, o que impossibilitaria esses jovens a frequentarem o Ensino Público, tendo em vista que a instrução pública fora pensada para o pobre e os mais necessitados?

No decorrer desta pesquisa, observamos que as instituições particulares que ofereciam, aos mais necessitados, os meios para a

descendente de famílias tradicionais do Ceará e de Sergipe (Monte e Travassos, respectivamente). Dentre as possibilidades apresentadas a um sujeito em seu lugar social à época, optou pela carreira eclesiástica. Em 1855 entrou no seminário da Bahia, nove anos depois, partiu para o Colégio Pio Americano, em Roma, em três anos recebeu as ordens de presbítero na igreja de São João do Latrão. [...] também se formou em Direito Canônico e Teologia e licenciou-se em filosofia [...]” (SANTOS, 2013, p. 83).

¹⁹*NL: Não Localizado.

instrução (bolsas de estudos), referiam-se, a seus diretores, como homens caridosos, e, por conta disso, os mesmos recebiam homenagens e títulos. Mas, o referido documento não menciona que tipo de título eles recebiam.

O Relatório pontua ainda a existência de uma instituição particular na cidade de Baturité, que tinha como o objetivo o ensino de primeiras letras. Esse ensino estava sendo ministrado com as disciplinas de Latim e Francês, tendo, como frequência, no decorrer do ano, de 23 alunos. Ainda ressalva que a instituição foi fundada por Alexandre Gaddela.

Em Relação ao ensino religioso, em contato com os documentos e no decorrer da pesquisa, foi possível perceber que,

Sob a protecção do virtuoso prelado diocesano foi a cinco anos instituído o seminário episcopal do Ceará com dous cursos; um de preparatórios, chamado-pequeno seminário e outro Theologico, chamado grande seminário (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO CEARÁ, 1868, p. 22).

Esse ensino dividia, de maneira distinta, cada conteúdo aplicado nos cursos. Foi possível notar que a primeira parte das disciplinas era basicamente a mesma encontrada na educação primária do ensino público e do particular. Na segunda, pôde-se notar uma preparação restrita à educação religiosa / metafísica.

Quadro 8 - Dados acerca da formação da Educação do Ensino Religioso da Província do Ceará, em 1868

Curso pequeno seminário- disciplinas	Curso Theologico- disciplinas
Lingua Nacional	Teologia moral e dogmática
Francez	Direito canônico
Latim	Historia ecclesiastica
Arithmetica	Lithurgia
Mathematica	Eloquencia sagrada
Geigraphia	Escriptura santa e canto-chão
Historia Geral e do Brasil	NC*
Rhetorica	NC*
Philosophia	NC*
Catechismo	NC*
Historia sagrada	NC*

Civilidade e musica	NC*
---------------------	-----

Fonte: Quadro elaborado pela autora, mediante dados coletados no Relatório de Presidente da Província do Ceara, de 1868. ^{*20}

Nesse curso religioso, frequentava, no ano de 1868, o quantitativo de 84 alunos, que estavam distribuídos da seguinte maneira: 48 pertenciam ao pequeno-seminário e 36 faziam parte do curso teológico, que era descrito como sendo o grande seminário. Do quantitativo de alunos mencionados, 11 viviam com recursos do seminário, o que denota que recebiam uma bolsa de estudos que deveria ser destinada à manutenção do curso. Segundo os escritos documentais, o curso não acomodava mais jovens por falta de proventos. Esses jovens, segundo Diego Velho, seriam os futuros operários da nação brasileira, que edificariam o saber de maneira exemplar, os quais estariam sob a orientação do Exm^o. Sr. D. Luiz Antônio dos Santos.

Além do religioso, o Relatório de Província do Cará (1868), levou-me a fazer uma reflexão acerca do ensino voltado às meninas. O Colégio Nossa Senhora da Conceição, também administrado pelo Excelentíssimo Bispo Diocesano, Sr. D. Luiz Antônio dos Santos, foi criado, naquela província, com o propósito de prover a educação das meninas. Estava dividido em pensionato e recolhimento de órfãos desvalidos.

Para as pensionistas as classes distintas de instrução religiosa, primeira letra, grammatica nacional, francez, arithmetica, geographia, historia pátria, elementos de civilidade, trabalhos de agulhas e bordados, desenho, musica vocal e piano. [...]. As órfãs aprendem as mesmas matérias, menos geographia, historia pátria, desenho e piano (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO CEARÁ, 1868, p. 23).

Diante das informações a respeito da educação para as meninas do Colégio Nossa Senhora da Conceição, infere-se que as órfãs desvalidas, termo utilizado à época, tinham a instrução da aprendizagem da leitura e a escrita, além dos bordados, como aprendizagem doméstica e de civilidade. No que se referia à instrução educacional, que possibilitaria uma reflexão de

²⁰*NC: Não consta.

mundo social e da aprendizagem da arte, essas educandas órfãs não tiveram contato.

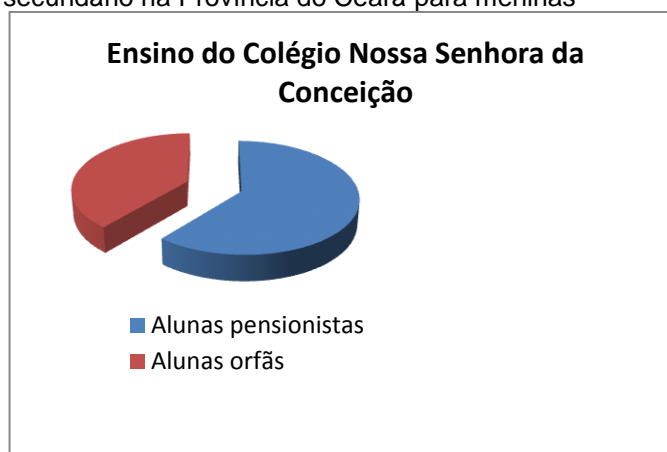
Quadro 9 - Dados acerca da formação da Educação do Ensino do Colégio Nossa Senhora da Conceição, Província do Ceará, de 1868.

Nº de alunas	Alunas pensionistas	Alunas órfãs
126	77	49

Fonte: Quadro elaborado pela autora mediante dados coletados no Relatório de Presidente da Província do Ceara, em 1868.

De acordo com o Quadro 9, é possível notar que consta a frequência de 61% das alunas pensionistas, possivelmente, filhas de militares ou outros servidores públicos; e 39% de alunas órfãs. É importante lembrar que os dados possibilitam conjecturar que essa instituição de ensino estava voltada, em 1868, para educar as moças.

Gráfico 3 - Ensino secundário na Província do Ceará para meninas



Fonte: Gráfico construído pela autora, a partir de dados do Relatório de Presidente de Província do Ceará, datado de 1868.

Dessas alunas, 12 eram sustentadas pelo cofre da Província do Ceará, 3:000 \$000 (três mil contos de réis), para sua própria sustentação. As demais eram mantidas financeiramente pela caixa da instituição de ensino acima mencionada. Essa Instituição era administrada, segundo o documento em que obtivemos acesso, pela então Rev^a. Margarida Basei, e mais sete irmãs de caridade.

Para Diogo Velho, a educação era a mais sólida garantia para uma sociedade, e era nesse viés que as leis provinciais deveriam seguir tornando

obrigatória a presença do homem na escola. Assim, as questões referentes à

[...] necessidade e a pertinência ou não da instrução dos negros (livres, libertos ou escravos), índio e mulheres eram amplamente debatidas, e intensa foi a atividade legislativa das Assembleias Provinciais em busca do ordenamento legal para da educação escolar (FARIA FILHO, 2011, p.135).

A instrução e a civilidade dos negros estavam estabelecidas naquilo que Faria Filho (2011) chamou de limites para frequência da população livre à escola. Esse autor declara que “Ao que tudo indica, muitos foram os limites enfrentados por aqueles que defendiam que a educação deveria ser estendida à maioria da população” (FARIA FILHO, 2011, p.135).

Tal defesa era enunciada por Diogo Velho e aparece em seus escritos. Seus questionamentos estavam voltados para uma instrução capaz de educar/civilizar o povo brasileiro, com o fim de estabelecer um próspero de progresso para a nação. Foi nesse sentido que se encaminhou o discurso de Diogo Velho, para defender a existência de estabelecimentos (escola) e sua importância para o desenvolvimento social, econômico e cultural da nação brasileira. Nessa direção

Os defensores da escola e de sua importância no processo de civilização do povo tiveram de, lentamente, apropriar, remodelar, ou recusar tempos, espaços, conhecimentos, sensibilidades e valores próprios de tradicionais instituições de educação (FARIA FILHO, 2011, p.136).

Diante dos relatos apresentados pelo Presidente da Província do Ceará, no ano de 1868, no que tange à construção da educação brasileira, há de considerar-se que os temas voltados à instrução estavam bem definidos, pelo menos na Província do Ceará. Mas o que é educação?

De acordo com as descrições de Diogo Velho, ele afirmava que a educação primária e a secundária estavam em péssimas condições, e adotou, como base para fundamentar a formação educacional do Império Brasileiro, as ideias de civilização e religiosidade cristã. A esse respeito, ele ainda postula: “Eis, senhores, as fontes onde a juventude Cearense vai tomar o batismo da luz, tão necessário como o da fé, Como vêdes são

escassas e deficientes” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO CEARÁ, 1868, p. 23-24).

A partir do exposto, percebe-se que, para Diogo Velho, a religião pautou os conteúdos da instrução pública, apesar dele considerar a ciência como o caminho para o desenvolvimento intelectual do homem daquela província.

Como vêdes são escassas e deficientes, não tanto pelo pouco que hei observado como pelo que informa os relatórios de instrução publica, este serviço oferece aspecto desanimador. [...] as escolas primarias desde o material até o resultado de ensino reclamam pomplo melhoramento.[...] o Lyceu e a instrução secundaria resumem-se desoladora synthese odificio quasi indecente, ensino clássico distribuídos por lentes muitos habilitados, mas descrente do seu tedioso labor: algumas dezenas de rapazes insubordinados! É desanimador o que ouvis, cumpri com tudo não esmorecedor. O assunto é dos mas graves, e demanda aprofundado os estudos da luz da sciencia, e da experiência nem de leve estremecida pelo sopro destruidor do interesses publico que tudo contamina.[...] sabeis que o ensino envolve necessariamente a educação e a instrução e dest'arte exerce a mas vasta influencia no destino do homem, como no da sociedade (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO CEARÁ, 1868,p. 24).

A preocupação de Diogo Velho, no que se refere aos rumos da educação e à formação cultural do povo brasileiro, no século XIX, era intensa, e, apesar de destacar a importância da religião na formação, ele também chamava atenção para a importância da ciência para o esclarecimento do povo e o reflexo da sociedade. A “educação” seria o único caminho de transformação social; era necessário civilizar, uma vez que somente a ciência seria capaz de desenvolver a sociedade, e essa formação deveria processar-se através dos estudos científicos, mas deveria caminhar junto com a formação religiosa, no sentido de civilizar, instruir e levar a nação ao progresso.

Derrama na inteligência da infância a primeira noção das sciencia. Lança em seu coração os primeiros germes da virtude. Prepara a semente do futuro, é um apostolado tão importante como foi o sublime os que derramaram pelo mundo a divina filosofia do grande Martyr Golgotha sob cujo influxo vive ainda os povos cultos. [...] quaes são porem

agora esses obreiros do povir? Donde vieram; que titulo exhibem a confiança publica? [...] tendes senhores conhecimento daquilo que vai por aqui e por toda parte, o mestre escola, é em regra, o homem sem vocação sem estímulo de carreira munido de uma carta de habilitação conferida pelo patronato, fazendo do magistério um meio de vida, sem compreender ao menos o papel que representa a cadeira do professor. Entretanto somos de tudo responsáveis nos mesmos, poderes públicos, assembleias provinciais, que não curamos de ergue esta classe do abatimento em que jaiz, nem de realizar convenientemente a promessa constitucional do ensino primário e gratuito a todo cidadão (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO CEARÁ, 1868, p. 24).

Discorrer acerca da educação é pensar na docência, é pensar no processo de formação do cidadão, é refletir em que situação se encontravam os professores e qual tipo de formação obtiveram.

Para Diogo Velho, o magistério deveria ser mais que uma forma de sobrevivência. Seu pensamento nos dispôs a pensar que ele via a educação como o único meio de construir uma identidade cultural e educacional para a sociedade do século XIX, e que o objeto primordial para essa construção era o Professor.

Como formar professores? Para Diogo Velho, os profissionais da educação brasileira não deveriam pensar a educação como um meio de vida, mas deveriam descobrir a docência como o único meio de tirar a sociedade da escuridão do saber, da ignorância; possibilitando, assim, a todos, um “meio” digno de vida. Trata-se, então, de um caminho para o progresso da província do Ceará e de um avanço estrutural em todo Brasil.

Entendo que a pedagogia, isto é, arte de educar e ensinar esta na razão de qualquer outra com a diferença de que é uma das mais difíceis e exige provas muito rigorosas, mas nós que temos quartéis para formar soldados, estabelecimentos técnicos para preparar engenheiros, faculdades para formar médicos e advogados, seminários para habilitar clérigos, cousa nenhuma instituímos para crear bons mestres-escolas. É Incompreensível! (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO CEARÁ, 1868, p. 25).

Mais uma vez, agora em outra Província, Diogo Velho apresenta uma crítica à formação de professores, ou, até mesmo, à falta dessa formação; uma vez que se tratava, segundo ele, do mais importante dos profissionais

que ajudariam no processo de civilização da educação e da cultura, não somente para a sociedade cearense, mas para o Brasil. Há uma ênfase, em seus escritos, nas questões voltadas à Instrução Pública

Nesta preocupação com a educação, ele chama sempre atenção para com os rumos que a educação estava seguindo, destacando que o magistério não era prioridade do Governo imperial, tampouco da Assembleia Constituinte.

Nem diga que temos feitos ensaios infrutíferos porque devera ser isso mesmo estímulos a prosseguimos com mas affinco na solução de questão de tanto interesse [...]. O magistério, senhores, é um verdadeiro sacerdocio civil. Para ele deve habilita-se quem tiver vocação, como habilita-se quem pretende o sacerdocio religioso [...] consequentemente; se há seminário para este, como não abri para aquelle? (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO CEARA, 1868, p. 25).

No ensino secundário, Diogo Velho defendia uma educação que possibilitasse, ao cidadão brasileiro, o desenvolvimento intelectual através dos estudos literários oferecido nos Lyceu. Por outro lado, ele questiona a formação literária, declarando que não seria suficiente para aproveitar as aptidões dos homens “moços”, no que tange às atividades voltadas ao comércio, do qual a Província do Ceará estava, naquele momento, apropriando-se. Para ele, os estudos literários oferecidos no Lyceu, mal habilitavam o cidadão para o serviço.

Com vistas ao avanço do progresso da província, fazia-se necessário, segundo Diogo Velho, oferecer, a esses homens, o ensino da matemática aplicada, da física mecânica, entre outros, pois teria um impacto imediato no bom desenvolvimento da economia local.

Pelo que respeito ao mesmo Lyceu, não descubro outro meio da salvação, que não seja converte-lo em um internato, nas proporções indispensáveis a inspirar plena confiança aos paes de família nos interesses da conveniente educação de seus filhos. Desse internato poderia fazer parte um seminário de professores públicos, que tanto urge fundar (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO CEARÁ, 1868, p. 26).

A possível transferência do Lyceu para um internato, em 1868, na Província do Ceará, seria, no pensamento de Diogo, o único caminho,

naquele momento, que poderia contribuir para o desenvolvimento da instrução. A Província teria um espaço que pudesse oferecer, aos cidadãos, um curso de formação de professores públicos.

Submettendo á vossa judiciosa apreciação, essas considerações, não tenho em vista nem fazel-as aceitar como as mas acertadas, nem aconselhar reformas precipitadas em serviço de ordem tão elevadas, como é a instrução pública [...]. Se, porém, resolverdes alguma coisa empreender, affinaço-vos leal cooperação [...]. O que muito vos encareço é o oportuno emprego de meios, ao menos para collocar as escolas desta cidade em ponto de não envergonharem a vossa civilização (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO CEARÁ, 1868, p. 26).

O objetivo de Diego Velho, enquanto dirigente público, era direcionar a instrução pública para caminhos prósperos. Tal ideia contribuiria para o crescimento do homem, conseqüentemente, ajudaria na transformação social do Brasil.

Muitos pesquisadores têm buscado reaver o contexto oitocentista da história da educação, por isso, nesta seção, procuramos, com base nas informações contidas nos Relatórios da Instrução Pública e do Presidente de Província, reconstituir as práticas pedagógicas e culturais, a exemplo das discussões que circularam em torno da formação educacional do povo brasileiro no século XIX, o que nos permite aprofundar o nosso olhar sobre a historiografia da educação no Brasil, sobretudo, no Nordeste Oitocentista.

3.3 “Sem bons obreiros é impossível construir edifício sólido”

Sem professores habilitados a instrução nunca poderia atingir seus elevados fins- são proposições que um simples bom senso aceita como axioma, e deve ter em vista o legislador avisado (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PERNAMBUCO, 1871, p. 15).

No ano de 1871, Diogo Velho assumiu a presidência da Província de Pernambuco e, na fala apresentada na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 1º de março de 1871, o destino havia de colocá-lo diante

de mais uma administração pública. Ali, a instrução seria mais uma vez um de seus pontos de mais atuação. Seu vasto conhecimento e sua passagem por várias esferas políticas levaram-no à administração daquele que seria seu último governo, e ante uma das maiores comendas que um homem do século XIX poderia receber, ou seja, o título de Visconde de Cavalcanti.

Fiel às suas ideias voltadas à instrução e à cultura do povo brasileiro, durante sua passagem pela Diretoria da Instrução Pública da Província da Parayba do Norte, entre os anos de 1861 e 1862, além de ter conhecimento dos problemas concernentes à instrução na Província da qual era natural, Diogo Velho seguiu defendendo aquilo que por muito tempo esteve em seu discurso, à instrução para civilizar o homem para o progresso da formação do Estado Nacional.

A passagem por aquela diretoria lhe deu bases para que pudesse conhecer, de forma profunda, o tema da instrução. “O retorno de Diogo Velho Cavalcanti d’Albuquerque à administração pública ocorreu no dia 30 de setembro de 1870, desta feita, o intelectual assumiu a administração da Província de Pernambuco [...]” (ALMEIDA, 1977, p. 41).

Observa-se, diante dos dados levantados, que Diogo Velho estabeleceu relações pessoais e políticas exercidas pela atuação nos setores públicos nos quais atuou. “[...] manteve relações fecundas com alguns homens influentes de Pernambuco, a exemplo, de João Alfredo Correia de Oliveira²¹ [...]” (ALMEIDA, 1977, p. 40). Essas influências e ideias políticas o entusiasmariam na administração pública existente, assim é oportuno compreender que,

[...] estávamos em noutro momento de domínio dos conservadores; a chefia do Conselheiro de Itaboraí, líder incontestado dos saquaremas, para as mãos do então

²¹ João Alfredo Correia de Oliveira se formou em Direito, em 1858, na Faculdade de Direito do Recife. Atuou nos mais vastos setores políticos do império brasileiro, como: Deputado Geral (1860, 1868, 1876), Senador do Império (1877, 1889) Conselheiro de Estado, Presidente das Províncias do Pará (dezembro de 1869 a abril de 1870) e de São Paulo (agosto 1885 a abril 1886), e Presidente do Conselho de Ministros do Reinado de D. Pedro II. Integrante do Partido Conservador, também exerceu a chefia de Delegado de Polícia, foi Promotor da cidade do Recife. Quando Ministro, de 1871 a 1875, participou das discussões em torno da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871. Além de sua atuação política, destacou-se por sua preocupação com a instrução pública. Para maiores informações, acesse: <<https://repositorio.efpe.br/handle/123456789/13530>>

Visconde de São Vicente, por seu turno substituído em 1871, pelo Visconde do Rio Branco, ambos também luminares da mesma grei (ALMEIDA, 1977, p. 40).

Nomeado Presidente da Província do Pernambuco, em 1870, após ter exercido o cargo de Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; foi Promotor, Deputado e Senador Vitalício, dentre outros cargos públicos importantes. Ressaltamos que Diogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque foi um homem que constituiu uma ampla rede de sociabilidades, nos moldes em que Sirinelli (2003) apresenta do intelectual político, que, normalmente, dissemina o seu pensamento e ideias no interior das redes de sociabilidades que esteve filiado. Essas ideias que administram e ordenam uma escrita, possibilitando o progresso de uma nação, assim como a construção da cultura e instrução de um povo.

Esses pensamentos formados nas redes de sociabilidades permitiam a percepção da situação da Instrução Pública no Brasil. E essas ideias estão apreendidas nos escritos de vários relatórios por Diogo Velho escritos.

A repartição da Instrução Pública, do ano de 1871, da Província de Pernambuco, estava sob a administração de Dr. João José Pinto Junior²², que assumiu a direção depois da ausência do Diretor Geral efetivo, que se afastou para assumir o cargo de Presidente da Província do Pará. Para dar a ver e a ler as suas ideias no relatório da instrução pública, Diogo Velho inseriu, no seu texto administrativo, as ideias do diretor de Instrução Pública daquele contexto.

O diretor interino, no seu interessante relatório, reclama a criação de um inspector litterario que encarregue-seda visita das escolas, ou a consiguação de créditos para nomear-se pessoas de confiança quando fôr conveniente (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PERNANBUCO, 1871, p.13).

²²O trabalho intitulado “A educação da mulher no Recife no final do século XIX: ensino normal e anúncio de progresso”, da Doutora Hajnalka Halász Gati, já mencionado anteriormente, traz dados relevantes sobre a passagem de João José Pinto Junior, como redator de revista, ou seja, além de atuar como gestor público, ele também utilizou a imprensa para disseminar seus pensamentos em torno da Instrução Pública, quando “[...] acreditava na força da imprensa, e escreveu na Revista Mensal da Instrução Pública (Pernambuco em 1872) e que foi reproduzida no periódico “Instrução Pública”, do Rio de Janeiro, publicado no nº3, em 28 de abril de e1872 [...]” (p. 59 - 60).

Como resposta ao administrador da Instrução Pública (não relata o nome do diretor em seu escrito), Diogo Velho responde: “[...] tomares esta medida, que me parece útil, na consideração que vos merece” (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1871, p. 13). Ele estava prevendo a fiscalização tão desejada para a Instrução Pública daquela província.

Como uma das características presentes na fiscalização da Instrução Pública oitocentista, Silva (2018, p. 41) afirma que “[...] o art.14 da lei de 1827, determinou que os professores fossem promovidos de forma vitalícia, incumbindo ao presidente, em conselho, o papel de fiscalizar as escolas.

Os professores estavam submetidos ao controle fiscalizador do Governo Provincial, segundo a exigência da legislação. No Art. 16, da Lei de 15 de outubro de 1827, lê-se que:

[...] o Ministro do Império teria a responsabilidade de organizar e fiscalizar a instrução na Província onde estava situada a Corte, o que nas demais províncias do império ficavam a cargo dos Presidentes das Províncias em conselho (SILVA, 2018, p. 43).

Nessa perspectiva, as discussões em torno da fiscalização nas escolas estavam presentes em todos os relatórios, seja de instrução, seja da presidência; a intenção era colocar a Instrução Pública na trilha do desenvolvimento. Para os dirigentes, entre tantos aspectos existentes nessa pasta, estava seu atrelamento à fiscalização, pois era ela que posicionava possíveis dados que possibilitassem perceber os *déficits* existentes no ensino.

Os dados apresentados pelo Diretor de Instrução Pública, anteriormente citados, revelam que o administrador da Província pôde direcionar o andamento da Instrução Pública aos legisladores da Assembleia Provincial. Entre esses direcionamentos, estava o referente ao ensino primário da Província de Pernambuco, que oferecia 153 cadeiras para 6.290 alunos, no ano de 1871, para a instrução do sexo masculino. Por outro lado, eram oferecidas 116 cadeiras para 3.532 mil discentes, no ano de 1871, do sexo feminino. Somavam um total de 269 cadeiras para 9.822 discentes no referido final.

Diogo Velho seguiu coletando dados para compreender como estava a evolução dessa pasta administrativa, no sentido de buscar situar o desenvolvimento do ensino primário dos anos anteriores. Nesse sentido, era preciso contrapor os dados com argumentos para a implementação de projetos voltados à instrução. O desenvolvimento progressivo do ensino primário gratuito, na Província de Pernambuco, no decênio de 1861 a 1870, consta do seguinte quadro:

Quadro 10 - Dados acerca da Instrução Primária, registrados no Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, de 1871, relacionados às escolas e seu desenvolvimento entre 1861-1870, e o quantitativo de aluno.

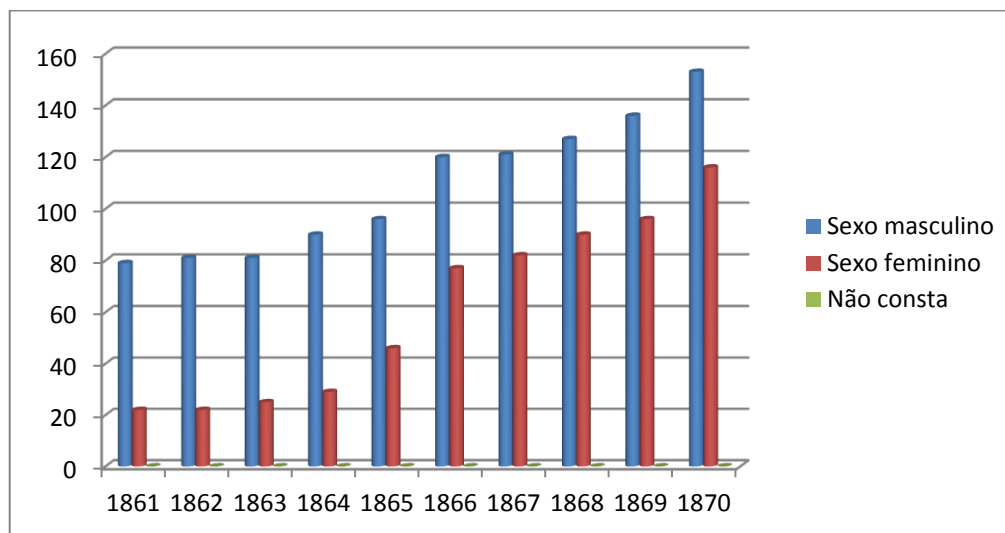
Ano	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
1861	79	22	101
1862	81	22	103
1863	81	25	106
1864	90	29	119
1865	96	46	112
1866	120	77	197
1867	121	82	203
1868	127	90	217
1869	136	96	232
1870	153	116	269

Fonte: Quadro elaborado pela autora, mediante dados coletados no Relatório de Presidente da Província do Pernambuco, datado de 1871.

De acordo com o Quadro acima, sobre o desenvolvimento escolar entre 1861-1870, é possível constar que, 1865, foi o período de maior desenvolvimento para os alunos do sexo masculino, destacando 86% do aumento, e, em 1870, o menor acréscimo, destacando 57% do desenvolvimento escolar. Para o sexo feminino, o gráfico mostra que, em 1870, ocorreu o maior desenvolvimento, e, em 1862, o menor acréscimo. Ou seja, temos que, no segundo semestre de 1870, quando Diogo Velho assumiu a Presidência da Província de Pernambuco, encontrou a instrução primária masculina com baixo índice (decaindo), em contra partida,

conseguiu observar que ocorreu uma inclusão maior das moças no ensino primário.

Gráfico 4- Progressão do ensino primário na Província de Pernambuco



Fonte: Gráfico construído pela autora, a partir de dados do Relatório de Presidente de Província de Pernambuco, datado de 1871.

Conforme apresentado no Quadro 10, o número de escolas não dobrou de um ano para outro, mas aumentou na proporção (da população da época) de 101 para 269. O mesmo aconteceu em relação à frequência dos alunos. A partir dessa amostragem, levantamos alguns dados referentes à frequência durante o decênio que de 4.704 alunos em 1861, passou para 9.822 em 1870.

Quadro 11- Dados acerca da Instrução Primária, registrados no Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, de 1871, relacionados à frequência escolar e seu desenvolvimento entre 1861-1870, e o quantitativo de aluno.

Ano	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
1861	3.712	992	4.704
1862	3.464	832	4.296
1863	3.523	863	4.386
1864	3.798	945	4.683
1865	4.145	1.184	5.332
1866	5.220	1.720	6.910
1867	6.110	2.284	8.394
1868	6.252	2.731	8.933

1869	6.239	3.084	9.383
1870	6.290	3.532	9.822

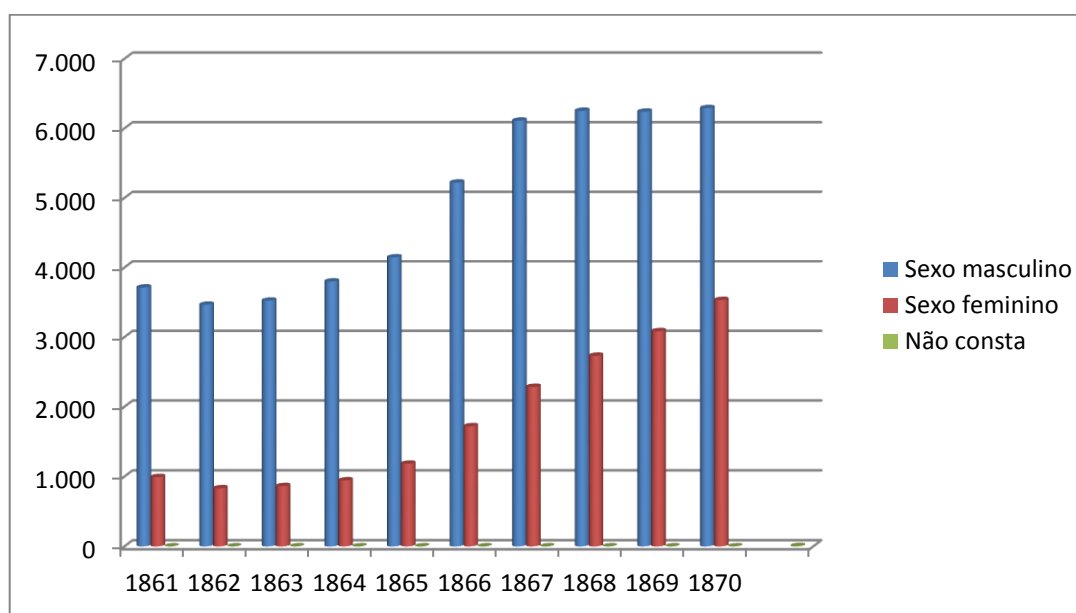
Fonte: Quadro elaborado pela autora, mediante dados coletados no Relatório de Presidente da Província de Pernambuco, datado de 1871.

De acordo com o Quadro acima, sobre a frequência escolar, consta que, em 1862, havia uma frequência de 81% dos alunos do sexo masculino no ensino primário, caindo 1% em 1863, e permanecendo a porcentagem de 81% no ano de 1864. Em 1870, atingiu sua menor porcentagem, com 64% da presença dos homens nesse grau de ensino.

Em relação ao sexo feminino, consta que, o ano de 1870 atingiu a maior frequência das moças no ensino primário calculado em 36% da frequência, e, em 1862, atingiu a menor frequência das meninas nesse grau de ensino.

Em uma comparação entre o Gráfico 4 e o 5, temos que, em 1870, houve um avanço na inclusão das mulheres nas cadeiras de ensino primário, tanto no que alude ao desenvolvimento escolar na Província de Pernambuco, quanto em sua frequência; e que de meados de 1864 a meados de 1865 ocorreu um aumento da frequência dos homens nesse nível de ensino.

Gráfico 5- Progressão da frequência escolar da província de Pernambuco



Fonte: Gráfico construído pela autora, a partir de dados do Relatório de Presidente da Província de Pernambuco, datado de 1871.

Existia uma relação entre o ensino e a economia de cada Província. Os levantamentos apresentam que, no mesmo período (1861-1870), foi traçada a classificação referente ao quantitativo de escolas e as frequências dos alunos. Diogo Velho também fez uma análise em relação à receita líquida e a despesa com a instrução. Para ele, a receita era mínima, e as despesas seguiam com um aumento de necessidades sobre a mão de obra, as mobílias, e a materiais pedagógicos necessários para a instrução. Dessa forma, foi possível observar como funcionava a instrução e de que forma estava distribuída a despesa por aluno.

Quadro 12 – Dados acerca dos gastos com relação à Instrução Primária, registrados no Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, de 1871, relacionados à renda líquida e a despesa por aluno.

Exercícios	Renda líquida	Despendido com instrução primária	Relação entre a renda e a despesa	Quanto por aluno
1860-1861	1095:400\$ 932	78:440\$000	7,1 0/0	16\$675
1861-1862	1328:519\$771	82:137\$000	6,1 0/0	19\$119
1862-1863	1233:139\$987	109:664\$000	8,8 0/0	25\$000
1863-1864	1401:295\$000	111:149:\$675	7,8 0/0	23\$734
1864-1865	1560:533\$841	124:064\$165	8, 0/0	23\$436
1865-1866	1831:731\$180	167:280\$000	9,1 0/0	24\$103
1866-1867	1748:426\$919	*NC	11,2 0/0	23\$420
1867-1868	1682:381\$169	228:400\$000	13,5 0/0	25\$428
1868-1869	1865:022\$276	247:136\$665	13,2 0/0	26\$507
1869-1870	2018:922\$926	268:880\$000	13,1 0/0	27\$375

Fonte: Quadro existente no Relatório de Presidente da Província de Pernambuco (1871, p. 14).²³

O Quadro de receita líquida exposto acima denota que a renda levou exatos dez anos para dobrar, ou seja, o percentual de aumento de um ano para outro era o mínimo, considerando a necessidade presente na Instrução Primária daquela província. Ainda considerando as análises anuas diante do

²³*NC: Não consta.

percentual em relação à despesa da instrução, os dados posicionam um aumento de 0%.

O documento do Presidente considera a carência de dados estatísticos sobre a população, algo prejudicial ao bom desempenho em relação às informações sobre a Instrução Pública.

[...] estimando , porem, o numero de habitantes livres da provincia em 9.700, segundo a publicação- *o império da Brasil na exposição de paris 1867*- vê-se que o numero de alunos, que frequentaram as escolas públicas de instrução o anno passado, esta para aquelles na razão de 1 por 99 [...] Adicionnando o numero de alunos das escolas particulares que no dito anno deu o total de 1.905, varia a proporção do seguinte modo;

Instrucção publica.....	1	alunno	por	99	habitantes
“ particular.....	1	“	“	509	“
“ publica e particular...	1	“	“	83	“

(RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PERNANBUCO, 1871, p.14).

Refletindo sobre a estrutura econômica apresentada no relatório, Diogo Velho acreditava que deveria existir um confronto em relação aos dados apresentados no trabalho *O império do Brasil na exposição de Paris, de 1867*, e os estudos estatísticos exibidos pelo então Ex-Ministro do Império, o Exm. Sr.Conselheiro Paulino José Soares de Souza²⁴, que fora apresentado em seu último relatório. O relatório destacava que a instrução primária da Província de Pernambuco se encontrava mais desenvolvido que a das Províncias do Ceará e de São Pedro do Rio Grande do Sul. Todavia, é interessante notar que, mais na frente, Diogo apresentou uma autocrítica em relação à sua administração, baseando-se nos seguintes argumentos:

Não quizera desfazer a impressão agradável que devo produzir esta demonstração; sou porem forçado a informavos que esta parte do serviço publico, considerada em absoluto, reclama promptas providencias quer quanto a matéria, distribuição e resultado do ensino quer quanto á edificios, livros, objectos de regimem escolar quer quanto as

²⁴“Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai”, foi um político conservador do Império Brasileiro. Para maiores informações, buscar o trabalho de Gabriela Nunes Ferreira, **Um debate em aberto: centralizadores e federalistas na construção do Estado-nação no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S0102-69092009000300014>

garantias e estímulos precisos para que o magistério desenvolva incentivos a verdadeira aptidão desperte as vocações em vez de ser o último recurso dos que se vêem nelle um triste meio de vida (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PERNANBUCO, 1871, p.14).

No tocante às questões da cultura escolar levantadas por ele em sua fala, destacamos que a historiografia, há algum tempo, vem considerando suas matérias concretas, ou seja, os livros, os edifícios, os objetos no geral; e os seus rituais, a exemplo do hasteamento da bandeira, a que os discentes deveriam desenvolver, entre outras práticas de controle da conduta dos escolares. Tais práticas pedagógicas geraram representações e compõem a cultura escolar. Era esse campo adequado, capaz de produzir cultura, que Diogo Velho defendia como o mais apto para desenvolver a mocidade.

Na verdade, os rituais e os símbolos escolares fazem parte da “[...] práxis como fonte da cultura escolar, sob a orientação que transcende a mera racionalidade instrumental da ação, buscando significações compartilhadas entre os atores que podem atribuir sentido às suas construções” (ESCOLANO BENEDITO, 2017, p. 107).

Seguindo esse sentido, podemos dizer que a cultura escolar, tal qual foi pensada, é constituída e agregada a partir das normas, valores e condutas da vida social do indivíduo, e estabelece uma coesão da existência do homem na sociedade, com vistas ao bom desempenho coletivo dos atores sociais.

Em relação aos mestres de ofício e sua ligação com a cultura escolar, Diogo Velho sublinhava que o desenvolvimento das aptidões desses profissionais deveria processar-se a partir da

[...] cultura política da escola está ligada à linguagem das práticas geradas nas grandes burocracias que administram os sistemas educativos, desde sua criação e ao longo de seu desenvolvimento nos dois últimos séculos (ESCOLANO BENEDITO, 2017, p. 123).

Ainda em relação à cultura escolar, Diogo fez menção à existência de escolas noturnas, que poderiam “[...] facilitar a instrução aos indivíduos das classes operárias” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO

PERNAMBUCO, 1871, p.15), que, por sua vez, não tiveram a oportunidade de frequentar as aulas comuns na infância, justificando a permanência da escola como “generoso” e “fecundo”, pois,

Na província ele esta em germen: mas augura Lisongeiros resultados. As quatro escolas noturnas existentes foram frequentadas por 178 alumnos. [...] cabe aqui recomendar ao vosso reconhecimento o professor de primeira lettras da povoação de capoeira, Francisco Ferreira dos Santos, que solicitou e obteve permissão para reger gratuitamente uma escola desse gênero (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PERNAMBUCO, 1871, p.15).

Observa-se que o mesmo Presidente que fez uma autocrítica a respeito da falta de garantia de valorização do professorado, glorificava a existência de voluntário, quando ressaltou que “[...] possa tão bello exemplo de filantropia achar imitadores [...]”, refletindo sobre a importância de animar essas instituições voluntárias com prêmios ou quaisquer favores aos professores ou pessoas que se disponibilizasse a instruir, sobretudo, nas principais cidades.

Diogo tratou das questões pedagógicas como o único sistema de formação capaz de instruir o professor a exercer, com sabedoria e eficiência, a instrução. Entretanto, para que pudesse ser um bom professor, deveria deter, além do conhecimento científico, a vocação para o exercício do magistério. Essa vocação seria o “dom”, uma instrução sólida e esclarecida para o bom desenvolvimento do homem e “[...] não tem, porém, direito a impo-las o governo que não cura de crear, desenvolver e aperfeiçoar meios de obte-las aqueles predicados” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1871, p. 15).

Destacam-se dois pontos relatados por Diogo Velho: o primeiro se refere ao desenvolvimento da arte de educar e ensinar como uma aptidão especial, sobretudo, no que se refere ao desenvolvimento do professorado, que seria pela vocação e por uma formação de alto nível científico; o segundo se refere à pedagogia, que seria a base para o desenvolvimento tanto do docente quanto do discente.

Fundar e manter - Institutos Pedagógicos-onde seja encrupulosamente observado um programa regular de estudos theoreticos e práticos, é o modo que a experiência propõe como preferível para habilitar o sacerdote cível-chamado mestre-escola (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNANBUCO, 1871, p.15).

Em meio a esse contexto no qual a pedagogia era um fator primordial para o bom desenvolvimento da instrução, Diogo Velho argumentou que, para formar professores mais aptos ou eficientes, se deveria seguir o seguinte critério: que o sistema de habilitação apresentado para o magistério pudessem colocar os professores “adjuntos”, formados por alunos das escolas públicas, nas condições do artigo art. 35 da lei n. 369, sobre a tutela dos alunos mestres preparados na escola normal.

Me parece que sem inconveniente poderiam coexistir ambos, completando-se um pelo outro: o aluno-mestre, depois de habilitado na Escola Normal passaria a professor adjunto com exercicio nas escolas comuns até obter o titulo de professor effectivo, como reconhecimento de sua aptidão (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PERNANBUCO, 1871, p.15).

De forma bastante contundente, a opinião que Diogo velho expressou, colocou, no centro do debate, a questão da formação dos professores no século XIX. Para Durães (2011), o processo de formação docente no século XIX sofre grande influência europeia, destacando, sobretudo, aspectos referentes às teorias pedagógicas de Herbart, Froebel e, especialmente, de Pestalozzi.

Tal debate aconteceu no âmbito provincial. Diogo Velho expôs a necessidade de um espaço propício para formar aquela que seria a base do desenvolvimento humano e do progresso da nação, o professor. O intelectual advertia que,

[...] desde muito mantenho opinião em favor das Escolas Normaes organizadas de modo a constituírem verdadeiros seminários. [...]. “Exaltei, portanto, vendo aqui um estabelecimento como o de que trato donde a província deve hauri imensos beneficios, se dispensa-lhe a devida proteção (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1871, p.15).

Era necessário atribuir um caminho pedagógico capaz de formar esses profissionais, atribuindo-lhes um método que, para Durães (2011, p.468), “A formação pedagógica era necessária e deveria ocorrer em espaços específicos nos quais o professor pudesse aprender os métodos para ensinar melhor às crianças”.

A fala de Diogo Velho estava centrada na defesa da criação das Escolas Normais, que seriam os centros, por excelência, de formação de profissionais para o magistério. Segundo denota Durães (2011, p. 468), o que Gómez García escreveu sobre a influência das ideias pestalozianas na educação brasileira, foi que “não se pode esquecer que as primeiras Escolas Normais propriamente ditas, seminários para preparar mestres leigos, são em grande medida resultado da influência pestalozziana”.

Para Diogo Velho, o magistério era mais que a prática de ensinar, deveria ser o caminho para o desenvolvimento da inteligência e da compreensão humana, e continuou defendendo sua visão educacional ante a Corte Imperial, expondo a fala do Diretor de Instrução Pública de Pernambuco, que dizia:

[...] urgente melhoramentos reclama ele, começando por um edificio apropriado; isso é influiira por tal forma no desenvolvimento não só da instrução, mas ainda do ensino publico, que apesar de oberados como já estão os cofres provinciaes animo-me a recomendar-vos este assumpto [...] A criação de uma cadeira de musica é tambem solicitada pelo respectivo diretor no seu relatório, que merece a vossa atenção (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1871, p.15).

Além das explanações em relação à formação do professorado, observa-se que o Presidente dessa Província fez menção à sua visita ao estabelecimento que seria o local apropriado para formar professor. Diogo Velho concluiu seu discurso destacando que tinha ciência, não somente da necessidade de um espaço adequado, mas, também, da urgência de reparos e da necessidade da aquisição de móveis. Por conta disso, justificou a liberação da autorização de serviços para suprir as demandas das despesas, com a exposição de um quadro de frequência dos alunos.

Além de reclamar melhorias, o Diretor Interino de Instrução Pública discorreu, em seu relatório, conforme o § 3º, do Art. 2º, do Regulamento Interno, que tinha como finalidade o seu cumprimento, isto é, a supressão do Art. 31. Em resposta, Diogo Velho postula:

Não acho conveniente à supressão do art. 31º do mesmo regulamento na parte relativa á eliminação dos alunos que derem provas de incapacidade para o magistério, como propõe o diretor da escola, pelas razões que expande o diretor geral da instrução Pública (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1871, p.16).

Tais razões se referiam à falta de estabelecimento adequado, de mobília e de utensílios para formar adequadamente o professorado do magistério. Acrescenta-se a tudo, a falta de mão de obra especializada que pudesse qualificar esses futuros profissionais. Percebemos que Diogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque estava disposto a empreender melhorias significativas no setor de formação docente.

Sendo assim, não poderia, o administrador dessa Província, deixar de dar destaque ao ensino secundário, que seria o trampolim dos jovens brasileiros do século XIX para o nível superior (FERRONATO, 2014).

Nesse sentido, Diogo Velho inicia suas considerações em relação ao ensino secundário, enfatizando que, na Província do Pernambuco, havia um internato, o Ginásio Pernambucano, e quatro cadeiras avulsas de latim, que estavam distribuídas nas cidades de Recife, Garanhuns, Villa Bella e Ourieury. Porém, somente a primeira cadeira de latim foi frequentada por cinco alunos; o que, para o intelectual, seria motivo suficiente para extingui-las.

Para fundamentar sua ideia em relação à extinção das cadeiras de Latim, Diogo Velho destacou que aquele era um momento de construção para uma instrução atrelada a um espaço que possibilitasse o desenvolvimento intelectual e moral do cidadão. E continuou declarando que

O Gynnásio é um estabelecimento de primeira ordem no seu gênero, ondea juventude encontra educação moral e intellectual regular e econômica. Tem atravessados alguns períodos de desconhecimento; mas tenho fé na sua restauração e no seu futuro [...] instituições dessa ordem só

fornecem em paizes depauperado ou atacados de consumpção; e merece de Deus, aqui a riqueza e vitalidade embora as culpas e erros dos homens (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE PERNANBUCO, 1871, p.16).

No entanto, a extinção das referidas cadeiras ocorreu de forma gradual e, aos poucos, começaram a surgir os estabelecimentos particulares de ensino (FERRONATO, 2014). Diogo Velho defendeu uma política de “desoficialização”, compreendendo esse ensino como oneroso e inútil para a instrução pública e as províncias brasileiras.

O intelectual estabeleceu ideias conservadoras e sublinhou que a instrução secundária seria um campo que geraria reflexões e que poderia auxiliar na construção de outras formas de preservar e manter a ordem moral e civil, tendo, como base, os princípios ideológicos dos grupos conservadores.

Segundo o Presidente da Província, a criação das instituições educativas teria um papel importante na formação da juventude e, conseqüentemente, da sociedade. Destaca, então, Diogo Velho, o relevante papel que o Ginásio Pernambucano traria para o cidadão, destacando que, após ter visitado a referida instituição, “[...] comphendi a sua importância e o meu dever de desvelar-me sobre ele” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNANBUCO, 1871, p.16).

Observamos que, em seu discurso, o dirigente dessa Província demonstrou a felicidade de perceber o quanto o Cônego Francisco Rochoael Pereira de Brito Medeiros, o Diretor do Ginásio, tinha se entusiasmado com o seu trabalho, tendo em vista o desejo do intelectual no desenvolvimento do Ginásio. Nesse sentido, Diogo Velho ressaltou que precisaria de mais tempo para exibi-lo de maneira que honrasse a memória do fundador da instituição.

O liceu Provincial Pernambucano foi uma instituição com trajetória significativa para a província de Pernambuco, sendo essa instituição responsável pelo ensino de primeiras letras e de algumas disciplinas que analisava a eficiência dos alunos para adentrar na faculdade de direito em Olinda até ser transformada em Ginásio em 1855 (ANANIAS; SILVA, 2011, p.135).

Diogo Velho continuou seu discurso pontuando que “[...] os regulamentos carecem de revisão” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1871, p.16). NA verdade, o Presidente precisava estabelecer alguns critérios com vistas a normatizar as inspeções das escolas. Por causa disso, demonstrou a necessidade de rever os regulamentos que dirigiam a Instrução Pública naquele momento.

Diogo destacou a atuação do crítico Cônego Marcolino Pacheco do Amaral, exaltando suas qualidades enquanto gestor do Ginásio. As condições materiais dos móveis e utensílios dessa instituição ea reforma do prédio do estabelecimento de ensino figuraram como as preocupações mais urgentes do Presidente.

Ainda há muito que, fazer como vereis do relatório do regedor, e embora conheça a necessidade de economia, peço-voz algumas largueza em prol da mas importante instituição literária que a província mantem. [...] não convém adiar por mais tempo duas medidas que concorreram eficazmente para o seu prestígio e credito: a validade dos exames dos alunos, que completarem os curso respectivo perante a faculdade do império, e a preferencia dos mesmos alunos para os cargos públicos em competência com outros pretendentes (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1871, p.16).

Havia uma seleção em relação aos exames aplicados aos alunos com a preparação para ingressarem nas faculdades, uma vez que seriam, no futuro próximo, os homens que ocupariam os cargos públicos. Acresce que,

[...] a província é o indicativo segundo o qual, embora as experiências educacionais das outras províncias tenham sido acompanhadas de perto pelas elites políticas locais, na prática, foram sempre locais as decisões relativas aos caminhos percorridos na seara educacional [...] (ANANIAS; SILVA, 2011, p. 132).

Em relação ao funcionamento do Ginásio, o relatório do Presidente informou que, naquele ano, as aulas foram frequentadas por 110 alunos externos, 72 internos, 6 alunos meio pensionistas, totalizando 188 discentes. Além desses números, foi possível detectar que 48 internos fizeram exames para ingressar na faculdade, sendo todos aprovados plenamente.

Quadro 13- Dados acerca da frequência dos alunos do Ginásio da Província de Pernambuco, desde sua fundação. Informação encontrada no Relatório de Presidente, datado de 1871.

Ano	Quantidade	Alunos
1855	127	NL
1856	93	NL
1857	129	NL
1858	87	NL
1859	80	NL
1860	67	NL
1861	38	NL
1862	NC	NL
1863	39	NL
1864	65	NL
1865	102	NL
1866	124	NL
1867	136	NL
1888	154	NL
1889	220	NL
1870	188	NL

Fonte: Quadro existente no Relatório de Presidente da Província de Pernambuco (1871, p. 16).^{*25}

A tabela revela que existia uma lacuna nas informações sobre a frequência dos alunos entre os anos de 1867 e 1888, totalizando um espaço de tempo de exatamente 21 anos; o que nos induz a afirmar que, possivelmente, houve um apagamento dessa instituição na sociedade pernambucana oitocentista.

Para Diogo Velho, a aula particular secundária, tanto para o sexo masculino como para o feminino, presentes na Província de Pernambuco e, também, nas demais províncias; estava desenvolvendo-se, já que havia a presença de estabelecimento para esse ensino.

Nesse sentido, Ferronato (2014, p. 30) afirma, que “Na província da Parayba do Norte, o ensino secundário particular foi oferecido desde longa data, como em outras províncias, nas chamadas aulas avulsas”. O modelo das aulas avulsas existentes na Parayba do Norte não teve o mesmo

²⁵*NC: Não consta; NL: Não Localizado.

alcance social educativo e cultural no âmbito da província (FERRONATO, 2014).

Diogo Velho evidencia a existência de estabelecimentos particulares de ensino, como se pode perceber no Quadro abaixo:

Quadro 14 – Dados acerca das Escolas do Ensino Secundário Particular para o sexo masculino da Província de Pernambuco. Informação encontrada no Relatório de Presidente, datado de 1871.

Colégios Masculinos
Nossa senhora da conceição
Santa Genoveva
São Bernardo
Santo Amaro
São Francisco Xavier
São Francisco de Paula
São Pedro de Alcantara
São Geronymo
Imperial Instituto do Bom Conselho
Nossa Senhora da Conceição dos Montes, em Una
Colégio são Luiz

Fonte: Informações existentes no Relatório de Presidente da Província do Pernambuco (1871, p. 17).

Acerca do ensino particular, Diogo Velho faz menção, em seu relatório, ao Colégio São Luiz, e destacou o papel e contribuição do seu fundador, o “digno Vigário Interino Nazareth”, cônego Dr. Luiz Ferreira Nohre Pelinco. Essa instituição fora inaugurada no dia 2 de janeiro de 1871. Concluindo o seu discurso, o Presidente expôs à frequência dos alunos desse Colégio, que, naquele contexto, agregava um total de 792 alunos, dentre os quais, 22 foram habilitados para faculdade. No que tange ao ensino voltado ao sexo feminino, Diogo Velho cita 8 estabelecimentos, que agregavam 110 alunas nas escolas. O Quadro 15 apresenta os nomes dessas escolas que formavam as mulheres.

Quadro 15 – Dados acerca das escolas do Ensino Secundário Particular para o sexo feminino, da Província de Pernambuco. Informação encontrada no Relatório de Presidente, datado de 1871.

Colégios Femininos
Colégio de Santa Úrsula
Colégio de Nossa Senhora da Conceição

Colégio de São José
Colégio de Santa Angélica
Colégio do Santíssimo Coração de Jesus
Colégio do Bom Conselho Papacaça

Fonte: Informações existentes no Relatório de Presidente da Província de Pernambuco (1871, p.17).

Para justificar a existência das escolas de ensino profissional (Lyceu das Artes e Ofícios) e sua importância para o progresso da Nação, Diogo Velho postulou que o desenvolvimento do conhecimento entre os artistas e os operários é de extrema importância para elevação moral e profissional. O Presidente deu ênfase à existência das escolas elementares auxiliares e as aulas noturnas, e das aulas aplicadas aos domingos, acrescentando que seria preciso boas conferências, bibliotecas, com o fim de dar ritmo ao ensino técnico real, ou prático, das artes e ofício.

Compreende-se que para o artista e o operário, como para o comerciante e o agricultor, são de máxima vantagem às noções próprias a tira-los da usança inveterada, dos processos coimbãos, a inspira-lhes o gosto pelo estudo do que concerne ao aperfeiçoamento da sua arte, ou profissão, attrahi-los ao progresso econômico, que é o progresso social(RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1871, p.16).

Diogo Velho, com os seus vastos planos de reformas e ideias mais adiantadas para a época, fundou o Lyceu das artes e ofícios no ano de 1871. Fiel ao que compreendia como “edifício sólido” para o desenvolvimento de uma sociedade e devotado aos seus ideais, que acalorava sua alma de esperança em torno do desenvolvimento intelectual da sociedade brasileira, o intelectual postulou, partindo de sua experiência como chefe de estado das províncias do Piauí e Ceará, assim como sua passagem pela instrução pública na Parayba do Norte, uma reforma no ensino, visando à melhoria do desenvolvimento intelectual (moral) e material (profissional) da Província. Sendo assim,

Em 30 de setembro de 1870 tomou posse da administração da província o conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, hoje visconde de Cavalcanti. Homem prático e afeito ao serviço público pelo desempenho de elevados cargos da alta administração do país, da elevada posição social, dotado de espírito empreendedor e dos dotes

necessários à realização de grandes reformas tendentes ao melhoramento moral e material da província confiada à sua administração, se fez pouco, no curto período do seu governo, deixou porém consignados no luminoso relatório com que abriu os trabalhos da assembleia provincial, em 1º de março de 1871, vastos planos de reformas e as mais adiantadas ideias para a sua consecução (ALMEIDA, 1977, p. 41).

Embora tenha sido curta sua passagem pela administração de Província de Pernambuco, algumas de suas façanhas, enquanto gestor daquela região, trouxeram realizações e enriquecimentos, sobretudo, em relação ao patrimônio arquitetônico cultural da Província do Pernambuco, a exemplo da restauração do Teatro Santa Isabel.

Por vezes, Diogo Velho esteve atento às formações das classes operárias existentes nos oitocentos, assim como da construção das artes, tendo em vista que procurava dar um lugar de destaque aos artistas (artesão), enquanto operário de extrema importância para a formação da cultura do povo Brasileiro.

Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que como por objeto a compreensão das formas e dos motivos ou, por outras palavras, das representações do mundo social que, a revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 2002, p.19).

As artes têm a função de trazer à tona alguns aspectos culturais da sociedade, a partir do olhar de quem as constrói, ou seja, descreve a sociedade tal como os artistas a visualizam ou como gostariam que fosse. Os documentos indicam que, na análise de Diogo Velho, no que se refere aos artistas, tinha como elaborar uma crítica em relação à falta de instituições para essa e outras modalidades, a exemplo dos fins especiais como o arsenal de guerra e marinha e a falta de instituições para órfão, pontuando que [...] “apenas sei da existência da *Associação dos Artistas Mecânicos e Liberaes*, em grande desalento a mingua de proteção” (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1871, p.17).

Expondo o problema, Diogo Velho continuou argumentando. Desta feita, enfatizou que, caso não se chegasse a um consenso da urgência da necessidade de se criar instituições educativas, pelo menos, que se protegessem as pretensões dos gêneros artistas.

Com o propósito de afirmar o seu posicionamento, Diogo velho destacou acerca das verbas de subvenção que a Assembleia dispôs para sua administração investir em serviços. O Presidente afirmou: [...] “protegei, mas eficazmente as aspirações daqueles generosos artistas aumentando a subvenção com que tem sido auxiliado por esta assembleia” (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1871,p. 17).

Diogo Velho descreveu a confiança que tinha na Associação Comercial Beneficente, expondo que essa Instituição possuía boas ideias e bons acolhimentos, a ponto de levar o profissional de ofício a obter o que ele chamou de “Arquiciência”, e continuou postulando que a Associação cooperava para o desenvolvimento das artes e ofícios e para o comércio da Capital Pernambucana oitocentista. Em contato com os documentos, encontramos algumas informações concernentes aos serviços realizados.

O dirigente declarou que, com 2:000\$000 (dois mim contos de reis), a sociedade brasileira pernambucana oitocentista mantinha escolas noturnas de Primeiras Letras, Gramática Nacional, Língua Francesa, Geometria, Arquitetura e Desenho. A frequência, em 1870, era de 25 alunos no ano.

Quadro 16 – Dados acerca das difusões do Ensino Primário na Província de Pernambuco. Informação encontrada no Relatório de Presidente, datado de 1871.

Escolas	Quantidade de alunos	Nomes dos Alunos
Escolas Públicas	9822	NL
Escolas Noturnas	178	NL
Escolas normais	57	NL
Escolas particulares	1905	NL
Escolas de Artistas	20	NL
Escola de arsenal de guerra	115	NL
Escola da marinha	81	NL

Fonte: Informações existentes no Relatório de Presidente da Província do Pernambuco (1871, p. 18).^{*26}

²⁶*NL: Não Localizado.

Em relação ao ensino secundário e sua organização, Diogo Velho, tendo como base o Relatório do Diretor da Instrução Pública, da Província de Pernambuco, expôs algumas informações que estão elencadas no quadro que se segue.

Quadro 17 - Acerca da difusão do Ensino Secundário na Província de Pernambuco. Informação encontrada no Relatório de Presidente, datado de 1871.

Escolas	Quantidade de alunos	Nomes dos alunos
Ginásio	96	NL
Aulas avulsas de latim	03	NL
Estabelecimentos	902	NL
Arsenal da marinha	03	NL
Arsenal de guerra	12	NL
Sociedade de artista	03	NL
Colégio das artes	273	NL

Fonte: Informações existentes no Relatório de Presidente da Província de Pernambuco (1871, p. 18).^{*27}

Em relação ao ensino superior, o documento faz referência à presença de Seminário Episcopal, que tinha 57 alunos, e a Faculdade de Direito, que agregava 434 graduandos. Assim seguiu Diogo Velho, acreditando que seriam os homens de elevado porte cultural os responsáveis pela formação educacional da sociedade, no século XIX. Para o Presidente da Província, os problemas que cercavam a instrução da sociedade brasileira provinham das constantes falas. Era necessário repercuti-las, no sentido de chamar a atenção dos representantes políticos daquele contexto social.

Sobre essa advertência, Almeida (1977, p. 43) sublinha que Diogo "Veio provar seu mérito logo no ano seguinte, quando foi realizado o primeiro recenseamento no Brasil e ficou comprovada a baixa do percentual dos homens instruídos, à vista total da nossa população".

²⁷*NL: Não Localizado.

As ideias de Diogo Velho, no que tange ao ensino profissional, foram aceitas na Província de Pernambuco, que deixou registrado em seu escrito, o pensamento (frase) de Leibnitz: “[...] dai o ensino da mocidade e eu reformarei o mundo” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNANBUCO, 1871, p.18).

Ao concluir esta seção, ressalta-se que, para Diogo Velho, a instrução Pública era o único meio propício para o desenvolvimento da nação brasileira. A utilização de princípios pedagógicos seria fundamental para o aluno e o professor. Daí a urgência na implementação de instituição de qualidade para formação de docentes eficientes, capazes de transformar o rumo da Nação; o conceito de civilização, nos oitocentos, estava atrelado a formação educacional.

A instrução, o conhecimento científico e os preceitos da religião cristã propagariam os raios de luzes e dissipariam as trevas da ignorância, na qual a nação brasileira se encontrava.

4 A INSTRUÇÃO COMO PALCO DE DEFESA PARA UMA EDUCAÇÃO NACIONAL

Baixo e por dento das modificações produzidas na organização escolar, o que estava em jogo era uma reforma “do espírito público” (NUNES, 2010, p. 374).

O ensino primário do século XIX estava atrelado ao ensino e às festividades cívicas, que tinham como propósito a competência didática instruir para civilizar. Assim, Clarisse Nunes (2010) dá ênfase à extinção dessa atitude do século XIX ao XX, quando relata que esse comportamento, além de outros, a exemplo de castigos físicos e morais em que o professor exercia o poder de autoridade, era o mecanismo para ensinar.

No entanto as organizações escolares que surgiam para substituir o ensino isolado, definindo o limite do poder e os avanços da cultura escolar, traziam discussões em torno daquilo que a autora chamou de “reforma do espírito público”. Mas, o que estava em jogo na mudança da cultura escolar era a formação cultural do povo brasileiro (que em meados do século XIX a ideia de “povo” estava relacionada aos homens brancos livres e a elite brasileira) , assim como a ideia de instruir para civilizar para a ordem e o progresso do que poderia se constituir como Estado Nação.

Para isso, foi necessário reorganizar o ensino público, deixando de configurar-se como uma extensão do campo familiar e religioso, de forma isolada, e passando a ser responsabilidade do sistema político com o propósito de civilizar, não só a partir do mecanismo religioso ou familiar, mas utilizando-se da ciência. É nesse sentido de construção de um novo mecanismo capaz de instruir para civilizar a organização do espaço escolar, que será apresentada uma breve análise acerca da fala e das ações de Diogo Velho, para o “bom andamento” da instrução na província da Parhayba do Norte.

O título dado a esta seção tem como base as discussões educacionais encontradas nos Relatórios de Instrução Pública da Província da Parhayba do Norte, durante o período de 1861 e 1862, contexto no qual Diogo Velho Cavalcanti d’Albuquerque atuou na condição de Diretor da

Instrução Pública. Tendo em vista as possíveis informações a serem levantadas, os Relatórios se constituíram na principal fonte de pesquisa. Deve-se considerar, então, que as falas de Diogo Velho se perpetuaram até a modernidade, em relação ao progresso social e à construção da civilização, sobretudo em relação à melhoria da ampliação da Instrução Pública.

Os Relatórios do Presidente da Província da Parayba do Norte foram organizados e transcritos em um trabalho organizado por Cristiano Ferronato, em 2015, intitulado *A instrução Pública na Parayba do Norte: discursos, falas e relatórios de presidentes da província (1837-1889)*. Diante da importância dessa referência bibliográfica, uma vez que nos proporcionou acesso a informações concernentes ao nosso objeto de estudo, não senti necessidade de visitar o acervo documental, que se encontra digitalizado no *site* <<http://www.crl.edu/content/brazil/pari.htm>>. Nesse sentido, a referência bibliográfica consiste em uma obra de suma importância para salvaguardar a história da educação de uma determinada época.

4.1 Estado da instrução na Província Paraibana: regulamentos e modificações na legislação do século XIX

Os documentos oficiais de Instrução Pública do século XIX, utilizados enquanto fontes, mostram-se ricos em dados que auxiliam o pesquisador a aprofundar a análise do seu objeto de investigação. Tais documentos apresentam a evolução da legislação educacional vigente à época e nos permitem fazer algumas incursões historiográficas, realizando uma análise das leis que regulamentavam a Instrução Pública, nos anos de 1861 e 1862, na Província da Parayba do Norte.

Eles também nos possibilitam produzir uma reflexão das ideias defendidas pelo Diretor da Instrução Pública, no que tange aos temas educacionais e à formação cultural de uma determinada região. É importante

ressaltar que os Relatórios dão condições de identificar as ideias educacionais que estavam circulando, no contexto brasileiro do século XIX.

Os Relatórios da Instrução Pública podem ser considerados espaços de afirmações do pensamento político para a construção da civilização e do progresso do Brasil. A respeito da utilização dos Relatórios de Província, enquanto fonte para a investigação, vale considerar que o documento é composto por elementos que,

[...] 'funcionam como um inconsciente cultural', que assume um papel decisivo, e intervêm para orientar uma apreensão, um conhecimento, uma apresentação da gálias [...] profundamente baseada nas lutas e nas realidades imperialistas do momento (LE GOFF, 2003, p. 537).

A partir desse pressuposto acerca do documento, debrucei-me sobre a avaliação dos Relatórios da Instrução Pública, enquanto fonte relevante para examinarmos esse "inconsciente cultural", que pode ser traduzido pela ação da política, com vistas a imprimir uma cultura ou dar a ler, à sociedade, tais práticas culturais (ALONSO, 2012).

No que se refere à escolha dos Relatórios da Instrução Pública como fonte para desenvolver este trabalho, adotei alguns critérios metodológicos, a exemplo do marco temporal, que corresponde ao período de 1861 a 1862; e a análise inicial das leis regulamentadoras, no período de 1852 a 1860.

Vale destacar que a fala de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, então Diretor da Instrução Pública da Parahyba, chamou a atenção do Presidente daquela Província, o Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, em 1861, e a do Dr. Francisco Araújo Lima, no ano 1862, no que tange à alternância da lei que regulamentava o funcionamento, tanto da instrução do Brasil como do Norte oitocentista.

Sendo assim, fui buscar no MEC/INEP/SBHE (<http://portal.inep.gov.br/informacao-da>) as regulamentações utilizadas nesse trabalho. Os Relatórios de Instrução Pública, organizados e transcritos no trabalho de Cristiano Ferronato, anteriormente mencionado, nortearam a pesquisa e me levaram a seguir possíveis caminhos no sentido de obter uma análise mais coerente do escrito, no que diz respeito às referências teórico-metodológicas.

Um dos principais aspectos abordados por um relatório de Instrução Pública era a legislação em vigor que norteava o andamento da educação e cultura da Nação. Ao entrar em contato com os documentos em questão, percebeu-se que o Diretor da Instrução Pública da Parahyba do Norte, Diogo Velho, postulava a importância daquele assunto (instrução Pública) para a civilização e o progresso do povo brasileiro.

Este assumpto importantíssimo é regulado actualmente pela lei provincial n. 12 de 8 de Agosto de 1860, que suspendendo a execução do Regulamento expedido em 27 de Janeiro do mesmo anno pela Presidencia da Provincia, restabeleceu a legislação anterior com ligeiras modificações. Vigora pois o regulamento de 11 de Março de 1852 (FERRONATO, 2015, p. 175).

Ao tempo que Diogo Velho escreveu sobre o tema da educação e da civilização brasileira, também fez críticas aos prejuízos que a alternância da legislação que regulamenta a instrução trouxe ao bom andamento da instrução. O seu discurso, em defesa de uma legislação única e homogênea para a instrução e o progresso do povo, permitiu-me assinalar algumas abordagens.

Uma dessas abordagens é a Lei de Regulamentação da Instrução Pública, publicada em de 8 de agosto de 1860, que aparece na fala do Diogo Velho, no Relatório de Instrução Pública da Parahyba do Norte, de 1861, que, além de avaliar a suspensão da execução da regulamentação de 27 de janeiro do ano corrente, também faz referência à obrigação do Diretor de Instrução de percorrer a Província e visitar as aulas, sempre que o Presidente de Província, o Luiz Antônio da Silva Nunes ²⁸, compreender necessário. Tais procedimentos levaram a inferir que o Diretor de Instrução Pública também era um tipo de Supervisor da Educação.

Embora a intenção dos regulamentos fosse possibilitar uma legislação capaz de ordenar a Instrução Pública e o desenvolvimento do

²⁸No trabalho apresentado no X Seminário Nacional do HISTEDBR, de 18 a 21 de julho de 2016, de Layse Regina B. M. dos Santos e Mauricéia Ananias, intitulado "Província da Parayba do Norte: Instruir para civilizar 1849-1889"; encontram-se relatos dos pensamentos do Presidente da Província no ano de 1861. O trabalho pontua sobre o dirigente aspecto, como a menção que ele fez ao censo de 1852, sobre a população escravizada no Brasil.

progresso do povo brasileiro, as leis e os regulamentos da Instrução da Parahyba levaram a elaborar uma pergunta: se, naquele momento, a discussão era o progresso da sociedade e a civilização do cidadão brasileiro, porque os representantes políticos da época autorizam o Presidente da Província Parahybana, Luis Antônio da Silva Nunes, a extinguir cadeira do ensino primário?

3o – Ficam restabelecidas as cadeiras de Latim das cidades de Areia e Mamanguape, extintas em virtude do Regulamento de 27 de janeiro desde ano, devendo a elas serem restituídas os respectivos professores. [...]. Art. 4o – Ficam o Presidente da Província autorizado a extinguir as cadeiras de instrução primária, que entender dispensáveis pela pouca utilidade que prestam, respeitando o direito adquirido de vitaliciedade, uma vez que não se achem os professores no caso especificada no § 9o do art. 1o (PINHEIRO; CURY, INEP, 2004,p.40).

O discurso da estruturação da educação surgiu em pleno vapor, no Brasil do século XIX. Para Monarcha (2009) “escola nova” ou “escola ativa”, que vem desde o período Imperial Brasileiro sendo pensada, representava o momento da evolução de uma nação, tendo como principal recusa a pedagogia clássica baseada em Johann Friedrich Herbart (1776-1841). Monarcha (2009) ainda afirma o pensamento de Freud para embasar o uso da pedagogia clássica, quando diz que “O homem não pode tornar-se um verdadeiro Homem se não pela Educação” (MONARCHA, 2009, p. 24).

Nas regulamentações legais apresentadas no trabalho organizado pelo O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), há uma lacuna de regresso e retrocesso no que se diz respeito ao caminho pelo qual a educação brasileira percorreria. As alternâncias das leis são visíveis entre as regulamentações da Instrução da Parahyba²⁹, datadas de 1852 a 1860, conforme exposto no Quadro a seguir:

QUADRO 18: Dados gerais acerca das Leis de Regulamentações responsáveis pela Instrução Pública da Parahyba.

--	--	--

²⁹As Leis de Regulamentação da Instrução Pública das Províncias Brasileiras eram decretadas pela Assembleia Legislativa Provincial e sancionadas pelos representantes políticos de cada Província em exercício.

Lei de regulamento	Presidente	Vice-Presidente
Lei nº 11 – de 15 de outubro de 1853	NC	Frederico de Almeida e Albuquerque
Lei nº 20 – de 3 de julho de 1854	NC	Flávio Clementino da Silva Freire
Lei nº 2 – de 25 de outubro de 1855	NC	Flávio Clementino da Silva Freire
Lei nº 9 – de 3 de novembro de 1855	NC	Flávio Clementino da Silva Freire
Lei nº 6 – de 4 de outubro de 1856	Antonio da Costa Pinto Silva	NC
Lei nº 9 – de 29 de outubro de 1858	Henrique de Beaurepaire Rohan	NC
Lei nº 16 – de 27 de setembro de 1859	Ambrósio Leitão da Cunha	NC

Fonte: Quadro elaborado pela autora, mediante dados coletados no MEC/INEP/SBHE.^{*30}

A legislação concernente à instrução, apresentada no Quadro acima, estabelece o ordenamento da organização da Instrução Pública, a partir das Leis de Regulamentação na Província da Parayba do Norte. A Lei nº11, de 15 de outubro de 1853, decretada pela Assembleia Legislativa desta província, e sancionada pelo Vice-Presidente Frederico de Almeida e Albuquerque; estabelece o andamento dos exames para as cadeiras de Instrução Primária. Prescreve, também, que os exames fossem realizados ante a comarca municipal, sendo seus examinadores escolhidos pelo presidente da Província.

Por outro lado, a Lei de nº20, de 13 de julho de 1854, decretada pela Assembleia Legislativa, e sancionada pelo Vice-Presidente da Província da Parayba do Norte, o Flávio Clementino da Silva Freire, instituía uma determinada quantia, em forma de adiantamento do pagamento do professor, para que o professor da cadeira de Latim, da Cidade de Areia, publicasse sua obra intitulada “Manual do estudante de latim”. Percebe-se que alguns docentes publicavam suas obras usando seu ordenado, e tinha

³⁰NC: Não consta

como propósito estabelecer maiores condições materiais para que os professores desenvolvessem a si e aos discentes.

Ainda sobre a Lei supracitada, vale pontuar que ela estabelecia o ordenamento de uma determinada quantia para o pagamento de impostos à fazenda, porém, o destinado para esse fim seria descontado mensalmente do salário do professor, até que a quantia adiantada fosse totalmente paga.

O mesmo Vice-Presidente que sancionou a Lei de nº 20, também aprovou a Lei de nº 2, de 25 de outubro de 1855. Esta última determinava que a remoção de professores concernentes às cadeiras de instrução primária fosse realizada quando estivessem vagas. No mesmo ano, houve uma nova regulamentação, a de número 9 de novembro de 1855, que situava os valores dos ordenados dos professores, que variavam de 500\$000 (quinhentos contos de reis) a 600\$000 (seiscentos contos de reis).

Todas essas regulamentações tinham o propósito de estabelecer, na Província, a organização da Instrução Pública. Nesse sentido, a regulamentação de nº6, de 4 de outubro de 1856, decretada pela Assembleia Legislativa, e sancionada por Antonio da Costa Pinto Silva, Presidente da Província da Parahyba do Norte; constituiu, no §4º, que previa a reforma do ensino primário, dividindo-o em dois graus (primeiro e segundo), além de modificar o andamento do Lyceu Parhaybano, quando estabelecer no §5º convertê-lo em internato.

Observou-se que a Regulamentação de nº9, de 29 de outubro de 1858, dispôs em alguns dados referentes às gratificações recebidas pelos servidores públicos e, também, a extinção das gratificações para alguns funcionários.

Os decretos de lei, criadas pelo poder Legislativo, eram resultados de uma deliberação nas câmaras de deputados e Senado, já os decretos do poder Executivo tinham peso de lei e não passavam por avaliação dos parlamentares [...] (SILVA, 2018, p. 33).

No entanto, as Regulamentações existentes em cada província tinham, como função, direcionar a moral e os bons costumes de todo o ensino da Província. Embora as resoluções, avisos e decisões não tivessem peso de lei, essas regulamentações da Instrução Pública direcionavam a

organização da Instrução de cada Província, tendo em vista impor, advertir, aconselhar, cobrar e garantir direitos (SILVA, 2018).

Ambrósio Leitão da Cunha, Presidente da Província da Parahyba do Norte, em seu regulamento de nº16, de 27 de setembro de 1859, do Art. Único, informa que nos Art. 3º e 5º da Lei nº 9 de 29 de outubro de 1858, sublinha que não tem aplicação aos professores que obtiverem licença com ônus de se fazerem substituirá sua custa. Dessa forma, o gestor impunha que a Lei de 1858 tratava das gratificações e provimentos de salários dos professores e funcionários públicos, não se aplicando aos docentes que custeavam sua substituição.

Quanto à Lei de 1860, no seu §3º, que apareceu no Relatório de Instrução Pública de Diogo Velho, de 1861, mediante apreciação desses regulamentos que obtivemos contato, informa que a substituição do Diretor de Instrução Pública só poderia ocorrer interinamente por alguns dos lentes catedráticos. É importante ressaltar que o cargo de Diretor da Instrução Pública estava limitado a algumas pessoas, diga-se de passagem, as de sexo masculino, pois somente o homem era considerado “lente catredático”, ou seja, um homem instruído e geralmente que exercia a docência no Lyceu Provincial.

O Regulamento de 1860 prescreve que, no impedimento de qualquer lente, a substituição da direção da Instrução Pública terá outro administrador, que será designado sobre proposta do Diretor Interino, com gratificação mensal de 50\$ (cinquenta réis). Para compreendermos a forma como se processou a instrução e a cultura da sociedade brasileira, concordamos que,

A instrução pública, defendida como principal ramo do serviço público nos discursos dos Presidentes de Províncias e nos debates na Assembleia Legislativa, estava fortemente ligada às ideias de moralidade ordem e prosperidade aparecendo constantemente nos discursos oficiais dos responsáveis pela instrução [...] (SANTOS, 2017, p.90).

A fala de Diogo Velho enfatiza que a legislação regulamentadora de 1852-1860 deveria estar além de contentar as precisões de civilização e progresso da Província da Parahyba, levando a crer que seus pensamentos estavam voltados para defender a ideia de uma educação nacional.

A actual organização da instrucção publica, as matérias que a constitem, o methodo de diffundil-a, em vez de darem esse resultado, mostram que, em quanto certo progresso intellectual, mesmo mal encaminhado, tem movimento ascendente em algumas classes, outas jazem em deplorável estado de ignorancia (ALBUQUERQUE, *apud* FERRONATO, 2015, p.175).

A Lei de nº17, de julho de 1852, sancionada pelo Presidente da Província Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, em seu Art. 1º, dispõe sobre uma nova organização para a Instrução Primária e a Secundário, que foi estabelecida e exposta pelo governo, no Regulamento de 11 de março do ano corrente, em virtude das Leis de nº 12, 13 e 17, de 1851. A Lei de 1852 estabeleceu as regulamentações provinciais e as devidas mudanças no ensino, ou seja, as do §1º, relacionadas ao custo que teria a Província com o aluno matriculado no Lyceu Parahybano.

Em 1861, quando a Lei de nº 12, de 8 de agosto 1860, regulamentava a educação da Parahyba do Norte, sendo essa Regulamentação suspensa pela execução de 27 de janeiro do ano corrente, na qual o Presidente da Província emitiu a suspensão da Lei de nº 12, aos diretores de Instrução Pública, informando a substituição da regulamentação da educação pela Lei de 11 de março de 1852, Diogo Velho, Diretor de Instrução da cidade da Parahyba do Norte postulou que,

Essa Legislação está bem longe de satisfazer as necessidades do mesmo, elevando-o amerecida altura, e encaminhando-o ao resultado grandioso de uma *educação nacional*, adoptada as nossas instituições, costumes, crença religiosa, aspirações e interesses materiaes (ALBUQUERQUE, *apud* FERRONATO, 2015, 175).

A nova mudança na Lei Regulamentadora da Instrução Brasileira, destacada pelo Presidente da Província, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, Lei de nº 17, de 6 de julho de 1852, levou-me a elaborar uma pergunta: o que levou um representante político retroceder de uma Lei que, supostamente, foi alterada com o propósito de melhorar os trâmites da educação daquela sociedade?

Era, pois, provavelmente inevitável, que o desenvolvimento da história econômica ou social se fizesse às custas do

declínio da História dos fatos políticos daí em diante lançada num descrédito aparentemente definitivo[...] (REMOND, 2003, p.14).

Segundo Pinheiro e Cury (2004, p. 31):

Art. 1o – A nova organização da instrução primária e secundária da Província, dada pelo governo em regulamento de 11 de março do corrente ano em virtude das Leis Provinciais números 12 e 13 de 17 de setembro de 1851, fica aprovada com as alterações seguintes.

Tal aprovação propunha, também, um valor mencionado de matrícula do Lyceu pelo aluno, no valor de 3:000\$00 (três mil réis), além de pontuar, no inciso § 4º, que os professores de latim da 3a Comarca teriam o ordenado de 500:000\$00 (quinhentos mil réis) mais a gratificação de 60:000\$00 (sessenta mil réis) (PINHEIRO; CURY, 2004). Com ênfase nas leis mencionadas, foi possível observarmos que houve uma alteração na remuneração do professor, decaindo 100\$ (cem contos de réis).

A Lei de nº18, de 6 de julho de 1852, possibilitou-me fazer outras observações. Dessa vez, sobre a aposentadoria dos empregados da educação. Pinheiro e Cury (2004) testificam que o Art. 2o serviu de base ao Governo para conceder a aposentadoria com ordenado por inteiro aos Empregados da Secretaria, de que trata a presente Lei, o prazo de trinta anos de serviços não interrompidos.

No entanto, o que chamou a atenção foi o que estava prescrito no Artigo 1º, que apresentou o posicionamento da Assembleia Constituinte. Este artigo testifica que os representantes políticos daquela Assembleia autorizam o então Presidente, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, a aposentar a professora de Primeiras Letras da Cidade Alta, a Sra. Maria da Conceição Cabral, assim como o Segundo Oficial da Secretaria do Governo Thomas Lourenço da Silva, e Manoel Pereira de Melo. Ambos com os ordenados proporcionais ao tempo de serviço.

Se os profissionais da educação recebiam a remuneração mais gratificação e, ao se aposentar, o texto da Lei de nº18, de 1852, destacava que aos trinta anos de serviço esses empregados receberiam o ordenado

por completo, nos leva a inferir que tais salários eram somados à gratificação para a aposentadoria.

As Leis que organizariam o processo educacional do Brasil Império apresentam progresso e regresso. Os principais aspectos pontuados nos Relatórios se referiam a como estavam acontecendo as discussões sobre a Instrução. Quais métodos, quais resultados e qual crescimento intelectual teriam o cidadão para o pensamento do progresso do Brasil Império?

Ante o exposto, a análise dos relatórios aqui trabalhados nos leva a inferir que o Diretor de Instrução Pública, Diogo Velho, vislumbrava caminhos drásticos para o que estava acontecendo com a construção da cultura e da educação do Brasil. Para ele, cabia, sim, ao legislador, organizar a instrução, cujo papel era encaminhar o andamento da Instrução Pública, e sua organização, como propósito de deixar o administrador público da Província ciente dos caminhos que seriam indispensáveis para o progresso da Nação.

O problema consistia na forma pela qual se poderia instaurar a base de instrução do povo brasileiro, uma vez que a população era voltada ao saber do senso comum e aos dogmas da Igreja Católica. Seria possível tal progresso? Como que o tão sonhado progresso brasileiro chegaria com a ciência se “[...] o baptismo da luz, na prhase Hermenier, deve ser lançada na frente do povo” (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 175).

Mas adiante, e no mesmo documento, levando em consideração a situação da sociedade vigente, Diogo Velho, homem conservador, vindo das culturas das elites, enfatizou seu pensamento para pontuar o conhecimento não só como dogmático, mas também científico, demonstrando, assim, o posicionamento de um indivíduo culto e de vastas leituras, pontuando que:

Por um lado, as elites culturais, mesmo quando seja legitimo Isolá-las para efeitos de análise não existem como entidades autônomas, em posição de extraterritorialidade. Estão pelo contrario, ligadas pelas sociedades que as rodeiam, e são precisamente esses laços, especialmente políticos, que lhe conferem uma identidade [...] (SIRINELLI, 1998, p. 264).

Realizada a análise em torno da alternância das Leis que regeram a Instrução da Província da Parahyba do Norte, passaremos a examinar e

refletir acerca do projeto de educação nacional proposto por Diogo Velho Cavalcanti d' Albuquerque, tanto para o avanço do progresso da Nação como para o processo do educar/civilizar o povo brasileiro.

4.2 A luta por uma Instrução Nacional

“Uma instrução mal dirigida, e necessariamente incompleta e desvia do seu caminho, e prepara-lhe rudes provações, amargas decepções”

Ao procurar compreender o modo como Diogo Velho pensou a Instrução Pública para a sociedade brasileira, tive que refletir acerca das marcas sociais (em torno da formação cultural, da educação e da liberdade, sobretudo do povo negro) deixadas no povo. Assim, o processo de mudança social e política leva a entender as possíveis ideias discorridas por Diogo Velho Cavalcanti d' Albuquerque.

As mudanças econômicas e políticas que assolavam a monarquia foram analisadas por múltiplos pesquisadores, sobretudo no que diz respeito à ênfase na transição que estava ocorrendo no período oitocentista brasileiro, em relação à mão de obra escrava para a livre. Sabe-se que, nesse momento, havia uma nação cuja qualificação profissional era inexistente ou com baixa qualidade. Na verdade, a grande maioria da sociedade era “pobre”, desprovida da instrução.

No Norte do país aprendendo o significado da concentração de terras, da escravidão e das dificuldades de convivência com a seca e epidemias, problemas sempre presentes nas narrativas históricas analisadas (SANTOS, 2017, p. 85).

Estava ocorrendo, em todo Império Brasileiro, uma grande transformação econômica, provocada pela proibição do tráfico negreiro, através da assinatura da Lei Euzébio de Queiroz, até os movimentos abolicionistas. No entanto, na Província da Parahyba do Norte, mesmo sendo um período de grandes reativações da produção da cana de açúcar e

início de produção industrial têxtil, existia um número significativo de homens pobres livres (desempregados) e escravos.

Em todo Brasil, a população escravizada dava lugar à população livre e pobre desde o final do século XVIII. Nesse prisma,

[...] os homens livres pobres somavam quase a metade da população brasileira estimada em 3 milhões de habitantes no final do século XVIII. De várias origens sociais e matrizes, eram negros libertos, brancos, índios e os miscigenados mulatos, cafuzos e mamelucos (SANTOS, 2017, p. 86).

O número de homens livres e pobres era cada vez maior no território brasileiro, e não era diferente na Província da Parahyba do Norte, que diariamente circulava um número maior de homens livres. Desse modo, o intuito era transformar esses homens em cidadãos civilizados e trabalhadores disciplinados.

Mas, Diogo Velho, ao certo, em 1861, queria tornar a “instrução pública” em um palco para análise de uma Instrução Pública de qualidade e acessível a todos os cidadãos brasileiros, com vistas ao desenvolvimento do progresso e do futuro da nação. Para que o seu plano fosse consolidado, era necessário rever a legislação que regia a educação daquela Província e de todo território brasileiro.

Desta forma, o dirigente, com o intuito de afirmar suas ideias, assim se expressou:

Entendo que, se a instrução publica tivesse uma organização uniforme sob uma direcção central, bastante enérgica e capaz de fazer prevalecer um systema de ensino geral quando as noções fundamentaes, que devem ser communs a todo o homem, gradual quanto ao desenvolvimento das matérias necessárias aos que aspirão conhecimentos superiores, e especial-quanto a circumstancias das localidades e vocação dos alumnos, outro seria o adiantamento intellectual do paiz (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 175).

Seu pensamento destaca a importância da instrução pública, que, para ele, era a principal pasta de serviços públicos do Império Brasileiro, e deveria estar centralizada em uma administração fundamental, a fim de estabelecer melhor desempenho ao desenvolvimento da instrução do

cidadão. Nesse sentido, “A instrução possibilitaria arregimentar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma partição controlada na definição dos destinos do país” (FARIA FILHO, 2011, p. 137).

Para este autor, a instrução foi utilizada como um mecanismo para governar, e os dirigentes procuraram os melhores caminhos, tendo em vista o controle da população, impedindo o povo “livre” de desviar-se dos trilhos traçados pelo Estado. A instrução foi a principal estratégia civilizatória.

Observa-se, nos escritos de Diogo Velho, que sua fala está voltada a uma educação nacional, pois, naquele momento, o Presidente da Província da Parahyba estava afirmando suas ideias, quando dava a ver e a ler os temas referentes à política nacional de educação. Nesse contexto, duas questões emergiram em torno da educação oitocentista:

[...] a primeira que diz respeito à necessidade de “civilizar” uma parcela da população, que aqui foi identificada como população pobre, a fim de alcançar o progresso e, com isso o status de nação civilizada, como preocupação e dever do governo providencial [...] a segunda questão, refere-se ao discurso dos gestores paraibanos que associavam a pobreza à violência e, conseqüentemente, a falta de civilização (SANTOS, 2017, p. 90).

O fato é que, nesse momento, Diogo Velho tornou visível o “Projeto de Educação Brasileira”, que, a partir de agora, iremos classificar como “Projeto do Sistema Nacional de Instrução”. Assim,

[...] podemos falar também da existência de sistema provinciais, e posteriormente, estaduais sistemas de ensino cuja complexidade era bastante variada, apesar da ausência de um sistema nacional de ensino centralizado tal qual observamos em boa parte dos países europeus já no final do século XIX (FARIA FILHO, 2011, p. 139).

Para Diogo Velho, uma administração central (regida por uma única legislação educacional em todo território, e administrada em um Ministério pensado, única e exclusivamente, para a instrução), deveria estar capacitada a direcionar o desenvolvimento da educação/cultura e progresso do povo, de maneira que trouxesse maior benefício à população brasileira.

Em um de seus questionamentos, estava o da aprovação do Ato Adicional e o progresso ou regresso, que poderia ter a instrução primária e secundária, ao afirmar que:

Nunca fui panegerista da centralização administrativa; mas achei sempre na atribuição que o Acto Adicional deu as Assembleas Provinciaes para regularem a instrucção primaria e secundaria, um grave mal (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p.175).

O plano de “Projeto do Sistema Nacional de Instrução” objetivava centralizar a instrução/educação no governo central, ou seja, para Diogo Velho, o Império deveria ser o único responsável pela pasta, tendo em vista as limitações econômicas das províncias.

Ele compreendia que era prejudicial para o bom desempenho do desenvolvimento intelectual do cidadão brasileiro, as províncias se responsabilizarem pela instrução inicial, uma vez que essa é a principal fase de desenvolvimento do homem. Para firmar sua fala, deu ênfase ao uso da pedagogia, na qual trataremos mais adiante.

Esse projeto de “Instrução Nacional” deveria ser administrado pelo Império, que seria o único responsável pela administração, com um apoio ministerial central e exclusivo para a pasta (o ministério seria um espaço administrativo); a legislação que regeria a instrução deveria ser única para todo território, com pouca diversidade de Leis e de Métodos. Para Diogo Velho,

[...] essa diversidade na legislação era ‘anarchia’, e anarchia- e a instrucção entregue a anarchia póde ser um activo dissolvente, aopasso que a sua unidade é sem duvida e meio mais efficaz para inspirar a um povo o sentimento do fim commum e da solidariedade nacional (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 175)

Para fundamentar sua fala, Diogo Velho continuou sua defesa, fazendo referência ao sistema de monopólio educacional de Napoleão.

Estou bem longe de querer para o Brasil o systema de monopólio e absorpção de Napoleão com a sua universidade. Quisera, porém, que os poderes supremos do estado tivessem toda a iniciativa em matéria de ensino; e que sob a sua alta inspecção se deffundissem com homogeneidade os conhecimentos que tem de preparar o

cidadão brasileiro para o exercício de todos os seus direitos e deveres sociais (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 175).

Apesar de colocar em poucas palavras, seus questionamentos nos remeteram a um amplo pensamento do que poderia ser uma “ideia” educacional que ainda estava por constituir-se.

Em quanto não é possível dar essa direcção geral á instrucção, deveria a Provincia harmonisar a de seus filhos com a das outras mais adiantadas, e regeneral-a da decadencia em que vae (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 176)

O pensamento de Diogo Velho, naquele contexto, enfatizava as questões voltadas às desigualdades econômicas das províncias e, conseqüentemente, às diferenças no desenvolvimento da instrução, sobretudo em relação à disparidade das Províncias do Norte e Sul do Brasil Império.

Assim, a instrução cumpria - ou deveria cumprir um papel fundamental, que permitia- ou deveria permitir- que o império se colocasse ao lado das ‘Nações Civilizadas’. Instruir ‘todas as classes’ era, pois, o ato de difusão das luzes que permitiam romper as trevas que caracterizavam o passado colonial; a possibilidade de estabelecer o primado da razão, superando a ‘barbárie’ dos ‘Sertões’ e a desordem das ruas; o meio de levar a efeito o espírito de Associação ultrapassando as tendências localistas representadas pela casa; além da oportunidade de usufruir dos benefícios do progresso, e assim romper com as concepções mágicas a respeito do mundo e da natureza (MATTOS, 1990, p. 245-246).

Entre suas afirmações em torno do bom desenvolvimento da instrução da formação educacional e cultural do povo Brasileiro oitocentista, estava a utilização da pedagogia e a criação de uma instituição capaz de produzir bons profissionais (professores) para a instrução. A pedagogia, dizer de Diogo Velho, deveria fazer parte do desenvolvimento intelectual do docente e do discente.

Assim, as atividades da *National Herbart Society*, liderada por Stanley Hall, sinalizam para Herbart o primeiro educador que “tentou erigir a pedagogia em ciência e modelar os meios de ensinos e os processos

educativos sobre a maneira como se comportam os processos mentais dos quais o educador faz apelo” (MONARCHA, 2009, p. 24).

No entanto, o que existia era o que Mattos (1990, p. 251) chamou de “Monopólio na instrução”, quando afirmou que, na verdade, existiu não foi uma reivindicação, mas “um monopólio de uma direção também no campo da instrução pública”. Para realçar maior seu pensamento, Mattos (1990) sublinha uma expressão de Rodrigues Torres, datado de 1836, quando postula que:

[...] entre inúmeras tarefas a serem cumpridas no campo da instrução pública, resta ainda tornar uniforme o sistema de ensino das atuais escolas, e dar-lhes a mais conveniente direção, estabelecendo meio de fazê-lo, e de fiscalizar se os professores cumprem como deve com os seus deveres (MATTOS, 1990, 251).

Entre os discursos existentes no século XIX, em torno da formação de professores, há o que enfatiza o ideário de progresso social e construção da civilização nacional, que seria possível o avanço social, no Brasil, se houvesse a ampliação da instrução pública para todo povo livre.

Para um bom andamento dessa instrução, era preciso estabelecer instituições capazes de formar professores com condições necessárias para o alcance almejado, que era a “instrução” para o progresso. Surgiu, então, a primeira proposta de Diogo Velho, materializada pela criação da Escola Normal, na Província da Parahyba do Norte.

A primeira necessidade é, pois, instituir a pedagogia-criar o professorado-acerca do que temos; nem *escola normal*, propriamente dita, nem *escola modelo* conforme a pratica de alguns paizes da Europa, onde se concede essa cathegoria ás escolas mais bem regidas, e que melhores resultados dão, nem as *classes normaes*, systema usado a principio na Hollanda, e hoje até em algumas de nossas Provincias,-que consiste em dar aos alumnos das escolas communs, que mais aptidão e vocação manifestão, lições especiaes sobre a pedagogia, e principalmente em empregal-os nos exercícios das classes á principio como *alumnos mestres*, e depois como *adjuntos*, até que passam á professores effectivos, etc. (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 176).

Em 1861, Diogo Velho ressaltou a necessidade de criar uma instituição para formar professores, uma vez que o que existia na província

da Parahyba do Norte, para instruir esses profissionais (as cadeiras normais), não era suficiente. O discurso do dirigente paraibano, em defesa da formação de professores, foi essencial para o avanço instrucional da Província. Mais adiante, e no mesmo documento, levando em conta a situação da urgência na necessidade que era qualificar e estabelecer garantias profissionais, Diogo Velho postulou que estava ciente:

[...] de que, em quanto não for attendida essa primeira e mais urgente necessidade, e não se dar ao professorado positivas garantias de bem ser material, importância social, e segurança de seu futuro, todas as reformas effectuadas, e por effectuar, não passarão de alterações de formas, sem alcance nem vantagem (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 176).

No percurso da pesquisa, deparei-me com um Relatório de Instrução Público, escrito por Diogo Velho, em 1862, reafirmando a necessidade da criação do que ele chamou de *Classes Normaes*. Sua proposta de estabelecer essa instituição para formar professores tinha, sobretudo, a finalidade de preparar os profissionais para o ensino primário, pois, para ele, era o período da instrução mais importante para o desenvolvimento do homem.

Seus argumentos detalharam a situação desordenada da instrução pública, ao mesmo tempo em que lamentou, quando disse: “Semelhante declaração é bem triste e desoladora para quem pode comprehender a poderosa influencia do ensino sobre os destinos de um povo” (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 204).

Diogo Velho continuou afirmando sua ideia, expondo as medidas práticas, tanto do ponto de vista estrutural, quanto pedagógico, propondo novamente, em 1862, a instalação das Escolas Normais, para melhor qualificar os docentes. Entretanto, suas ideias não foram levadas em consideração pelos representantes políticos da época, nem no que diz respeito à estrutura do ensino primário, nem a proposta em relação à criação das classes Normais, quando questiona que:

A desfavoravel situação financeira da Provincia tem sido o motivo allegado para justificar-se a pouca attenção prestada a assumpto tão momentoso por aquelles, que por suas luzes

e posição podião auxilia-lo com as providencias mais urgentemente reclamadas [...]. A ninguem censuro; e menos poderia ter a ousadia de levar este pensamento até V. Exc. Que, lutando com tantas difficuldades administrativas, tem, assim mesmo, attendido a algumas das necessidaddes d'esta Repartição. [...]. Entendo, porem, que uma meia duzia de contos de réis applicados á Instrucção das *classes normaes* em algumas de nossas escolas mais acreditadas, ao fornecimento dos utensilios e moveis indispensaveis ao regimen escolar, e ao preparo material das aulas, de modo a que ellas podessem funcionar com mais alguma decencia e regularidade, nem desfalaria o nosso nem seria uma despeza inutil, como talvez a muitos pareça, mas um capital posto a juros, que renderia grossa somma de lucros moraes (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 204).

Podemos observar que Diogo Velho justificou o não atendimento de suas medidas para melhor formar professores à caótica situação financeira da Província que os Presidentes alegavam. Porém, sustentou a falta de vontade dos representantes políticos locais em torno da formação de professor através da implantação das Classes Normais.

Enquanto não tinha sua ideia de estabelecer, na Província da Parahyba do Norte, uma Escola Normal que pudesse vislumbrar mudanças na qualidade do ensino, sobretudo que atendesse a demanda dos ensinos primário e secundário, o seu pensamento estava centrado no tema do “progresso brasileiro”.

Levando em Conta a situação financeira da Província propôs o estabelecimento das chamadas *classes normaes* destinadas apenas ao sexo masculino, no Liceu Provincial. Essas classes deveriam ter como finalidade primordial a preparação dos futuros professores primários, no sentido de melhoria, de modernizar as atividades referentes à instrução pública (ARAÚJO, 2017, p.120).

Um dos questionamentos de Diogo Velho era o fato de afirmar que a falta de desenvolvimento do progresso da nação brasileira, sobretudo do Norte do País, dava-se por conta da falta de um projeto que estabelecesse o funcionamento pleno do sistema educacional. “Este systema, sem duvida o mais accomodado as nossas circumstancias, figura imperfeitamente no regulamento da Instrucção Publica, cuja execução está suspensa” (ALBUQUERQUE 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p.176).

Enquanto diretor de Instrução Pública, Diogo Velho, por sua vez, mostrou-se preocupado com os caminhos que seguia a instrução. Questionava a urgência da implantação, na nação brasileira, de uma instrução capaz de desenvolver o cidadão e sua cultura, e da necessidade de implementar instituições adequadas que constituíssem profissionais para a principal pasta administrativa, a instrução. Entre seus argumentos, percebemos que havia uma preocupação com o professorado:

A outra medida, indispensavel para regenerar o ensino, é relativa aos meio de diffundilo proporcionalmente, com attenção ás necessidades locaes, e posição social dos individuos, e liga-se a um complexo de disposições e providencias, que varião com essas circumstancias.- É e o ensino especial ou profissional (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 176).

Para mim, como para outros pesquisadores, o importante é perceber quais as razões que levaram os representantes políticos dos oitocentos a distinguirem a instrução, como adequada, para a formação do povo. Para Mattos (1990), a instrução brasileira recebeu influência de Guizot, principalmente na “segunda e terceira” classe da instrução.

Ao analisarmos a influência dos intelectuais da época, inferimos que Diogo Velho adotou os princípios de J. Garnier, com o propósito de conduzir suas ideias para a instrução oitocentistas. Assim, percebemos que seus pensamentos receberam influência de J. Garnier: “A instrucção deve, estar em relação » com a posição social do individuo, devo prepara-lo para a sua profissão e «para a sua condicção” (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 176).

Para Almeida (1977), J. Garnier defendia a instrução pública como um campo que deveria levar em conta a condição social de cada cidadão, podendo prepará-lo, a partir de suas necessidades, para exercer o profissionalismo, contribuindo com os avanços do estado e com a ordem social.

Há, também, nos escritos de Diogo Velho, uma forte influência dos pensamentos de Pestalozzi, sobretudo quando ele se referia ao avanço da pedagogia, tanto para criar bons professores como para formar bons alunos. As reflexões do Diretor de Instrução Pública da Província da Parahyba

giravam em torno da instrução para o progresso e para a civilização, sempre interligada ao trabalho, conforme destacamos anteriormente, na análise dos relatórios de presidente de províncias.

O objetivo básico de Pestalozzi era, como ele escreveu em 1774 no seu diário sobre a educação de seu filho Jacob, 'reunir novamente o que Rousseu separou': a liberdade e a obrigação, o desejo natural e a lei que todos querem para todos [...] (SOETARD, 2010, p.15).

Vale destacar que, naquele momento, para Pestalozzi, a educação deveria estar voltada a uma realização interior do homem e ao desenvolvimento e capacidade de compreender o mundo. Soetard (2010, p.18), com base nos princípios pestalozianos, sublinha que o primeiro ponto seria "[...] a realização 'da dignidade interior mais pura do homem' por um lado e 'sua boa formação para as necessidades essenciais de sua vida terrestre por outro'".

A instrução não poderia ser exclusivamente uma modelagem para o desenvolvimento do trabalho. Mas, Diogo Velho declarou que, tanto o ensino primário quanto o secundário, além do Lyceu, que só estabelecia o ensino literário como propicio para o progresso; não seriam suficientes para o avanço do País. Destacou, então, que

O ensino, agrícola, mercantil, industrial, ou artístico nem um raio de luz pôde ainda lançar sobre as fontes de nossa produção e riqueza! Vê-se que nada tem de lisongeiro o estado da instrução pública na Provincia; e o pior é, que o mesmo se observa em quase todo o Imperio! (ALBUQUERQUE, 1861 apud FERRONATO, 2015, p. 176).

A educação deve estabelecer uma satisfação típica em cada humano. Ao argumentar os princípios educacionais pestalozianos, Soetrard (2010) sublinha que:

Se nega a que ela funcione como um mero instrumento de modelagem a serviço de um mundo dado seja real ou ideal: ela será uma forma de ação que permita a cada um fazer-se a si mesmo, a partir do que ele é e no sentido do que deseja ser, 'uma obra de si mesmo'. Ou seja, 'a educação encontra-se em si no projeto de autonomia' (SOETARD, 2010, p.18).

O modelo do projeto pedagógico organizado para a instrução acompanhou “[...] os percalços da construção do Estado Nacional e das várias tentativas de constituição de uma identidade pátria para a nação brasileira” (ANANIAS; SILVA, 2011, p. 115).

Entretanto, povo novo, como somos, mais do que nenhuma necessitamos de vaziar o gênio nacional n’esses grandes moldes de que sahirão essas raças privilegiadas, únicas capazes de guardar e transmittir os thesouros de civilização. Missão idêntica parece estar reservada ao Brasil, e criminosa será a geração actual, se não preparar o pedestal do futuro colosso [...]. Este pedestal é a educação, é o ensino, mas a educação e o ensino modelados pelas santas e piedosas doutrinas de Martyr do Gólgotha. Fóra dellas não há verdade, como ao há fundamento para a ordem moral, na qual deve repousar a ordem civil (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 176).

Ao se referir às “raças privilegiadas”, Diogo Velho faz uma alusão àqueles que, segundo Faria Filho (2011, p.137), “Via na Instrução uma das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro, tal qual frações importantes da elite concebiam e propunham-se a organizar”.

No entanto, para ele, a educação deveria ser um desenvolvimento autônomo, direcionado a um caminho que possibilite o aprender, levando em consideração o espaço e a vivencia do homem que aprende, e de quem ensina.

Tal princípio educativo só poderia existir, tendo como base, os princípios pedagógicos defendidos por Pestalozzi, ou seja, “A autonomia só é real na medida em que não cessa de fazer-se entre as mãos dos interessados” (SOETARD, 2010, p.18). Assim, “sejão quaes forem os sacrifícios, regenere-se a instrucção, essa arma poderosa com que o christianismo ensina dar o alimento ao corpo e ao espírito do povo” (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 177).

Diogo Velho fez algumas observações acerca das ideias do Presidente da Província, o Sr. Luiz Antonio da Silva Nunes, em relação a seus conceitos e seu comportamento ante a Instrução Pública. Entre elas, o prejuízo para o progresso e para a civilização do povo com a supressão de

tantas cadeiras do ensino primário e secundário, ressaltando parecer um “vício”, supre as cadeiras na Província da Parahyba do Norte.

É para sentir que V. Exc., cujas boas idéias e favoráveis intenções acerca da instrução publica são bem conhecidas, não tenha tido meios de realisá-las. Ninguém, porém, deixará de apreciar o serviço importante que V. Exc., há prestado à Província com a supressão de tantas cadeiras, onde em prejuízo do verdadeiro ensino e do dinheiro público, se, asilavão a inaptidão, a ignorância, e até o vício! (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 176).

Demonstrando que o comportamento político do dirigente da Província da Paraíba era uma “ditadura”, Diogo Velho ressaltou que,

No uso da dictadura, que paraesse fim a Assembléia Provincial merecidamente confiou-lhe, V, Exc., deveria ter ido além, » A falta de escola, diz quaze é um mal: mas uma ruim escola é uma calamidade!

Deixando transparecer que os dirigentes das pastas existentes na Província, como o da Instrução Pública, não conseguia admitir seus projetos, pois, seus pensamentos não eram aceitos, suas ideias eram ignoradas por aqueles que queriam administrar só a nação que estava por se construir.

Diogo Velho continuou discorrendo sobre o que ele pensava ser um bom projeto para a instrução do Brasil oitocentista, desta vez, expondo como deveria ser a inspeção da instrução pública dentro daquilo que ele queria para um “Projeto de Sistema Nacional de Instrução”, considerando:

A inspeção da Instrução Publica, organizada como presentemente está, não póde deixar de ser deficiente e irregular. A jurisdição dos commissários não está harmonizada com nenhuma das divisões civis ou ecclesiasticas. A de alguns abrange mais de um município, em quanto a de outros limita-se á uma ou á duas aulas (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 183).

A inspeção era um mecanismo que o Regime Império poderia utilizar para fiscalizar o andamento da instrução. Diogo Velho, sendo conhecedor do comportamento daqueles que ocupavam as cadeiras do ensino, tais quais, como direcionava suas atribuições, seus zelos, seus cumprimentos de direitos e deveres, ressaltou que as escolas eram “[...] serventuários officiosos, se uns mostrão-se zelosos no cumprimento de seus deveres,

outros os desdenhão [...]” (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 183). Com efeito, a possível possibilidade de haver uma reforma na instrução pública, seria conveniente que estabelecesse suas bases, entre elas, cada comarca formaria um distrito literário.

Em 1º lugar, os promotores públicos seriam uma espécie de encarregados, que percorreriam as aulas ao menos uma vez por ano, e teriam voto deliberativo nos casos urgentes, ou seja, consultariam o diretor de Instrução Pública para tomar suas decisões, no entanto, esses fiscais teriam o apoio de um inspetor para cada aula de instrução, transparecendo que os promotores atuariam como uma espécie de fiscal dos inspetores de Instrução Pública.

Em 2º lugar, a igreja, na pessoa do pároco, teria a responsabilidade de frequentar assiduamente todas as aulas existentes nas cidades e vilas, sobretudo no que se refere ao ensino moral e religioso.

Ainda substituiriam os promotores casos houvesse necessidade. A substituição aos encarregados “fiscais” seria uma espécie de segundo plano para que não tivesse falta ou falha na inspeção, tendo em vista que Diogo Velho ressalta a dificuldade de encontrar homens idôneos com interesse de assumir tal cargo, ao afirmar que: “As vezes naum se encontra quem queira exercer taes cargos”(ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 183).

Em 3º lugar, os representantes da câmara municipal, na pessoa do Presidente (da câmara), teriam igual obrigação na inspeção, tal como os promotores e párocos. Os Presidentes da Câmara poderiam indicar vereadores para desempenhar a inspeção. Os vereadores seriam responsáveis pela inspeção das aulas de seus respectivos municípios, voltando sua visão especialmente para a fiscalização das matérias e dos locais onde as aulas eram ministradas.

Percebe-se que tanto o pároco como os representantes da câmara de vereadores seriam, segundo a reforma, uma espécie de auxiliar para os Promotores, pois eles teriam que, anualmente, informar, aos Agentes (Públicos Judiciais), o andamento da Instrução Pública. Também enfatizariam, em seu relatório, meios e planos para melhorar a instrução.

Com base nesses relatórios, os promotores organizariam outro geral para enviar ao diretor de instrução pública, mantendo, assim, um bom

funcionamento da pasta (inspeção) da Instrução Pública das Provinciais. É importante ressaltar que todos estariam subordinados a uma administração central (Ministério da Educação).

Com esse plano de reforma para a inspeção da Instrução Pública inserida dentro do “Projeto de Educação Nacional”, para Diogo Velho Cavalcanti d’Albuquerque, seriam obtidos os seguintes resultados:

1º- Oferecer a parte executiva da inspeção do ensino em abrangências originadas a um agente mais qualificado, porém, subordinado à ação do Governo Central, e proporcionando assim satisfatórias garantias de boa execução dos seus deveres. Com isso, seria atribuída ao ensino uma fiscalização de qualidade, sem irregularidades e inconveniências.

2º- Confiar aos Párcos a interferência que, sem irregularidade reparável do sistema, não pode deixar de ter sobre a instrução em um país onde há religião oficial (servida por esses mesmos Párcos pagos pelos cofres públicos), cujas doutrinas são determinadas para a instrução nas escolas, ou seja, a instrução seria um campo de desenvolvimento intelectual para civilizar, mas, também estaria sobre a base do ensino religioso, afim de formar o cidadão um homem idôneo socialmente.

3º- Garantir a mesma interferência às municipalidades, que está direcionada à inspeção do ensino de primeiras letras, pois está assegurada pela Lei de sua criação (1 de outubro de 1828, Art. 70) e tem como obrigação oferecer assistência sempre que houver um aumento desse ensino, obtendo, assim, maior resultado sobre o desempenho dos alunos. Para apoiar a eficiência dessa reforma, Diogo Velho diz:

De propósito evitei estabelecer commissoes collectivas, quasi sempre perniciosas á acção executiva, e difficeis de comporem-se uma Provincia de communicções pouco fáceis, de transporte caros, e onde o serviço publico não póde incitar á sacrificios maiores do que aquelles que já pesão sobre os simples cidadãos, ou sobre funcçionários, mal retribuídos (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 183).

Voltando a advertir, em 1862, a precária situação existente na instrução, em sua fala direcionada ao Presidente da Província da Parayba do Norte, em 31 de maio de 1862, Dr. Francisco Araujo Lima, respaldou:

Depois do relatório que remetti ao digno antecessor de V. Exc. Em data de 1 de Março do anno passado, nenhuma alteração notavel se operou na Instrucção. [...]. Actuam ainda, portanto, as causas nelle indicadas do atraso deste importante ramo do serviço publico, e nenhum effeito teve o reclamo das medidas precisas a remove-las e a tirar o ensino do deploravel estado, em que jaz (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 204).

Conclui-se que as ideias e os projetos pensados por Diogo Velho, em 1861, não foram levados em consideração pelos representantes políticos, tendo em vista que, em 1862, o Presidente da Província diz: “Dos relatórios do illustrado Director Geral da Instrucção Publica vereis que não é satisfactorio o estado da Instrucção Publica primaria da Província [...]” (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 202).

Não tomarei, portanto, o tempo a V. Exc. Em repetir, mais uma vez, as minhas ideias sobre a reorganisação radical, de que carece a Instrucção em suas bases, em seo objecto, em sua direcção, propagação e governo, em seo pessoal, como nos meios materiaes precisos a monta-la, de accordo com as prescripções da experiencia em paizes de mais adiantada civilização (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 202).

Como se pôde verificar, não foram poucas as tentativas de implantar uma instrução nacional que especialmente atendesse ao “povo”, não só com o intuito de civilizar, mas com a perspectiva de compreender o mundo a partir da realidade de sua vida. Considera-se que a tentativa de implantação de uma educação nacional surgiu no século XIX, com as ideias de Diogo Velho Cavalcanti d’Albuquerque, uma vez que detinha uma visão diferenciada da política educacional para todos e para o progresso da nação que estava surgindo.

4.3 Organizar e Distribuir Convenientemente o Ensino: do Ensino Primário ao Secundário na Província da Parahyba do Norte

Quando não temos casas decentes, onde funcionem as escolas, nem estas têm a mobília e utensílios estritamente indispensáveis, o que valem ideias e planos de reforma?³¹

A citação mencionada acima releva uma tentativa de defesa de inserir, na sociedade brasileira, o processo de escolarização, usando um espaço adequado para ensinar e aprender. Nesse sentido, pode-se afirmar que Diogo Velho fez parte do que Barbosa (2017, p.59) afirma ser um “movimento de institucionalização da escola pública”. Esse movimento possibilitou um avanço em relação à criação das primeiras cadeiras/aulas de primeiras letras, permitindo uma análise aprofundada por alguns historiadores, entre eles Pinheiro (2002), que denominaram a existência dessas cadeiras como a “Era das Cadeiras Isoladas”.

Diante da chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, e dos rumos que o País seguia, sobretudo depois de sua independência de Portugal; era necessário direcionar o povo para o caminho da civilização. É nesse sentido que a Instrução Pública foi marcada pela defesa de ser o único meio capaz de instruir, civilizar e direcionar o povo à modernização e ao progresso.

Diante das fontes e dos caminhos já percorridos, foi possível perceber como a Instrução Pública, desde o Ato Adicional de 1834, tornou-se campo fundamental para que a administração pública a revelasse como principal área para formar o povo, dotando-os de qualidades que os inserissem na construção do Estado Nacional.

No Relatório de 1861, Diogo Velho defende uma possível reforma para o ensino, sobretudo no ensino primário, utilizando, como argumento, o dever do Império de oferecer ao povo uma instrução transformadora, afirmando que:

Não convenho em que estas matérias constituão o mínimo da instrução de todo cidadão, mas restringir à ellas o ensino primário é apartal-o em limites demasiadamente estreitos. É certo que na maior parte das localidades do interior nem isto mesmo querem aprender os rapazes; mas em outras manifestão se deseja a necessidade de

³¹*Fala de Diogo Velho Cavalcanti d' Albuquerque.*

conhecimentos mais desenvolvidos (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 179).

As matérias de Leitura e Escrita, Aritmética, até Proporções e Doutrina Cristã, Elementos de Gramática da Língua Nacional, e com especialidade a Ortografia e Noções Gerais de Geometria Prática, sem demonstrações, eram, para ele, essenciais, porém limitavam o homem a um campo estreito do conhecimento. Em 1861, eram essas as disciplinas aplicadas com base na regulamentação da Lei Provincial de nº 12, de 8 de agosto de 1860.

Para fundamentar seus argumentos em torno do fracasso do Ensino Primário, Diogo Velho afirma que o único meio de ajustar esse grau de ensino é dividi-lo em dois graus. Segundo ele, a divisão do Ensino Primário deveria situar-se da seguinte maneira:

Nas cadeiras do 1º ensinar-se-hão as referidas matérias, limitando-se os elementos de calculo até frações ordinarias, suprimindo-se as noções de geometria pratica,e dando-se mais desenvolvimento á instrucção religiosa. As cadeiras do 2º grão, só para o sexo masculino, deverão ser distinctas das do 1º, e substituirão essas inúteis aulas de latim do interior (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 179).

E o Lyceu se transformaria em instituições para classes normais, aquelas de onde sairiam os futuros professores. Para Diogo Velho, o ensino secundário administrado no Lyceu não estava com bom direcionamento, expondo como “decadente”. Sobre o andamento do ensino primário, buscando o processo de instruir/civilizar, Diogo Velho propunha que as matérias do ensino primário fossem:

1º- Instrução Religiosa, que teria o objetivo de catequizar o povo e ensinar a história da santa madre igreja e o antigo testamento.

2º- A Instrução Moral, com o objetivo de situar o povo a compreender seus deveres sociais. Assim sendo, essa matéria deveria ser situada a partir da análise da constituição e do Código Criminal do Império.

3º- Leitura e Escrita, pois era o desenvolvimento da leitura, que levaria o homem a ter acesso e compreensão dos escritos existentes na época,tornando-o ser pensante, capaz de contribuir para a transformação do

Estado Nacional. Desenvolveriam, na sua formação, os estudos voltados para elementos da língua nacional (Língua Portuguesa), que abrangeria os estudos gramaticais, como exercícios teóricos e práticos da ortografia.

4º- Elementos Práticos do Cálculo. Os cálculos (matemáticos) seriam instruídos da seguinte maneira: regra de três, noção geral de geometria prática, porém os alunos não teriam demonstrações sobre como funcionava a geometria de forma concreta. Por fim, o ensino do Sistema Legal de Peso e Medidas regente na Província da Parahyba do Norte, assim como o ensino da Conversão do Peso e Medida Antiga para o sistema que ele chamou de moderno.

5º- Noções Elementares de Geografia e História Pátria. Nessas disciplinas, o aluno deveria aprender a Geografia e a História da nação brasileira, bem como estar cientes do conhecimento geral em Economia Política. Em relação à instrução sobre a Economia Política, estaria tudo que condiz ao trabalho, aos preços e ao salário estabelecido pela política de economia vigente. Também deveria ser aplicada a disciplina de Escrituração e Contabilidade Mercantil. Por fim, Noções Gerais da Economia Rural, principalmente, o que estava relacionado à agricultura.

Diante das matérias estabelecidas por Diogo Velho, é oportuno fazer as seguintes reflexões: Primeiro que a religião era parte fundamental da base educacional do povo do século XIX, porém, para ele, deveria estar interligado com as disciplinas capazes de civilizar, como, por exemplo, a Instrução Moral, baseando-se nos estudos da lei vigente.

O ensino da Leitura e da Escrita, tendo em vista que somente 2% do povo eram alfabetizados, como afirma José Murilo de Carvalho (2008); a matemática com base científica, a fim de constituir habilidades ao homem para o trabalho no comércio; e o estudo da geografia e história, para ele, eram matérias primordiais para que o brasileiro reconhecesse seu território, sua história, possibilitando, assim, ao pensamento do progresso próspero e a construção do Estado Nacional.

Em sua visão, todas essas matérias eram necessárias, pois versavam sobre elementos e princípios gerais para o desenvolvimento intelectual do homem, pontuando como indispensáveis à vida. Para embasar seus argumentos, ressalta que são essas as matérias “[...] que ensinão se com

mais ou menos alteração em todas as escolas primarias da França e Alemanha” (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 180), evidenciando a influência que a Instrução Pública no Brasil deveria sofrer da Europa.

Para Diogo Velho, os movimentos em torno dos avanços educacionais e sociais que a Europa sofria eram o caminho que direcionaria aquele continente e todos os países que nele estavam ao progresso próspero, ao avanço cultural, político, econômico e social.

Atenda-se que não quero tanto para a nossa Parahyba. Reclamo apenas algumas d’essas escolas, no intuito de fornecerem-se conhecimentos profissionaes segundo as localidades, de modo que a instrucção seja industrial e commercial nas cidades, e agrícola no interior. [...] É uma triste verdade que o ensino primário entre nós, além de insufficiente, está muito pouco diffundido. Para este resultado concorrem, não só os deffeitos de sua organização, mas também as circumstancias peculiares de um paiz ainda novo, cuja população se acha muito disseminada, e cujas communicacões, quer geraes quer vicinaes, são em regra difficilimas, e ainda mais a nenhuma conta em que a instrucção é tida (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 180).

Barbosa (2017), afirma que o Governo Imperial fazia esforços para instaurar aulas de primeiras letras, porém isso contrariava a visão da elite brasileira, que defendia a educação doméstica ou particular. No entanto, para Diogo Velho, a baixa frequência nas escolas estava relacionada ao lamentável desmazelo dos pais. Porém,

[...] com o projeto centralizador do Estado, que visava instaurar a educação pública, a educação doméstica começou a sofrer pressão, limitando seu campo de atuação do governo de forma direta nesta ação considerada pelos homens da época, de civilizatória (BARBOSA, 2017, p. 67).

Existia, inclusive, uma preocupação por parte do Dirigente da Instrução Pública, em relação à pouca frequência dos jovens nas escolas. De acordo com seu discurso, os pais eram desleixados, e isso causava uma discrepância enorme na frequência escolar. Porém:

O exemplo do que se pratica na Prussia e em outras nações cultas, com profícuo resultado, não hesito em propor que para se obviar tão funesto mal, se imponha a instrucção primaria como uma obrigação rigorosa, estatuinto-se os seguintes meios de coerção: Multa aos Paes, tutores, ou curadores, que não dessem o ensino primario aos seus subordinados. E contra quem não soubesse ler, nem escrever: incapacidade de voto activo ou passivo em qualquer eleição, incapacidade de exercer tutela ou curatella, com excepção dos próprios filhos. Preferencia para o serviço do exercício activo da guarda nacional (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 180).

Talvez, sua preocupação estivesse relacionada ao seu maior objetivo, no que se referia à instrução, que era a transformação do Brasil em uma nação civilizada. Para isso, era preciso investir na instrução pública primária que:

[...] cumpria- ou deveria cumprir um papel fundamental, que permitia- ou deveria permitir- que o império se colocasse ao lado das “nações civilizadas”. Instruir “todas as classes” era, pois, o ato de difusão das luzes que permitiam romper as trevas que caracterizava o passado colonial; a possibilidade de estabelecer o primado da razão [...] (MATTOS, 1990, p. 245).

Ainda de acordo com Mattos (1990), a instrução deveria estabelecer o desenvolvimento da razão do homem, usando o principio da isonomia: Liberdade e igualdade a todos.

Para Diogo Velho, existiam alguns aspectos relevantes, que o Presidente da Província deveria estabelecer e colocar em prática, em relação ao bem material utilizado para instruir/educar o povo brasileiro. Esses aspectos estavam associados à Província em oferecer material conveniente para a instrução.

Para ele, a falta de bons espaços escolares, quadro, utensílios, objetos próprios da disciplina e regimento adequado; tudo era incompleto e muito inadequado à necessidade apresentada pela instrução. “Sei que a Província não dispõe de meios para prover a tantas necessidades; mas é indispensável que em bem do ensino sejam algumas atendidas de prompto; e oportunamente as representarei a V.Exc.” (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p.192).

Ou seja, os materiais físicos, pedagógicos e arquitetônicos deveriam estar apropriados para desenvolver os jovens, desde o principio da instrução, o que Diogo Velho defendia ser o ensino primário o início do desenvolvimento do homem.

[...] a instrução primaria é o altar da cultura intellectual, e quando o homem sabe ler, escrever e contar, pôde, por sua propria individualidade, desenvolver-se e esclarecer se. Mas faltão á Provincia os recursos necessarios para realizar em grande escala e como fora para desejar, a promessa constitucional (ALBUQUERQUE, 1861 *apud* FERRONATO, 2015, p. 192).

A citação acima é parte do relatório destinado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 1º de agosto de 1861, pelo Presidente da Província, o Dr. Francisco Araújo Lima. O motivo do envio se justifica pela necessidade de expor o andamento da Instrução Pública sobre a falta de recursos financeiros para manter as cadeiras de Instrução Primária funcionando; questão imprescindível para o funcionamento da instrução.

O referido Presidente da Província fez uso do Relatório de Instrução Pública, escrito por Diogo Velho, em 1861, para firmar seu posicionamento ante a Instrução Primária. O Presidente compartilhava das mesmas ideias do dirigente da instrução, Diogo Velho, no que alude à Instrução Primária como o meio mais propício para o avanço intelectual do povo brasileiro.

Em 1862, Diogo Velho voltou a fazer observações em torno das escolas que se constituíam na Província da Parahyba do Norte, colocando-as como impróprias para o funcionamento adequado da pasta em questão. Para ele, as escolas deveriam ser erguidas com condições físicas, pedagógicas e higiênicas adequadas para o desenvolvimento do principal elemento de uma sociedade, a instrução pública, para a construção do Estado Nacional.

O edificio da escola é para o ensino quasi o mesmo que o templo para a religião. O recinto onde os obreiros da intelligencia preparão o futuro pedestal da sociedade, deve inspirar o respeito e veneração muito approximados dos que experimentamos ao penetrar no sanctuario, onde os obreiros do coração ensinão a elevar o sentimento até Deos.

[...]. Infelizmente não temos uma só escola convenientemente montada e acomodada (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 206).

Diogo Velho também questionava os representantes políticos, sobre as direções que deveriam oferecer à instrução.

Me parece que se atacar-se a promessa constitucional de — Instrução Primaria, e gratuita a todos os cidadãos— se poderia prescrever, como condição para o estabelecimento de escola em qualquer localidade, a construção e oferta de casa apropriada por parte dos respectivos habitantes (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 206)

Como a arquitetura das escolas, seus utensílios também se encontravam em péssimas condições de uso, reafirmando em 1862. “O ensino primario, que devia ser um e o mesmo para todo o Imperio, não se há nem para uma Provincia!” (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO 2015 p. 208).

Para Diogo Velho, essa situação contribuiria para o atraso e desorganização do ensino. “[...] presentemente o serviço mais valioso, que se póde prestar á Instrução Primaria, é fornecer os objectos e peças de mobilia indispensaveis, para que as respectivas aulas possam funcionar” (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 207), expondo, em seguida, as péssimas condições econômicas da província, e como era atribuída como um obstáculo para as questões que envolviam a resolução da instrução pública, e solicitando pelo menos atenção aos alunos pobres quando diz: “Cabe aqui tambem lembrar a necessidade de regular-se o fornecimento de utensílios pelo menos aos alumnos pobres”. (ALBUQUERQUE 1982 *apud* FERRONATO, 2015, p. 207).

Em relação ao direcionamento oferecido pelos regulamentos, a instrução, em analogia ao método de ensino, Diogo Velho, em 1862, reafirma o que tinha exposto em 1861, em relação à falta de um regimento interno eficaz para direcionar o método de ensino a ser aplicado na província.

Sobre a inexistência de um regulamento interno eficaz e da possibilidade de serem utilizados vários métodos de ensino, Diogo Velho ressalta que a diversidade de métodos é prejudicial à instrução, estabelecendo, dentro de um regimento escolar, firmar regras

dadas na regulamentação da lei vigente, que situava o uso do método mútuo e simultâneo.

Certo pelos resultados obtidos em outros países, e pelo juízo de práticas competentes de que nenhum método de ensino exclusivo deve ser preferido, procurei firmar as regras dadas no Regulamento em questão pela combinação do mútuo e simultâneo (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 207).

O processo de criação de Cadeiras do Ensino de Primeiras Letras permitiu discutir a possibilidade da instrução da população mais pobre e a relevância dessa fase da instrução para o desenvolvimento humano. Acreditando no poder da instrução pública, como redentora dos males sociais, e como o caminho mais propício para a formação do Estado Nacional. Instituiu o Brasil, naquilo que almejava os moldes europeus, transformando o povo brasileiro em uma nação culta e civilizada.

Em 1861, o Diretor de Instrução Pública da Província da Parahyba do norte descreve algumas questões em torno do ensino secundário: A existência de exames para ingressar no Lyceu Parahybano era benéfica, no entanto, para ele, o melhor caminho estabelecido para esse ensino era transformá-lo em internato.

Para firmar seu pensamento, pontua o que, em sua visão, eram aulas inúteis, aquelas com pouco comparecimento de alunos, como Retórica, Latim e Filosofia; alegando que esse ensino deveria ser melhor distribuído, como propósito de preparar o brasileiro para o mercado de trabalho.

[...] instrução secundaria, estivessem montadas e abertas á frequencia outras aulas, onde fossem ensinados os elementos se quer das sciencias que prestão á industria, ao commercio, e principalmente á agricultura, nossa vacca leiteira na phrase de Cormenin. [...]. Convem restringir o desenvolvimento do estudo classico, que tende a multiplicar nas profissões litterarias e no funccionalismo maior pessoal do que o necessario, com detrimento dos verdadeiros interesses da nossa sociedade (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 207).

O dirigente continuava sua defesa, reafirmando, em 1862, em torno do ensino secundário, que a província da Parayba do Norte não tinha

recursos para melhorar a instrução, porém pagava professores de Retórica, Filosofia, Geografia e Geometria. Em seu relato, descreve a inteligência desses profissionais, mas usa de críticas para expô-los, advertindo que não tinham meia dúzia de alunos. Nessa perspectiva, apresenta a forma como deveria compor esses profissionais no Ensino Secundário, utilizando-os de modo mais benéfico.

1° O Professor de Geometria, que tem conhecimentos notáveis nesta especialidade (matemática), para ele, deveria ensinar suas aplicações às artes, técnica da medição de terras e a classificação de plantas etc. Se, por ventura, faltar-lhe prática, era só direcionar o professor à instituição de formação docente adequada para que pudesse adquirir o que fosse necessário, objetivando, assim, seu uso profissional na construção do estado nacional, tendo em vista que o Brasil era um país agrícola, com pouca mão de obra intelectual, capaz de desenvolver a agricultura a partir do conhecimento científico.

2° O Professor de Geografia e História – profissional descrito por ele como de maior aptidão e conceito. Sendo assim, não era viável limitar o ensino destas ciências, sobretudo no que se refere ao Brasil e às noções sociais, políticas e econômicas. Era possível lecionar sobre os princípios da Geologia e da Física, explicando a natureza e a classificação das terras que competem para a concepção das camadas cultiváveis do solo, possibilitando conhecer as substâncias e líquidos que favorecem a vegetação das plantas e seus efeitos.

3° Os de Retórica e Filosofia, que pontuam como igual conceito dos de Geografia e História, não poderiam lecionar sobre noções gerais de economia política na parte relativa ao trabalho, ao capital (salários), à troca de pesos dos abastecimentos e fornecimentos de mercadorias etc., sobre elementos de economia rural, e de outras ciências aplicadas a agricultura.

Assim, conclui-se que todas essas classificações e sugestões expostas por ele, eram benéficas à sociedade, ressaltando, em sua fala, que: “Tudo seria melhor do que o actual estado do Lyceu com suas aulas de *humanidades* desertas; e tudo se poderia levar a efeito com um pouco de

vontade e de interesse por assumptos de ordem tão importante”. (ALBUQUERQUE, 1862, *apud* FERRONATO, 2015, p. 210).

Também se notou a presença de uma análise feita por Diogo Velho, em relação ao ensino particular em 1862, onde ele, em primeiro lugar, posiciona a falta de mapa com dados relevantes para que fosse feita uma análise eficaz a respeito do sistema, pois, os que existiam, estavam incompletos.

Já no segundo, ele expõe a instituição, o Colégio de N. Sra. do Carmo, para meninas, que estava sobre a direção de D. Idalina Margarida da Assumpção Henriques³² e duas irmãs; informando que os estatutos do estabelecimento foram aprovados por Portaria de 25 de Janeiro de 1862, mas o Colégio ainda não funcionava regularmente, limitando-se ao ensino de primeiras letras.

Em seguida, esclarecia que a não existência de instituições privadas era maléfica aos jovens que tinham, até aquele momento, contato com esse ensino, ressaltando que a Diretoria do Colégio de N. Sra. do Carmo era merecedora de toda a proteção.

Sobre o ensino, informa que continuava funcionando com regularidade e crédito no Colégio de Cajazeiras. Sobre o ensino secundário particular, apresenta poucas informações. O que relatou, está voltado ao mapa de nº06, do Colégio Cajazeiras, informando a frequência de 85 alunos no ano de 1861, além disso, informou a existência de uma cadeira de latim com 06 alunos.

Concluindo seu pensamento, em 1862, em torno do ensino primário e secundário, expondo que, por mais vontade que a direção da repartição da instrução pública tivesse para desenvolver a pasta administrativa, estava impossibilitada, sobretudo no que ressaltava à inspeção e fiscalização desse

³²O trabalho intitulado **Rompendo Padrões Culturais: o papel de Idalina Margarida de Assumpção Meira Henriques na educação da Paraíba do Norte**, de Francis Raniere Silva de Souza, diz que: “[...] A personagem feminina que trouxe grandes contribuições para as escolas da, então província, Parahyba do Norte, durante o século XIX: a professora Idalina Margarida de Assunção Meira Henriques”. “[...] participou do processo de feminização do magistério nas escolas paraibana, pois foi citada por quase duas décadas entre os anos de 1859 a 1870, nos documentos oficiais dos governos, como alguém que realizava um importante trabalho à frente das primeiras escolas para meninas em João Pessoa, sem ser vinculada a uma congregação religiosa [...]” (SOUZA, 2016, p. 08).

ensino, pois, o que ele chamou de “inércia” (vadiagem ou preguiça) dos comissionários responsáveis pela fiscalização, colocando-os como ineficientes com seus deveres e atribuições, nem a fiscalização aos professores eram atribuídas com eficaz. Além disso, critica a falta de informação, como a dos mapas de estatísticas que deveriam ser elaborados por tais fiscais.

As discussões trazidas no decorrer da narrativa propuseram uma análise acerca do Ensino Primário e Secundário na Parahyba do Norte, assim como em todo norte do Brasil. Com efeito, para a finalização dessa seção, apropriaremos-nos da exposição do documento anexo de instrução pública, datado de 3 de janeiro de 1862, escrito por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

O presidente da Província da Parahyba do Norte pede, por ofício, em outubro do ano findo, 1861, enviado ao Diretor de Instrução Pública da Parahyba, informações a respeito da Instrução Pública, a fim de mapear a situação do ensino público e particular. Nesse documento, Diogo Velho expôs sua opinião a respeito do ensino, atribuindo-lhe expressões relevantes como: informo o “atraso” ou “progresso” da pasta em questão.

Descrevendo o quantitativo dos alunos existentes no ensino primário público e particular, Diogo Velho afirma que “Bastão estes enunciados para chegar-se á conclusão de que o ensino primario na Provincia, é, não só incompleto, e deffectivo, como insufficientissimo (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 213).

Quanto ao ensino secundário e público, além do quantitativo e frequência dos alunos, ressaltou sua existência no Lyceu Provincial demonstrando o Colégio de Cajazeiras para o ensino particular. Diante de sua análise,

O ensino secundario, quer publico, quer particular, é assim quasi nullo, e este mesmo exclusivamente litterario. Nada temos para a industria, para o commercio, nem para a agricultura, fonte principal da nossa riqueza. (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 213. FALA DE).

Diante do quadro apresentado, ele afirma que a repartição está em atraso e que precisa de melhorias, porém, “Sob esta impressão do desanimo resumirei agora, o que ja tenho dito” (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 213), dando ênfase ao comportamento da Assembleia Provincial, em relação aos caminhos políticos e suas influências em torno da formação da instrução pública da sociedade. “Mal entendidas ideias de federalidade deram ás Assembléas Provinciaes a attribuição de legislar sobre a instrucção primaria e secundaria” (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 213).

Em 1862, Diogo Velho continuou sua defesa em torno das ideias que acreditava que eram necessárias para a organização da Instrução Pública para a formação do Estado Nacional, advertindo suas ideias, já estabelecidas em 1861, e reafirmadas no ano seguinte, sobre o grande avanço que teriam as províncias se fossem administradas por uma legislação única em todo território nacional.

Este importantissimo assumpto, base essencial da civilização de qualquer povo, está assim privado de ser regulado por uma organização conveniente, e de receber o impulso e direcção indispensaveis ao resultado grandioso de uma educação nacional adaptada ás instituições e tendencias naturaes do paiz. Cada Provincia organisa e distribue o ensino publico como quer, e como pode! (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 214).

A instrução pública que sofria, segundo a visão de Diogo Velho, com a desigualdade econômica, conseqüentemente, não poderia ser responsável por legislar e organizar o ensino como estabelecia o Ato Adicional de 1834. A autonomia deste Ato estabelecia o que ele mais temia: a negação do princípio de autoridade sobre a Instrução Pública do sistema político vigente.

Por ora o peor effeito disto é jazer a maxima parte da população brasileira na mais crassa ignorancia; amanhã, porem, pode vir com a diversidade de leis a diversidade de methodos, de systemas, de principios, e de ideias, isto é, anarchia, e o ensino entregue á anarchia é um activissimo dissolvente (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 214).

Mesmo afirmando que o andamento do ensino seguia deixando parte da população na ignorância, Diogo Velho pontuava a permanência da instrução sobre as diferenças da sociedade, não estabelecendo um ensino uniforme a todos, ou seja, o governo central deveria ser responsável por manter o ensino primário direcionando o povo ao sentimento de fim comum e de solidariedade nacional; sendo de responsabilidade do governo provincial, direcionar o Ensino Secundário ou especializá-lo, conforme as condições econômicas de cada província, suas necessidades sociais e vocação de cada cidadão.

No entanto, o Ensino Secundário dirigido pelo Governo Provincial seria coadjuvante daquela que era a base do desenvolvimento do homem, o ensino primário.

Assim o Governo Geral teria toda a iniciativa sobre o ensino, e sob a sua inspecção se difundiriam com homogeneidade os conhecimentos que teem de preparar o Cidadão para o exercicio de todos os seus direitos e deveres sociaes, sem que o Provincial fosse tolhido na faculdade de adoptar o mesmo ensino ás conveniencias da industria, conforme o gráo de adiantamento, e condições naturaes de cada Provincia (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, 14).

Nesse sentido, Diogo Velho argumentou que o melhor caminho era diminuir o ensino literário secundário (era a centralização da Instrução no Governo Central), que nada contribuía para o desenvolvimento da sociedade, tendo em vista que a província precisava de profissionais capacitados para o comércio e a agricultura.

Em seguida, reafirma o que já havia proposto em 1861, que o uso da pedagogia para o avanço da Instrução e a criação de professores fosse em escolas normais, escolas modelo ou classes normais. Para Diogo Velho, esses profissionais deveriam estar providos de direitos que lhe assegurassem o presente e o futuro.

Outro argumento para classificar a falta de alunos no ensino estava no que ele chamou de “pouco gosto” pela instrução que demonstrava o cidadão. Para resolver a falta de interesse da sociedade sobre o ensino, ele propôs que o governo estabelecesse o ensino obrigatório, direta ou indiretamente (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015).

Reconhecida a grande importancia da instrucção, como condição essencial de perfeição e bem ser moral e material, não póde um governo que tem consciencia de sua missão desconhecer o direito e o dever que lhe assiste de compellir os pais ignorantes ou avarentos a mandar seus filhos á escola, e ainda mais, de tomar certo gráo de instrucção, condição necessaria para o goso de certas vantagens sociaes (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 214)

Para obrigar as famílias a oferecerem o ensino a seus filhos, Diogo Velho dispôs de ideias legais que poderiam ser estabelecidas pelo Governo Central, tais como: Multas contra os chefes de família que não sujeitassem os menores sob sua dependência ao aprendizado; a incapacidade do voto ativo e passivo em qualquer eleição, a de exercer tutela ou curatela, e outros direitos civis; bem como a preferência para o serviço do exército, para o ativo da guarda nacional contra os que não soubessem ler nem escrever. Para ele, essas medidas direcionariam o Brasil a resultados satisfatórios sobre a instrução pública, assim como os que já existiam nas nações Europeias.

O Governo Provincial é impotente para remover essas causas de atrazo deploravel em que se acha o ensino primario. Algumas das medidas apontadas estão fóra da esphera de suas attribuições; e para outras não tem meios. O Governo Geral, porém, tudo póde fazer, se quiser solicitar essas medidas dos Poderes competentes, e subvencionar a Provincia com uma quantia sufficiente a remir as necessidades do ensino; necessidade mais urgente do que outras quaesquer de ordem natural (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 215).

Sobre o Ensino Secundário, reafirmou, em 1862, o que já havia dito em 1861, ou seja, que é insuficiente e mal encaminhado estando em decadência na Província da Parahyba do Norte.

Os jovens se atentavam a preparar-se para as Faculdades de Direito, no Recife, e de Medicina, na Bahia. Em outras ocasiões, preparavam-se, nessa província, para estarem habilitados, em dois anos, a prestarem o exame necessário. Essa preparação era a razão da ocupação das cadeiras de latim.

Diogo Velho fala que, se a instrução secundária, aplicada no Lyceu da capital da Província da Parahyba, ensinasse materiais voltados para a ciência necessária para o desenvolvimento da indústria agrícola manufatureira e comercial; encaminharia a Nação para o desenvolvimento do progresso tão desejado para a construção do Estado Nação.

Este ensino, que prepararia as mais largas sendas á prosperidade da Provincia, é desconhecido! Organizar-o e diffundil-o convenientemente é um dos mais serios deveres do Governo, é mesmo uma necessidade urgente. Adiar o emprego dos meios de provel-a, equivale a abandonar os interesses mais vitaes do paiz, cujo progresso depende essencialmente o desenvolvimento da industria, máxime da agrícola (ALBUQUERQUE, 1862 *apud* FERRONATO, 2015, p. 215).

Para o desenvolvimento da Nação, propôs converter o Lyceu em estabelecimentos de ensino teórico e prático de agricultura, afirmando compreender que o Governo Geral poderia prestar um grande serviço à instrução pública da província da Parayba, independentemente da reforma geral na instrução ser obtida, pois sabia que um projeto de ensino exigiria tempo e um estudo mais aprofundado, porém, poderia o Governo Central generalizar o ensino primário e estabelecer o ensino profissional para desenvolver a Nação.

Entendo, em conclusão, que o Governo Geral póde prestar muito á Instrucção publica da Provincia se, independente de uma reforma geral sobre a organização deste ramo do serviço publico, o que demanda tempo e serio estudo, quizer prestar meios de generalisar a instrucção primária e do estabelecer o ensino profissional (ALBUQUERQUE, 1862*apud* FERRONATO, 2015, p. 215).

Concluindo seu pensamento, Diogo Velho reafirma que o Governo Central, independentemente de uma reforma geral, diante de uma organização da pasta pública da instrução; poderia apresentar caminhos que pudessem direcionar o Ensino Primário e Profissionalizante do Brasil. Ou seja, enquanto não houvesse a reforma tão esperada na instrução, seus representantes políticos poderiam estabelecer meios consistentes para amenizar os problemas existentes na pasta da Instrução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar o homem intelectual, a partir do homem político, como ressalta Sirinelli (2003), é possível abranger os olhares para quem foram esses sujeitos, e qual classe social pertenceram; é compreender quais ações e ideias eles, os homens intelectuais inseridos na política, pensaram para a formação cultural e intelectual da sociedade, tendo em vista que são mentores dos projetos e ideias que administraram pastas tão importantes, como as da instrução pública.

Contudo, é possível ressaltar que a organização social brasileira elitizada soubera, desde sempre, instruir seus filhos para a política, sobretudo no século XIX. Essa formação se iniciava desde as aulas avulsas (administrada em sua residência), passando pelo Lyceu Provincial, chegando até as faculdades de direito e medicina espalhadas pelo Brasil.

Além de políticos, muitos desses jovens se tornavam professores, redatores de jornais, literários, poetas, enfim, grandes pensadores. Podemos dizer que eram esses, alguns dos caminhos trilhados para construir as redes de sociabilidade, e estarem inseridos em determinados espaços que permitissem a discussão dos pensamentos e a observação de comportamentos.

As redes de sociabilidade são espaços formados e pensados para discutir aspectos relevantes de uma sociedade. São elas, capazes de intervir, pensar e construir a política, a cultura e a economia de uma nação.

Entre os espaços que constituíam as redes de sociabilidade no século XIX, estava a imprensa. Esse local possibilitava, a seus redatores, discutir ideias, pensar, escrevê-las e expô-las à sociedade, assim, intervindo no pensamento do povo.

Outro espaço de formação destas redes de sociabilidade era o campo político, como foi possível notar nos escritos de Diogo Velho. Em sua passagem pelo Ministério da Agricultura, notamos que sua fala dá ênfase à criação de uma escola agrícola capaz civilizar e profissionalizar o homem.

Entre seus pensamentos, estava a inserção do conhecimento científico para a formação desses profissionais, argumentando que não

bastava apenas o homem conhecer o trabalho braçal, ele precisava ser capaz de compreender aspectos existentes na agricultura, ser conhecedor das transformações do meio e da terra, para, assim, contribuir com o avanço agrícola no Brasil.

Em suas várias passagens pelos mais diversos cargos e províncias, tinha a instrução como uma ideia de projeto civilizatório brasileiro, porque não um projeto de Brasil no século XIX. Para expor este projeto, ele levantava vários pontos importantes, como a questão do ensino agrícola, por exemplo.

Para ele, a formação agrícola deveria ser estendida aos homens que não tinham conhecimento técnico, mas possuíam conhecimento do senso comum. A inquietação, no que diz respeito à instrução pública, pode ser observada, quando a regulamentação concernente ao assunto não demonstrava um interesse de avanço no ensino, sobretudo no ensino primário. Assim, podemos notar que ocorreu, em 1860, na Província do Piauí, uma tentativa de maior investimento na educação dos educandos e artífices.

Diante de tantos temas levantados por Diogo Velho relativos à questão da Instrução Pública e na busca por um possível projeto de Brasil, em seus escritos, pudemos assimilar as articulações em torno da ideia “civilizar para o progresso”. Entre as preocupações para o andamento da Instrução para o progresso, estavam as questões voltadas para os assuntos financeiros e para a circunstância em que as Províncias se encontravam economicamente. No domínio nacional, os dirigentes dependiam de discussões que pudessem estabelecer soluções para as ações da instrução.

Além das questões econômicas, outro tema presente nos seus escritos, e que se mostrava constante em suas passagens por cargos administrativos, era a formação do professor. Como pensar em espaços propícios para formar aquele que era o principal profissional de uma nação, o professorado que formaria a base do Estado Nacional?

Ele propôs surgir certo incremento, algumas ideias em torno da normatização para a formação catedrática, que, segundo ele, era necessário legitimar a formação docente. Entre estas ideias, podemos destacar, por

exemplo, a proposição da criação das aulas normais no Lyceu da Parahyba do Norte, em substituição ao ensino, meramente bacharelesco, ali oferecido.

Para que houvesse a legitimação, era preciso que as bases estivessem relacionadas ao avanço da cultura escolar. Assim, era necessário pensar nos espaços escolares para formar o povo.

Em sua passagem pela Província do Ceará, em 1868, assim como nas outras províncias e em outros momentos, ocorreu uma extensão das discussões em torno dos espaços escolares, porém, em 1868, aconteceu uma articulação mais organizada na fala do dirigente da Província.

Nesse momento, percebemos que Diogo Velho fez uma crítica sobre a alternância da regulamentação que regia a instrução; a mesma posição que já havia relatado em 1861, quando foi Diretor de Instrução Pública da Província da Parahyba do Norte. A crítica se estendeu a todas as pastas pelas quais passou. Para ele, era o “mau” que cada província tivesse autonomia de administrar a pasta da instrução, como determinava o Ato Adicional de 1834.

Foi possível perceber que as discussões em torno da instrução se estenderam do ensino público para o privado, e, em ambos os espaços, notamos pensamentos relevantes para que houvesse a inserção de órfãos, pensionistas, mulheres, pobres livres, ex-escravos, ou seja, todos aqueles considerados povos que viviam à margem da civilização; a civilidade tão presente na fala de quem fazia a política brasileira oitocentista, a “civilização”, aos moldes europeus.

No que diz respeito às disciplinas, tanto para o Ensino Primário quanto para o Ensino Secundário, estavam presentes, ideias de aplicações daquelas consideradas relevantes para o desenvolvimento intelectual, sobretudo as disciplinas aplicadas no Lyceu Provincial, existentes nas províncias; porém, sem a exclusão do ensino religioso para instruir e civilizar o povo brasileiro.

Foi nesse amplo campo de entendimento dos caminhos e de ideias e proposições, que seguia a instrução pública brasileira no século XIX, que pensei ter encontrado um projeto de educação, por que não um projeto de Brasil em seus escritos. Projeto pensado e defendido em vários momentos, por mais que pudessem não ser claros para ele.

Contudo, pode-se dizer que a história é movimento, é a ação do homem em seu tempo, tal qual posiciona o pesquisador a descrever esses movimentos, a fim de analisar um determinado fato e a importância de compreender as discussões em torno da educação brasileira do século XIX, pois essa compreensão poderia mostrar outros possíveis rumos para as discussões em torno da educação no Brasil dos séculos XX e XXI.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. Repertório, Segundo Charles Tilly: **História de um conceito**. Revista, sociologia e antropologia. v. 2, 21-41, 2012.

ALMEIDA, Maurilio Augusto de. **Diogo Velho, Em Síntese**(Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Cavalcanti). Tambaú- Paraíba, 1977.

ANANIAS, Mauricéia ; SILVA, Adriana M.P. da. **Educação e Instrução nas Provinciais da Paraíba e Pernambuco**. (org) GONDA; J.G; SCHNEIDER, Omar. Educação e instrução nas Províncias e nas Cortes Imperial (Brasil, 1822-1889). Vitória, Edufes, 2011.

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no Século XIX (1827-1880)**. 2012. 239f. Tese (Doutorado)- Centro de Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **O Progresso e a Educação**: de sua Genealogia às expressões no triângulo Mineiro. SCHELBAUER, Arlete Regina; ARAUJO, José Carlos Souza (orgs). História da Educação Pela Imprensa. Editora Alínea. Campinas-SP, 2007.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Formação de Professores na Parayba do Norte no oitocentos**: uma síntese histórica. FERRONATO, Cristiano; BURITY, Luiz Mário Dantas; TEIXEIRA, Mariana Marques, (orgs). Uma História da escolarização pública: Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba quinze anos depois. Aracaju- EDUNIT, 2017.

BARBOSA, Socorro de Fátima; **Pequeno Dicionário dos Escritores/ Jornalista da Paraíba do Século XIX**: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa, 2009. Disponível em <www.cchla.ufpb/jornais_sfolhetins/145/145p> Acesso em: 20 maio 2018.

BARBOSA, Socorro de Fátima; **Pequeno Dicionário dos Escritores/ Jornalista da Paraíba do Século XIX**: de Antônio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa, 2009. Disponível em <www.cchla.ufpb/jornais_sfolhetins/145p> Acesso em: 20 maio 2018.

BENEDITO, Agustín Escolano. **A escola como cultura**: Experiência, memória e arqueologia. Trad. ROCHA, Heloisa Helena Pimentel; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Campinas-SP, Editora- Alínea, 2017.

BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 3º ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Trad. TELLES, André. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2002.

BOTO, Carlota. Sociedade portuguesa em revista: O método da escola e a escola como método no século XIX. **Revista; Teias**. UFRJ, 2000. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23828/16809>> Acesso em: 08 fev. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite imperial**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

CARVALHO, Carlos Henrique de; FILHO, Geraldo Inácio. **Debates Educacionais na Imprensa: Republicanos e católicos no triângulo Mineiro-MG. (1892-1931)**. SCHELBAUER, Arlete Regina; ARAUJO, José Carlos Souza (orgs). História da Educação Pela Imprensa. Editora Alínea, Campinas-SP, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de MARIA, Manuela Galhardo. 2º ed. Portugal: Difel, 2002(memória e sociedade).

CRUZ, Ingrid Karla; COSTA, Jean Carlo de Carvalho. **Intelectuais e higiene escolar na primeira república: os impressos como veículos de divulgação de ideias educacionais**. (orgs) SOUZA, J. E; CONCEIÇÃO, J. T. da; FREITAS, A. G. B. de. Intelectuais da educação e cultura escolar. Maceió - AL, Edufal, 2017.

DURÃES, Sarah Jane Alves. **Aprendendo a ser professor (a) no século XIX: algumas influências de Pestalozzi, Froebel e Herbart**. Rev. Educação e Pesquisa, São Paulo, 2011, p 465-480. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000300002>Acesso em: 22 ago. 2019.

FEITOSA, Adriana Madja dos Santos; BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara. **Educação e Instrução nas Províncias do Ceará e Rio Grande do Norte**. (orgs) GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar. Educação e Instrução nas Províncias e na Corte Imperial. Vitória-Es, Edufes, 2011.

FERRONATO, Cristiano. **A instrução Pública na Parayba do Norte discursos, falas e relatórios de presidentes da província (1837-1889)** 1.ed.Vitória,Es: SBHE/Edunit / virtual livros, 2015. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/e-books/sbhe-paraiba/sbhe-02/mobile/index.html>> Acesso em: 28 jul.2018.

FERRONATO, Cristiano. **Das Aulas Avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na província da Parayba do norte (1836-1884)**.Editor Diário oficial do Estado de Sergipe-EDISE, Aracaju; Universidade Tiradentes, 2014.

FERRONATO, Cristiano. **Construindo uma nova ordem: o debate educacional na Assembleia Constituinte de 1823**.168f. Dissertação de Mestrado- Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A Imprensa em Pauta: Entre as contendas e paixões partidárias dos jornais *Cearenses*, *Pedro II* e *Constituição* na segunda metade do século XIX.** Disponível em: <<http://bdttd.br/vufind/Record/UFC-72c746c821dc8f34b984d3920ef355575>> Acesso em: 28 jun. 2018.

FERRAZ, Rosane Carmanini; **Colecionismo e a formação da coleção de Fotografias oitocentistas no acervo do Museu Mariano Procópio** – Juiz de Fora-MG, 2013. Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/eneimagem/2013/anais2013/trabalhos/pdf/Rosane%20Carmanini%20Ferraz.pdf>> Acesso em: 27 maio 2018.

FILHO, LucianoMendes de Faria. **Instrução elementar no século XIX.** (orgs) LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, LucianoMendes de Faria; GATI, Hajnalka Halász. **A educação da mulher no Recife no final do século XIX: ensino normal e anúncio de progresso.** Pernambuco-Pe, 2009, Tese. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3748>> Acesso em: 09 fev. 2020.

GASPAR, Lúcia. João Alfredo. **Pesquisa escolar online.** Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <https://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 23 nov. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Editora Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média.** Editora, José Olympio, Rio de Janeiro, 2011.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Estado e Educação “em preto e branco”:** A atuação de Rui Barbosa no diário de notícias (1889). SCHELBAUER, Arlete Regina; ARAUJO, José Carlos Souza (orgs). **História da Educação Pela Imprensa.** Editora Alínea. Campinas-SP, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema.** São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. **Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP):** Sua gênese, projetos e primeiras experiências- 1881 a 1903. Campinas, 2011. Dissertação disponível em <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/251199/1/Molina_RodrigoSarruge_M.pdf> Acesso em: 03 fev. 2019.

MONARCHA, Carlos. **Brasil Arcaico Escola Nova;** ciência, Técnica e Utopia nos anos 1920-1930. São Paulo; editora UNESP, 2009.

PINHEIRO, A.C.F; CURY, C.E. **Leis e Regulamentos da instrução da Paraíba no Período Imperial.** Brasília/DF: MEC/INEP/SBHE. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/informacao-da>> Acesso em: 10 fev. 2019.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa: Um Tipógrafo na Cidade da Parahyba 1848-1866.** Editora: Mídia Gráfica. João Pessoa-Paraíba, 2017.

PINHEIRO, Antônio Carlos; CURY, Cláudia Engler (org). **Leis e Regulamentos da instrução da Paraíba no período Imperial**. Brasília/DF: MEC/INEP/SBHE, Coleção Documentos da Educação Brasileira, 2004.

RÉMOND, René. **Uma História Presente**. In: REMOND, René (org). Por uma nova história política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RIBEIRO, Maria das Graças M. **De caubóis e caipiras. Os Land- Grant Colleges e a escola superior de agricultura de Viçosa**. Revista; Locus-UFV, 2006. Disponível em <<https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/17656?show=full>> Acesso em: 08 fev. 2020.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História cultural**. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

RODRIGUES, Maria das Graças Duvanel. **Tradição escolar alemã: Os imigrantes e os primórdios do sistema educacional na Petrópolis- colônia (1843-1860)**. VASCONCELOS, Maria Celi Chaves ; FARIA, Lia Ciomar de (org). História de Pesquisa na Educação: Pesquisa na História da Educação. Rio de Janeiro, Quartet, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre a Ciência**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Bárbara da Silva; **A Configuração do ideário educacional de Justiniano de Melo e Silva em seus escritos no Jornal Sete de Março(1888-1891)**. PPED-UNIT, 2017. Disponível em <<https://ppg.unit.br/pped/dissertacoes/pag/1>> Acesso em: 28 ago. 2018.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Elite Letrada e ofício docente em Sergipe do Século XIX**. 2013, 123f. Tese (Doutorado)- Centro de Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SANTOS, Layse Regina B. M. dos; ANANIAS, Mauricéia. **Província da Parayba do Norte: Instruir para civilizar 1849-1889**. Evento Histendbr, 2016. Disponível em: <www.fe.unicamp.br/eventos/histendbr2016/anais/235.html&ved=>> Acesso em: 19 set. 2019.

SANTOS, Lays Regina Batista de Mecena Martins dos. **Cadeiras de Primeiras Letras e a Instrução da População pobre na Província da Parayba do Norte oitocentista (1855-1889)**. FERRONATO, Cristiano ; BURITY, Luiz Mário Dantas; TEIXEIRA, Mariana Marques, (orgs). Uma História da escolarização pública : Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba quinze anos depois. Aracaju- EDUNIT, 2017.

SAVIANI, Dermeval. O legado Educacional do Século XIX. 2 Edição, Autores Associados, 2006, Campinas-SP. p. 09-31.

SILVA, Gleidson Santos da. **Legislar e Fiscalizar: um panorama sobre a organização da instrução pública primária em Sergipe (1850-1861)**. PPED-UNIT, 2018. Disponível em <<https://ppg.unit.br/pped/dissertacoes/pag/1>> Acesso em: 07 set. 2018.

SIRINELLI, Jean-François; **Para uma História Cultural**. Editora Estampa, 1998.

SIRINELLI, François. **Os intelectuais**. In: REMOND, René (org). Por uma nova história política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOUZA, Francis Raniere Silva de. **Rompendo Padrões Culturais: o papel de Idalina Fargarida de Assumpção Meira Henriques na educação da Paraíba do Norte**. João Pessoa, 2016. TCC Disponível em <<https://repositorio.o.ufpb.br/jspui/handle/123456789/4344>> Acesso em: 30 mar. 2020.

VEIGA, Cyntia Creive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo- Horizonte, autêntica, 2011.

VIEIRA, Livia Carolina. **História da educação Agrícola do Sul de Minas Gerais: A Escola Agrícola de Muzambinho (1948-1985)**. São Carlos, 2016. Tese Disponível em <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8168>> Acesso em: 24 ago. 2019.

VILAR, Socorro de Fátima Pacífico. **Alva e Idéia: duas revistas e um passado para a vida literária Paraibana do século XIX**. Revista de História e Estudos Culturais. Universidade Federal da Paraíba-UFPB, vol.4, 2007, p.2-21. Disponível em <www.revistafenix.pro.br> Acesso em : 24 nov. 2018.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências. **Max Weber. Sociologia**, São Paulo. Ed. Ática 1997.

FONTES

ACADEMIA Paraibana de Letras<<http://www.aplpb.com.br/academia/academicos/cadeiras-11-a-20/166-n-13-patrono-diogo-velho>> Acesso em: 03 fev. 2019.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/alva1_1.pdf>Acesso em: 20maio 2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/alva1_2.pdf> Acesso em: 20 maio 2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/alva1_3.pdf> Acesso em: 25maio 2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/alva2_1.pdf> Acesso em: 25 maio 2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/alva2_2.pdf> Acesso em: 25 maio 2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/alva2_3.pdf> Acesso em: 25 mai. 2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/alva3_1.pdf> Acesso em: 25 maio2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/alva3_2.pdf> Acesso em: 25 maio 2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/alva3_3.pdf> Acesso em: 25 maio2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/alva4_1.pdf> Acesso em: 30 maio 2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/alva4_2.pdf> Acesso em: 30 maio 2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/alva4_3.pdf> Acesso em: 30 maio 2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/alva5_1.pdf> Acesso em: 30 maio 2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/alva5_2.pdf> Acesso em: 30 maio 2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/alva5_3.pdf> Acesso em: 30 maio 2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/alva6_1.pdf> Acesso em: 30 v 2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850.<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/alva6_2.pdf> Acesso em: 30 maio 2018.

JORNAL ALVA. Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19. Paraíba 1850. <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/alva6_3.pdf> Acesso em: 30 maio 2018.

JORNAL O EXPECTADOR. Biblioteca Nacional Digital Brasil. cidade de Terezina na Província do Piauí 1860. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em: 15 jun. 2018.

JORNAL O PROPEGADOR. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Piauí 1860. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em: 15 jun. 2018.

LISTA, Geral dos Bacharéis e Doutores da Faculdade de Direito do Recife. Desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828, até o ano de 1931. Disponível em:<<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29908>> Acesso em: 24 jul. 2019.

RELATÓRIO DA PROVINCIA CEARA. Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo excelentíssimo presidente da província [Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque] no dia 1.º de novembro de 1868. Fortaleza, Typ. Brasileira, 1868. Disponível em:<<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/197/>> Acesso em: 13 fev. 2018.

RELATÓRIO DA PROVINCIA DA PARAYBA DO NORTE. Exposição feita por [Antônio Coelho de Sá e Albuquerque] na qualidade de Presidente da

Província da Parayba do Norte, no ato de passar a administração da Província ao segundo Vice Presidente excelentíssimo Sr. Doutor [Flavio Clementino da Silva Freire] no dia 29 de abril de 1853, Rua direita nº8, Typ. José Rodrigues da Costa, 1853. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/197/>> Acesso em: 03 fev. 2020.

RELATÓRIO DA PROVINCIA PERNANBUCO. Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco pelo excelentíssimo presidente da província [Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque] no dia 1.o de Março de 1871. Recife, Typ. De N.F. de F. Filho 1871. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/197/>> Acesso em: 13 fev. 2018.

RELATÓRIO DA PROVINCIA PIAUÍ. Relatório com que Excelentíssimo Presidente da Província [Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque] passou a administração pública no dia 16 de Maio de 1860. Terezina, Typ. Constitucional de J. da S. Leite, 1860. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/197/>> Acesso em: 13 fev. 2018.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Relatório do ano de 1869, apresentado a Assembleia Geral Legislativa, pelo Excelentíssimo Ministro e Secretario do Estado [Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque]. Publicado em 1870, Typ. Universal, de E&H Laenmert. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>> Acesso em: 14 jul. 2018.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DO NEGÓCIOS E ESTRANGEIROS. Relatório do ano de 1876, apresentado a Assembleia Geral Legislativa, pelo Excelentíssimo Ministro e Secretario do Estado [Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque] . Publicado em 1877, Typ. Universal, de E&H Laenmert. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>> Acesso em: 14 jul. 2018.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Relatório do ano de 1875, apresentado a Assembleia Geral Legislativa, pelo Excelentíssimo Ministro e Secretario do Estado [Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque]. Publicado em 1877, Typ. Universal, de E&H Laenmert. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>> Acesso em: 14 jul. 2018.